AGENDA 21

Rio Bonito

AGENDA 21

RIO BONITO

AGENDA 21 COMPERJ

Grupo Gestor:

Petrobras	Gilberto Puig Maldonado
Ministério do Meio Ambiente	Karla Monteiro Matos (2007 a junho de 2010) Geraldo Abreu (a partir de julho de 2010)
Secretaria de Estado do Ambiente (RJ)	Carlos Frederico Castelo Branco

Equipe:

Coordenação Geral:	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Coordenação Técnica:	Patricia Kranz
Redação:	Arilda Teixeira Janete Abrahão Kátia Valéria Pereira Gonzaga Patricia Kranz Thiago Ferreira de Albuquerque
Pesquisa:	Mônica Deluqui e Ruth Saldanha
Revisão de Conteúdo:	Ruth Saldanha
Revisão:	Bruno Piotto e Fani Knoploch
Leitura Crítica:	Cláudia Pfeiffer Liane Reis
Edição de Texto:	Vania Mezzonato / Via Texto
Colaboração:	Ana Paula Costa Bruno Piotto Hebert Lima Liane Reis Luiz Nascimento Maria Aparecida de Oliveira Nathália Araújo e Silva
Fomento dos Fóruns:	Ana Paula Costa
Colaboração:	Leandro Quintão Paulo Brahim Roberto Rocco
Projeto Gráfico:	Grevy Conti Designers
Seleção e Tratamento de Imagens:	Maria Clara de Moraes
Fotos:	Ana Paula Costa, Denílson Santos, Fabiano Marins, Rogério Rodrigues / Banco de Imagens Petrobras: Beto Paes Leme, Bruno Veiga, Cris Isidoro, Ismar Ingber
Impressão:	Minister

MEMBROS DO FÓRUM DA AGENDA 21 DE RIO BONITO

Primeiro Setor

Carmen Lúcia Kleinsorgen de Souza Motta – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Guilber Espíndola do Amaral - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

José de Aquino B. Prevot - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

Licinio Souza Louzada - Emater Rio Bonito

Paulo da Silva Penna – Comdema - Conselho Municipal de Meio Ambiente

Suely Nunes de Paula – Secretaria Municipal de Educação

Vilma Cleia de M.Carvalho - Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Bem Estar Social

Segundo Setor

Candido E. Soares Bastos - Tratorcan Peças Para Tratores Ltda.

Elemar Guida Malta - Isigon Indústria e Comércio de Velas Ltda.

Everton Pedro Mendes de Araújo –Productus International Ltda.

Geison Carvalho Demien - MARB – Marmoraria Rio Bonito

Ivone Folly- Comércio e Indústria - Isigon Indústria e Comércio de Velas Ltda.

Jaqueline Borges– Guiviseg Administradora e Corretora de Seguros

José Luiz da Cunha - CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas Rio Bonito

Marilene Magalhães Sasso – Jeans Mania Comércio de Roupas

Terceiro Setor

Aissar Elias de Moraes - Creche N. Sra. da Conceição

Andréa G. Souza - Associação de Artesãos de Rio Bonito

Anna Carmem Fonseca - ONG Pró Vida

Francisco Gonçalves de Moraes - OAB –Seção Rio Bonito

José Carlos Viviani - Comunidade Jesus Vive e é o Senhor

Josélio Grijó Salgado - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Bonito

Luis Carlos de Paula - Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Bonito

Mauro Jesus Nogueira Paes - ONG Vôo Livre

Comunidade

Adelson Fonseca dos Santos - Associação de Moradores do Sambê

Cenita Santos Chevrand - Associação dos Moradores de Boa Esperança

José Balbino - Federação das Associações de Moradores de Rio Bonito

Marisa dos Santos Monteiro - Associação de Moradores do Sambê

Saint`Clair Soares Muniz Filho - Associação dos Moradores da Jacuba

Valdemira Zaniboni Jacob (Mirinha) - Associação dos Moradores da Praça Cruzeiro

Valderly Caetano Pinheiro - Associação de Moradores de Basílio

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) deverá entrar em operação em 2013. Situado em Itaboraí, vai transformar o perfil socioeconômico de sua região de influência.

Ciente da necessidade de estabelecer um relacionamento positivo com as comunidades sob influência direta de suas operações, a Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e organizações da sociedade civil, desenvolveu uma metodologia para implementar a Agenda 21 Local nos municípios localizados no entorno do Comperj.

Em todo o mundo, já foram desenvolvidas mais de 5 mil Agendas 21 Locais, e diversas empresas utilizaram ou utilizam a Agenda 21 em seus processos de planejamento e alinhamento com a sustentabilidade. No entanto, não se conhece experiência anterior que tenha fomentado um processo em escala semelhante, nem que empregue a Agenda 21 como base de política de relacionamento e de comunicação, o que torna esta experiência uma estratégia empresarial inédita.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região.

A Agenda 21 Comperj expressa o compromisso por parte da Petrobras, do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e de todos os demais envolvidos, de promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade no entorno da região em que o Comperj se insere.

Esse esforço só foi possível devido à ampla participação de toda a sociedade. Assim, agradecemos a todas as instituições, empresas, associações e cidadãos que, voluntariamente, dedicaram seu tempo e esforços ao fortalecimento da cidadania em seus municípios em busca de um modelo de desenvolvimento que leve qualidade de vida para todos.

Estendemos nosso agradecimento também a todas as prefeituras e câmaras de vereadores, ao Poder Judiciário e a outros representantes do Primeiro Setor por sua participação ativa nesse processo.

Esperamos que a Agenda 21, fruto de trabalho intenso e amplo compromisso, contribua para a construção de um futuro de paz e prosperidade para esta e as próximas gerações. Transformá-la em realidade é uma tarefa de todos.

Grupo Gestor da Agenda 21 Comperj

Prezados amigos rio-bonitenses,

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em junho de 1992, deixou patente a necessidade da participação da comunidade no processo de elaboração das políticas públicas. A Agenda 21 Local de Rio Bonito veio ao encontro dessa necessidade, reunindo cidadãos de vários segmentos do município que, voluntariamente, elaboraram o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que visa buscar melhor qualidade de vida para o nosso município. Esse documento contém propostas e ações de políticas públicas conscientes e democráticas, visando principalmente às gerações futuras, nos âmbitos social, econômico e ambiental.

A Agenda 21 Local é um processo participativo, que buscou, por meio de discussões, elaborar propostas e ações tendo em vista o desenvolvimento sustentável do município. O Programa da Agenda 21 Local através do Fórum 21 Local foi instituído pelo Decreto no 404/2009, datado de 4 de setembro de 2009.

Agradeço a Deus por estes cidadãos rio-bonitenses conscientes – empresários, presidente da federação e de associações de moradores, representantes de Organizações Não Governamentais –, que desde o início deste processo deixaram suas ocupações diárias para colaborar na elaboração de propostas de políticas públicas, que já constam do nosso orçamento de 2011. Agradeço o empenho da Secretária de Meio Ambiente e de toda a nossa equipe de governo, bem como à equipe da Petrobras, aos consultores e às ONGs, que se dedicaram a este trabalho dinâmico e valioso que é o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável para a nossa cidade.

Abraços a todos e todas, na certeza de um amanhã, onde haverá uma sociedade integrada e comprometida com a qualidade de vida de nossa Terra.

Jose Luiz Alves Antunes

Prefeito de Rio Bonito

O antigo conceito de preservação ambiental, baseado na intocabilidade dos recursos naturais, foi substituído por outro, que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, conhecido como desenvolvimento sustentável. Ele se fundamenta no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações futuras, visando à sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

A Agenda 21 Local é um processo em que as autoridades locais trabalham em parceria com todos os setores da comunidade para elaborar um Plano de Ação e Metas, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável.

A instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaboraí levou os munícipes de Rio Bonito a se preocuparem com os possíveis impactos que esse empreendimento trará para o município, já afetado por diversos problemas, como ausência de infraestrutura, escassez de água tratada para consumo humano e industrial, tratamento ineficaz de esgoto, moradias em áreas de risco e ausência de segurança. Essa situação fez com que muitos aderissem às discussões, colaborando para o êxito do Projeto-Piloto da Agenda 21 Comperj, patrocinado pela Petrobras, a fim de desenvolver a Agenda 21 de Rio Bonito.

Um grupo de voluntários, cidadãos rio-bonitenses, passou a se reunir, num processo aberto, participativo e democrático, por setores, a fim de identificar necessidades, potencialidades, prioridades e propostas para o município. Por meio de votação em cada setor, foram eleitos representantes, que consubstanciaram o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), com a apresentação de propostas. Estas surgiram não como uma imposição do governo municipal, mas como uma primeira manifestação de uma sociedade integrada, refletindo opiniões que continuam a ser discutidas até a data de hoje, seguindo um processo construtivo de cidadania.

É com muita alegria que, nesta data, participamos da entrega do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável de Rio Bonito, com a certeza de que as propostas e ações de políticas públicas aqui formuladas serão incorporadas por todos os que amam nosso município, nosso estado, e, principalmente, nosso planeta.

Agradecemos a todos os que contribuíram para a elaboração deste trabalho e esperamos que novos atores participem dele, propondo alternativas e se comprometendo a assumi-las como diretriz. Assim, poderemos assegurar às novas gerações um futuro com dignidade e prosperidade, com respeito à natureza e interesse pela preservação do meio ambiente.

Agradecemos à equipe da Petrobras, aos consultores e às ONGs, que se esmeraram para o sucesso da Agenda 21 de Rio Bonito.

Muito sucesso e muitas bençãos de Deus.

Carmen Lúcia Kleinsorgen de Souza Motta

Coordenadora do Fórum Agenda 21 de Rio Bonito

Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21 13
- A Agenda 21 Local 14
- A Agenda 21 no Brasil 15

AGENDA 21 COMPERJ 16
- Agendas 21 Locais na Região 16
- Premissas 17
- Organização da Sociedade 17
- Metodologia 18
- Desafios e Lições Aprendidas 22

O MUNICÍPIO DE RIO BONITO 25
- Um pouco da história de Rio Bonito 26
- Processo de construção da Agenda 21 Local 28

AGENDA 21 DE RIO BONITO 30
- Para ler a Agenda 30
- Vetores Qualitativos 31
- Vocação e Visão 34

ORDEM AMBIENTAL 37
- Recursos Naturais 38
- Recursos Hídricos 44
- Biodiversidade 49
- Mudanças Climáticas 52

ORDEM FÍSICA 55
Habitação 56
Saneamento 60
Mobilidade e Transporte 65
Segurança 68

ORDEM SOCIAL 73
Educação 74
Educação Ambiental 78
Cultura 80
Saúde 83
Grupos Principais 86
Padrões de Consumo 91
Esporte e Lazer 93

ORDEM ECONÔMICA 97
Geração de Trabalho, Renda e Inclusão Social 98
Agricultura 105
Indústria e Comércio 109
Turismo 111
Geração de Resíduos 114

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 119
Ciência e Tecnologia 120
Recursos Financeiros 123
Mobilização e Comunicação 128
Gestão Ambiental 130

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO 134
Programas ambientais 134
Projetos sociais 136

GLOSSÁRIO (SIGLAS) 139
PARTICIPANTES 142
CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS 148

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 21

A sustentabilidade não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza. (Moacir Gadotti)

A vida depende essencialmente do que a Terra oferece – água, ar, terra, minerais, plantas e animais. Todavia, há algumas décadas, esses recursos naturais vêm dando sinais de esgotamento ou de degradação, principalmente em função do consumo dos seres humanos, que estão se apropriando de cerca de 20% da produção mundial de matéria orgânica. Como um planeta com recursos em grande parte finitos pode abrigar e prover a crescente população de seres humanos e as demais espécies que nele vivem?

Evidências científicas sobre os crescentes problemas ambientais levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a reunir 113 países, em 1972, no primeiro grande evento internacional sobre o meio ambiente – a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Uma das conclusões do encontro foi que era preciso rever a própria noção de desenvolvimento. Para tanto, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, em 1987, publicou o relatório "Nosso Futuro Comum", no qual foi consagrado o conceito de "desenvolvimento sustentável".

A Comissão declarou que a economia global, para atender às necessidades e interesses legítimos das pessoas, deve crescer de acordo com os limites naturais do planeta e lançou o conceito de sustentabilidade. "A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de assegurar que ele *atenda às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades*."

Em busca desse novo modelo de desenvolvimento, em 1992 a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92. Tratou-se, na época, do maior evento voltado para o meio ambiente até então realizado pela ONU, contando com a representação de 179 nações e seus principais dirigentes.

Um dos principais resultados da Rio-92 foi o documento do Programa Agenda 21, que aponta o desenvolvimento sustentável como o caminho para reverter tanto a pobreza quanto a destruição do meio ambiente. O documento lista as ações necessárias para deter, ou pelo menos reduzir, a degradação da terra, do ar e da água e preservar as florestas e a diversidade das espécies de vida. Trata da pobreza e do consumo excessivo, ataca as desigualdades e alerta

"A mobilização e união dos quatro setores foi de grande importância para podermos discutir o município e conhecê-lo melhor

para a necessidade de políticas de integração entre questões ambientais, sociais e econômicas.

Em seus 40 capítulos, o documento detalha as ações esperadas dos governos que se comprometeram com a Agenda 21 e os papéis que cabem a empresários, sindicatos, cientistas, professores, povos indígenas, mulheres, jovens e crianças na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo.

A Agenda 21 local

Mais de dois terços das declarações da Agenda 21 adotadas pelos governos nacionais participantes da Rio-92 não podem ser cumpridos sem a cooperação e o compromisso dos governos locais. Em todo o documento há uma forte ênfase na "ação local" e na administração descentralizada.

Mais precisamente, a ideia da elaboração das Agendas 21 Locais vem do capítulo 28 da Agenda 21, o qual afirma que é no nível local que as ações ocorrem concretamente e, assim, as comunidades que usam os recursos naturais para sua sobrevivência é que podem ser mais eficientemente mobilizadas para protegê-los.

A Agenda 21 Local é um processo de elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e de sua implementação por meio da formação de parcerias entre autoridades locais e outros setores, orientando-os rumo ao futuro desejado.

O processo de construção de Agendas 21 Locais se inicia com um levantamento dos problemas, preocupações e potencialidades de cada território, seguido da elaboração de um plano local de desenvolvimento sustentável, de forma consensual e com ampla participação de todos os setores da sociedade.

A construção das Agendas 21 Locais se dá por meio dos Fóruns de Agenda 21, espaços de diálogo onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem regularmente para acompanhar a construção das Agendas 21 Locais e a viabilização dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A construção de Agendas 21 Locais é um processo contínuo – e não um único acontecimento, documento ou atividade. Não existe uma lista de tarefas a executar, mas uma metodologia que envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas de acordo com as circunstâncias e prioridades locais, e que deverão ser constantemente trabalhadas e atualizadas.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de determinado território que envolve a implantação de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidas as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A Agenda 21 no Brasil

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu entre 1996 e 2002, e foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS). Durante esse período, cerca de 40 mil pessoas em todo o País foram ouvidas, em um processo que valorizava a participação cidadã e democrática.

No ano seguinte ao término da sua elaboração, a Agenda 21 brasileira foi alocada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) do governo federal – o que lhe proporcionou maior força política e institucional – e deu-se início à fase de implementação.

A Agenda 21 brasileira cita quatro dimensões básicas no processo de construção do desenvolvimento sustentável:

Ética – demanda que se reconheça que o que está em jogo é a vida no planeta e a própria espécie humana;

Temporal – determina a necessidade de planejamento a longo prazo, rompendo com a lógica imediatista;

Social – expressa o consenso de que o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado por uma sociedade democrática e mais igualitária;

Prática – reconhece que a sustentabilidade só será conquistada por meio da mudança de hábitos de consumo e de comportamentos.

Assim como nos demais países, a Agenda 21 brasileira não pode ser cumprida sem a cooperação e o compromisso dos governos locais.

AGENDA 21 COMPERJ

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), um dos principais empreendimentos da Petrobras no setor petroquímico, está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense.

Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, acesse o *site* www.comperj.com.br

Mapa 1: Área de atuação da Agenda 21 Comperj

Agendas 21 locais na região

O projeto Agenda 21 Comperj é uma iniciativa de responsabilidade socio-ambiental da Petrobras, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que formam o Grupo Gestor do projeto. É parte do programa de relacionamento que a companhia está promovendo junto aos 15 municípios localizados nas proximidades do Comperj: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Juntos, estes municípios representam uma área de 8.116 km^2, com mais de oito milhões de habitantes, dos quais seis milhões correspondem à população do município do Rio de Janeiro.

O objetivo do projeto é criar e fomentar processos de Agenda 21 Locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em toda a região e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, hoje e no futuro.

O projeto Agenda 21 Comperj foi realizado simultaneamente em todos os municípios participantes, com exceção do Rio de Janeiro. Este município se encontra na fase de Consolidação Municipal (ver Metodologia), devido à complexidade local e aos planos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ainda em elaboração.

A descrição e os documentos gerados em cada etapa podem ser encontrados no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Com o lançamento das Agendas e a implementação dos Fóruns Locais em cada município, o projeto é encerrado, e os Fóruns passam a ser acompanhados pelo Programa Petrobras Agenda 21 e a se relacionar diretamente com o Comperj.

Uma vez finalizadas, as Agendas 21 passam a ser uma referência para a implantação de políticas públicas e ações compensatórias e de responsabilidade socioambiental de empresas que deverão se instalar na região.

Premissas

O projeto Agenda 21 Comperj adota as premissas de construção de Agenda 21 preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA):

- Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental;
- Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado;
- Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade;
- Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade;
- Processo tão importante quanto o produto;
- Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento.

Organização da sociedade

O projeto Agenda 21 Comperj substituiu a divisão paritária da malha social entre governo e sociedade civil, comumente adotada, pela divisão em quatro setores – público, privado, sociedade civil organizada e a comunidade – no

intuito de identificar mais detalhadamente as demandas locais, fortalecendo a representação dos diversos segmentos.

SETORES	REPRESENTAÇÃO
Primeiro	Prefeituras, Câmaras de Vereadores, poderes Legislativo e Judiciário, órgãos e empresas públicos
Segundo	Empresas de capital privado, associações e federações do setor produtivo
Terceiro	ONGs, sindicatos, associações de classe, clubes, fundações
Comunidade	Associações de moradores e de pescadores, e cidadãos em geral

Metodologia

A metodologia do Projeto Agenda 21 Comperj é constituída de cinco etapas:

1) Mobilização da Sociedade;

2) Construção Coletiva;

3) Consolidação Municipal;

4) Formalização dos Fóruns Locais;

5) Finalização das Agendas.

A descrição resumida dessas etapas e dos produtos delas resultantes se encontra nas tabelas das páginas seguintes e de forma mais detalhada no *site* www.agenda21comperj.com.br.

Para executar as quatro primeiras fases, foram contratadas, por meio de licitação, quatro Organizações Não Governamentais – Instituto Ipanema, Instituto de Estudos da Religião - Iser, Rodaviva e Associação de Serviços Ambientais - ASA –, encarregadas da mobilização dos setores sociais e da facilitação de oficinas.

Para o acompanhamento da fase de Finalização das Agendas, incluindo redação, diagramação, impressão e eventos de lançamento, foram contratados consultores especializados.

Como resultado deste processo, as diferentes demandas da sociedade foram identificadas e sistematizadas em um mapeamento detalhado do cenário local, contemplando anseios, propostas e visões dos quatro setores dos municípios abrangidos.

Com a sociedade local representada nos Fóruns de maneira paritária e com um objetivo comum, foi possível construir os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

"A metodologia de trabalho proporcionou discussões ricas, sempre em busca do consenso de todos para o desenvolvimento sustentável"

Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Mobilização da Sociedade Março de 2007 a Janeiro de 2008	**Caravana Comperj, em cada município, para:** • Apresentar o Comperj, o projeto de Agenda 21 e as demais ações planejadas para a região; • Identificar lideranças e atores estratégicos locais; • Sensibilizar e mobilizar os setores; • Envolver a comunidade no processo; • Divulgar o calendário de eventos relacionados à Agenda 21.	**Na região:** • 15 Caravanas Comperj realizadas; • 1.589 representantes do poder público, 900 da iniciativa privada, 850 do Terceiro Setor e 5.038 munícipes em geral, movimentos populares e associações de moradores mobilizados para a fase seguinte do processo; • Fórum Regional da Agenda 21 Comperj criado em reunião com a presença de 2.700 pessoas.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor)	Coordenação e responsabilidade operacional
Construção Coletiva Janeiro a Setembro de 2008	**Seis reuniões por setor em cada município para:** • Fortalecer os setores, identificar seus interesses e promover o alinhamento da visão de cada um sobre o município; • Realizar o Levantamento das Percepções Setoriais (LPS), identificando preocupações e potencialidades; • Elaborar Planos de Ação Setoriais; • Eleger sete representantes de cada setor.	**Na região:** • 369 reuniões ordinárias e 197 extraordinárias realizadas; • 292 representantes eleitos para participação nas atividades da fase seguinte. **Em cada município:** • Estágios de desenvolvimento do município em relação aos 40 capítulos da Agenda 21 Global identificados (Vetores Qualitativos)[1]; • Preocupações e potencialidades de cada setor identificadas; • Planos Setoriais elaborados; Setores sociais fortalecidos e integrados.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Fundação José Pelúcio (UFRJ) ONGs Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Fórum Regional Agenda 21 Comperj	Coordenação estratégica Coordenação executiva Responsabilidade operacional Monitoramento

1 Os Vetores Qualitativos foram elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a construção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual o município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a relacioná-los com a realidade local e planejar aonde gostariam de chegar.

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Consolidação Municipal Novembro de 2008 a Junho de 2009	**Duas oficinas com os representantes dos quatro setores de cada município para:** • Integrar os setores, orientando-os para um objetivo comum: o desenvolvimento sustentável do município; • Obter consenso sobre os estágios dos vetores estabelecidos pelos quatro setores; • Obter consenso sobre as preocupações e potencialidades elencadas pelos quatro setores; • Identificar a vocação e construir uma visão de futuro para o município com base na realidade local, bem como oportunidades e demandas decorrentes da implantação do Comperj; • Elaborar um plano de ação com base nos temas estruturantes de planejamento; Elaborar o detalhamento preliminar de propostas para viabilizar o plano de ação.	**Na região:** 30 oficinas de 20 horas cada. **Em cada município:** • Consenso acerca das preocupações e potencialidades municipais e estágios dos vetores identificados; • Planos de ação municipais elaborados; • Primeira versão de Vocação e Visão de Futuro do município; • Propostas de ação detalhadas, prioridades e próximos passos estabelecidos e possíveis parceiros e fontes de financiamento identificados; • Setores sociais integrados em um Fórum da Agenda 21.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA Consultoria	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica ILTC[2]

2 ILTC – *Instituto de Lógica, Filosofia e Teoria da Ciência*

ETAPAS	ATIVIDADES	RESULTADOS/PRODUTOS	RESPONSABILIDADES	
Formalização dos Fóruns Locais Julho a Dezembro de 2009	**Duas oficinas em cada município para:** • Orientar os Fóruns para sua organização, estruturação e formalização através de projeto de lei ou decreto; • Desenvolver o Regimento Interno; • Aprimorar a vocação e a visão de futuro municipal; • Realizar a análise técnica das propostas de ação.	**Na região:** • 28 oficinas e diversas visitas técnicas realizadas; • Portal na internet para relacionamento e divulgação do projeto lançado. **Em cada município:** • Decreto ou projeto de lei criando o Fórum da Agenda 21 Local aprovado; • Regimento interno do Fórum elaborado; • Fórum organizado com estruturas de coordenação, secretaria executiva e grupos de trabalho; • Primeira versão do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável finalizada; • Segunda versão da vocação e da visão de futuro municipal desenvolvida; • Propostas de ação analisadas tecnicamente.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Ipanema, Iser, Roda Viva, ASA	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade operacional e metodológica
Finalização das Agendas Janeiro de 2010 a Junho de 2011	**Consultoria e serviços para:** • Pesquisar dados estatísticos e informações técnicas; • Levantar e produzir material visual; • Redigir, editar, revisar, diagramar e imprimir as Agendas. **Duas oficinas em cada município, para:** • Validar os textos de diagnósticos; • Atualizar e validar as propostas de ação. **Cinco encontros de coordenação dos Fóruns de Agenda 21 Locais para:** • Promover a integração e fomentar o apoio mútuo entre os Fóruns locais. **Encontros, reuniões locais e contato permanente para:** • Fortalecer a integração do Fórum com o poder público local; • Desenvolver e fomentar o Fórum Local.	**Na região:** • 28 oficinas e diversos encontros e reuniões locais e regionais realizados; • Comitê Regional da Agenda 21 Comperj estruturado para apoiar os Fóruns e planejar e facilitar ações regionais ou intermunicipais. **Em cada município:** • Fórum de Agenda 21 Local em funcionamento; • Agenda 21 Local publicada e lançada; • Site do Fórum Local em funcionamento; • Vídeo da Agenda 21 local produzido.	MMA/SEA/ Petrobras (Grupo Gestor) Consultores contratados	Coordenação estratégica e executiva Responsabilidade técnica e operacional

DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Processos participativos são sempre muito complexos. A ordem de grandeza deste projeto – 15 municípios envolvidos e mais de 8 mil participantes diretos – se por um lado o tornava mais estimulante, por outro aumentava os desafios para o sucesso da iniciativa.

O primeiro deles foi o fato de se tratar de um projeto iniciado pela Petrobras tendo como elemento definidor do território de atuação os municípios influenciados pela implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Em geral, processos de Agenda 21 Local são iniciados pelo poder público municipal ou por organizações da sociedade civil, sendo, por vezes mais difícil obter a adesão do Segundo Setor. Além disso, empresas do porte da Petrobras despertam resistências e expectativas muitas vezes desmedidas.

No entanto, a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes.

A inovação metodológica de iniciar o trabalho dividindo os segmentos sociais foi bem-sucedida, propiciando que os interesses ficassem bem definidos e alinhados internamente nos setores e, depois, igualmente representados. Embora o sistema simplificado de indicadores – os Vetores Qualitativos – precise ser aperfeiçoado, ficou clara sua utilidade para que todos tomassem conhecimento do conteúdo da Agenda 21. No entanto, a complexidade de alguns temas e a falta de correspondência de outros com a realidade local dificultaram a compreensão de alguns participantes.

O tempo dedicado às etapas iniciais constituiu uma limitação para uma melhor identificação de lideranças representativas, para que novas pessoas se incorporassem ao processo e para a capacitação dos participantes em tantos e tão variados temas. Estes percalços foram trabalhados nas etapas seguintes.

Outra questão foi o equilíbrio delicado entre usar a mesma metodologia para todos os municípios e fazer as adaptações necessárias às diferentes realidades encontradas. Quanto mais o processo evoluía, mais as diferenças se acentuavam. Mesmo assim, foi possível alcançar um resultado que reflete as peculiaridades de cada município e o grau de maturidade de cada grupo mantendo uma estrutura semelhante e apoiando a todos da mesma forma.

A construção do consenso em torno das preocupações, potencialidades e ações identificadas foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns, ao estabelecimento de regras claras e à ação de facilitadores experientes. A consolidação dos Fóruns requer uma boa compreensão do que

é representatividade e tempo para que esta se desenvolva. O debate sobre o Regimento Interno foi um momento rico e determinante para a sustentabilidade dos Fóruns. Assim, foi encaminhado sem pressa, com foco nos valores que cada grupo desejava adotar e por meio do desenvolvimento de critérios para a tomada de decisão.

A criação de um portal com um *site* para cada município, com notícias atualizadas, divulgação de oportunidades, editais e boas práticas, biblioteca, vídeos e ferramentas de interatividade, como o *chat*, traz inúmeras possibilidades de comunicação, funcionando como uma vitrine do projeto e uma janela dos Fóruns para o mundo.

Além de democratizar e dar transparência às atividades de cada Fórum Local, o portal proporciona a troca de experiências entre eles, criando uma sinergia para seu desenvolvimento. As limitações de acesso à internet na região são uma barreira que esperamos seja superada em breve.

Finalmente, a integração entre os saberes técnico e popular é um dos aspectos mais gratificantes do processo e foi conduzida cuidadosamente com a construção dos textos das Agendas a partir do contato constante com os Fóruns. As preocupações e potencialidades indicadas por consenso nas reuniões foram suplementadas por informações técnicas obtidas de diversas fontes, como institutos de pesquisa, prefeituras e agências governamentais diversas.

O processo de consulta continuou durante a etapa de finalização da Agenda. Sempre que as informações coletadas divergiam da percepção dos participantes e quando incongruências ou questões técnicas eram identificadas, os consultores se dedicavam a dirimir as dúvidas, por telefone, *e-mail* ou em reuniões presenciais. Os Fóruns também se empenharam em qualificar o trabalho realizado, que foi aprimorado progressivamente. A evolução deste processo pode ser verificada nos documentos postados no *site* de cada município na internet.

Ao longo do processo foram necessárias diversas adaptações, naturais em processos participativos, já que estes, por sua natureza, não ocorrem exatamente de acordo com o planejado. Todos os envolvidos aprenderam a flexibilizar suas expectativas e atitudes em prol do bem comum.

O resultado que apresentamos agora é a síntese deste percurso de mais de três anos, durante os quais foram construídas novas relações e aprofundado o entendimento de todos os envolvidos sobre o modelo de desenvolvimento almejado para a região. A diversidade é uma premissa da sustentabilidade e, assim como a participação, demanda transparência e responsabilidade individual e coletiva pelos resultados alcançados.

Um processo de Agenda 21 Local é a construção participativa do consenso possível entre interesses diversos, com o objetivo comum de promover a

"A dedicação pela busca do desenvolvimento é constante em Rio Bonito. E a Agenda 21 nos ajudou a nos preparar para a chegada do Comperj. Podemos dizer que a A21 é um sucesso"

qualidade de vida e a justiça social, sem perder de vista os limites impostos pelo planeta e tendo um futuro sustentável como horizonte comum.

A Agenda 21 publicada é o início da jornada rumo a este futuro.

Membros do Fórum da Agenda 21 e o prefeito de Rio Bonito

O MUNICÍPIO DE RIO BONITO

Área total: 456.500 km²
População: 55.551 habitantes (IBGE - 2010)
Economia: Serviços, comércio e indústria
PIB: R$ 726.978 milhões (IBGE-2008)
Participação no PIB estadual: 0,35% (Ceperj – 2007)

Produto Interno Bruto (PIB) – Indicador que mede a produção de um território, segundo três grupos principais: agropecuária (agricultura, extrativa vegetal e pecuária); indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil); e serviços (comércio, transporte, comunicação e serviços da administração pública, entre outros).

Rio Bonito, apesar de ser uma típica cidade do interior, pertence à Região Metropolitana (Baixadas Litorâneas) do Rio de Janeiro, localizando-se a 80km da capital do estado. Faz divisa com os municípios de Tanguá, Itaboraí, Saquarema, Araruama e Cachoeiras de Macacu. Com o relevo bem acidentado, é o município que apresenta as mais altas e numerosas serras, que ocupam 60% de seu território. Por isso, os índices de chuva são os maiores do Estado, com uma média de 2.000mm ao ano. A cidade tem clima tropical úmido, com temperaturas máximas de 38ºC no verão e mínimas que chegam a 8ºC no inverno.

O município se enquadra no bioma Mata Atlântica com extensas áreas desnudas de vegetação primária – floresta tropical pluvial –, solos pobres decorrentes de processos sucessivos de uso do solo para a agricultura extrativa de cana-de-açúcar, café, mineração, gado e, mais recentemente, agricultura de subsistência.

Atualmente não há grandes extensões contínuas de florestas na região, mas fragmentos de variados tamanhos, isolados ou semi-isolados, cercados por

O município de Rio Bonito é cercado por serras

pastagens e alguns cultivos. Resquícios de mata nesta região podem ser observados apenas nas cabeceiras do Rio Boa Esperança e em algumas colinas no vale do Rio Vermelho.

Rio Bonito ostenta com orgulho a Serra do Sambê – seu monumento natural mais importante –, uma ilha de mata nativa que, juntamente com as Serras do Barbosão e Santa Fé, forma o corredor ecológico Sambê – Santa Fé.

O município tem 256 Km² de seu território na Bacia Hidrográfica do Rio São João, que corresponde a 55,8 % da área total do município. A outra parcela está na Bacia da Baía de Guanabara e, uma porção diminuta, na Bacia da Lagoa de Araruama.

Um dos principais recursos minerais da cidade é a água mineral, com destaque para a localidade de Rio Vermelho.

Rio Bonito possui pontos turísticos como cachoeiras, rios e saltos, espalhados pela cidade, entre eles, o salto de Braçanã, a Cachoeira de Rio Seco, a dos Bagres, a Cachoeira Grande e a Queda da Buia.

O município tem população flutuante diária, decorrente da prestação de serviços externos a municípios vizinhos em área como saúde, educação e comércio em geral. Mantém uma posição de centro regional de comércio dedicado a serviços, pecuária e artefatos para lavoura.

Um pouco da história de Rio Bonito

Conta a história que o "batismo" da localidade com nome de Rio Bonito se deveu ao fato de os primeiros colonizadores da região, os índios Tamoios, terem ficado impressionados com um belo riacho que atravessava região. Porém, as informações sobre o povoamento de Rio Bonito datam da segunda metade do século XVIII.

Em 1755, o sargento-mor Gregório Pereira Pinto, ou Gregório Pinto da Fonseca, um dos primeiros colonos da região, mandou construir em sua fazenda, posteriormente chamada "Bernarda", uma capela em homenagem à Madre de Deus. O entorno do templo religioso não tardou a ser habitado. Em 1768, o pequeno povoado era elevado à categoria de Freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Rio d'Ouro. Mais tarde, a sede da Freguesia foi transferida de local, passando a ser conhecida por Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito. Arruinado o templo, outro foi construído a cerca de uma légua do primeiro, mantido sob a proteção da mesma padroeira.

Após certo período de participação no ciclo de cana-de-açúcar, a economia local foi envolvida pela expansão do café, que passou a ocupar as melhores terras da região, tornando-se em pouco tempo uma de suas maiores fontes de

O chafariz da Praça Fonseca Portela foi doado por D. Pedro II

riqueza. O progresso apresentado pela freguesia induziu o governo, em 1846, a criar o município de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito.

A Vila de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, como era conhecido o município, fascinava a nobreza, hospedando marqueses, viscondes, condes e barões. O imperador D. Pedro II, encantado com a região, presenteou a cidade com um chafariz localizado na praça principal.

A autonomia administrativa e a escolha de Rio Bonito como terminal de um ramal da Companhia de Ferro-Carril Niteroiense fizeram da localidade o verdadeiro entreposto da produção e do comércio da região. O desenvolvimento da vila motivou sua elevação à categoria de cidade em 1890.

Após a abolição da escravatura a cidade sofreu um baque e muitas fazendas de café e engenhos foram praticamente abandonados. Além disso, perdeu a condição de estação terminal da linha de trem. Rio Bonito tentou outros caminhos para sair da crise. A produção de lenha e de carvão vegetal, de bananas nas encostas de morros e de alguma aguardente e de produtos alimentícios manteve Rio Bonito como uma população rural expressiva, evitando o êxodo e o abandono do campo, ao contrário do que ocorreu com a maioria das cidades do interior neste século.

A partir da década de cinqüenta, o novo ciclo da laranja na região contribuiu para o desenvolvimento da economia municipal. Além disso,o desenvolvimento da pecuária e da indústria de alimentos e doces, fez com que grandes

indústrias se instalassem em seu território. Devido à topografia acidentada, foram ocupadas, inicialmente, as áreas planas existentes entre a BR-101 e a Serra do Sambê. As áreas urbanizadas e com maior adensamento estendem-se, principalmente, ao longo e nas adjacências do Rio Bonito e na Estrada de Ferro Leopoldina, com ocupação de encostas na região noroeste da cidade.

O processo de construção da Agenda 21 Local

Em 2007 foi iniciado em Rio Bonito um processo de Agenda 21 em parceria com a Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (SEA), que organizou uma reunião e promoveu capacitação sobre os primeiros passos para a Construção de uma Agenda 21 Local.

Ainda neste ano, a Caravana Comperj da Petrobras visitou Rio Bonito para divulgar o empreendimento e as ações de relacionamento propostas para a região, convidando lideranças a participar do processo de construção da Agenda 21 Local.

Em 25 de setembro daquele ano, em reunião em Itaboraí, com a presença de cerca de 2.700 pessoas dos 14 municípios do entorno do Comperj, foi escolhido um representante de cada segmento social (governo, empresariado, ONGs e comunidade), por município, para formar o Fórum Regional da Agenda 21 Comperj.

Assim, cada município passou a contar com quatro representantes no Fórum Regional, que ficou responsável pelo monitoramento dos encontros e pelo andamento das Agendas 21 municipais. Este Fórum tinha caráter consultivo ao Grupo Gestor e a tarefa de facilitar a integração de ações regionais ou de grupos de municípios.

Em dezembro de 2007, quatro ONGs – ASA, Instituto Ipanema, Instituto Roda Viva e Iser – iniciaram o trabalho de mobilização junto a cada setor, utilizando as estratégias mais adequadas a cada um. O início da mobilização em Rio Bonito foi difícil, enfrentando resistência de quase todos os setores sociais.

Reunião do Fórum de Rio Bonito em 2010

Em janeiro de 2008, iniciou-se, em Rio Bonito, uma rodada de três reuniões para o levantamento das percepções de cada segmento, utilizando Vetores Qualitativos elaborados a partir da metodologia do Instituto Ethos para a promoção do desenvolvimento sustentável em empresas. Esta ferramenta definiu uma escala que possibilitou a identificação do estágio no qual cada município se encontrava em relação a cada um dos 40 capítulos da Agenda 21, ajudando os participantes a planejar aonde gostariam de chegar.

Após a leitura do título dos capítulos e da descrição de cada estágio, era solicitado aos participantes que escolhessem aquele que melhor retratasse o

município. Nas duas reuniões seguintes, os resultados orientaram a elaboração de um painel de preocupações e potencialidades locais.

Foram realizados mais três encontros por setor, nos quais os participantes definiram as ações necessárias para prevenir ou mitigar as questões identificadas como preocupações e para aproveitar, da melhor forma possível, as potencialidades levantadas. No último desses encontros, cada setor indicou cinco representantes e dois suplentes para compor o Fórum da Agenda 21 de Rio Bonito, totalizando 28 componentes.

A Fase de Consolidação do processo foi o momento de reunir os quatro setores para consolidar coletivamente as potencialidades e preocupações apontadas por cada um deles. Em 11 de dezembro de 2008, os representantes de Rio Bonito se reuniram para trabalhar na oficina de consolidação. A partir dela, os resultados setoriais foram estruturados, e o Fórum da Agenda 21 local foi constituído.

Posse dos membros do Fórum da Agenda 21 de Rio Bonito

De 17 a 19 de fevereiro de 2009, foi realizada a oficina para iniciar o processo de construção de vocação e visão de futuro, consolidar as ações em propostas e iniciar seu detalhamento. Este trabalho foi realizado com uma nova estrutura, agrupando os 40 capítulos da Agenda 21 Global conforme suas afinidades em: Ordem Física, Ordem Ambiental, Ordem Social, Ordem Econômica e Ordem Meios de Implementação, divididos em temas.

Em 27 de maio de 2009 foi realizada uma oficina em Rio Bonito para atualizar os trabalhos e fortalecer o Fórum. Nesse período, também foi desenvolvido um portal na internet, voltado para a comunicação dos Fóruns e a divulgação do projeto e de seus resultados – www.agenda21comperj.com.br – com um *site* para cada município. Atualizados frequentemente, eles dispõem de uma área interna com ferramentas de comunicação que permitem o contato entre os membros dos Fóruns.

Primeira reunião dos coordenadores dos Fóruns da Agenda 21 Comperj

Em novembro de 2009, foram contratados quatro consultores para desenvolver e implementar uma metodologia de fortalecimento dos Fóruns e trabalhar na elaboração das Agendas.

Em 2010, após uma análise dos resultados alcançados, iniciou-se uma nova rodada de oficinas para aprimorar o trabalho. Em Rio Bonito foram realizadas quatro reuniões para revisão do trabalho, apresentação do *site* e acompanhamento, com o objetivo de ajudar na formação de parcerias e apoiar a elaboração de ações de comunicação.

Em 19 de março, 1º de outubro, 3 de dezembro de 2010 e 18 de abril de 2011, foram realizadas reuniões com todos os coordenadores para promover a troca de experiências e fomentar ações regionais estratégicas.

O Fórum, cujos membros tomaram posse no dia 1º de julho de 2010, se mantém ativo, reúne-se regularmente e vem desenvolvendo diversas atividades.

AGENDA 21 DE RIO BONITO

Para ler a Agenda

Este trabalho é resultado do empenho e esforço conjunto de moradores de Rio Bonito, técnicos e consultores, que atuaram nas diversas fases do projeto Agenda 21 Comperj.

O trabalho foi dividido em cinco ORDENS ESTRUTURANTES e 24 TEMAS, referentes aos capítulos da Agenda 21. Cada tema apresenta a situação do município de acordo com os dados e informações mais recentes.

EIXOS ESTRUTURANTES	TEMAS	CAPÍTULOS DA AGENDA 21 GLOBAL
ORDEM AMBIENTAL	Recursos Naturais	10, 11, 12, 13, 16
	Recursos Hídricos	17 e 18
	Biodiversidade	15
	Mudanças Climáticas	9, 15 e 18
ORDEM FÍSICA	Habitação	7
	Saneamento	18 e 21
	Mobilidade e Transporte	5
	Segurança	3, 23, 25, 26, 27
ORDEM SOCIAL	Educação, Educação Ambiental e Cultura	36
	Grupos Principais	23, 24, 25, 26, 27, 28, 29
	Saúde	6
	Esporte e Lazer	23, 24, 25, 26, 27, 36
	Padrões de Consumo	4
ORDEM ECONÔMICA	Geração de renda e inclusão social	3
	Agricultura	3, 14, 32
	Indústria e Comércio	3, 30
	Turismo	3, 36
	Geração de Resíduos	19, 20, 22
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Ciência e Tecnologia	31, 35
	Recursos Financeiros	2, 33, 34, 37
	Comunicação e Mobilização	8, 40
	Gestão Ambiental	1, 8, 28, 38, 39 40

Estão elencadas também, e evidenciadas *por fontes em itálico*, as preocupações dos moradores e as potencialidades do município, conforme percebidas e apontadas por consenso pelos participantes do processo.

Logo após um breve diagnóstico da situação em que se encontra o município, estão listadas as propostas e seus respectivos níveis de prioridade (alta - ●, média - ● ou baixa - ●). As propostas reúnem um conjunto de ações, elaboradas para solucionar as preocupações elencadas, e de estratégias que promovam o melhor aproveitamento das potencialidades identificadas.

As ações estão subdivididas em LINHAS DE ATUAÇÃO. Dessa forma, é possível identificar todas as ações de uma agenda, segundo a atividade demandada para sua execução, independentemente do tema.

Ao final de cada TEMA encontram-se reunidos os possíveis parceiros e as possíveis fontes de financiamento elencadas para as propostas de seus temas.

No *site* www.agenda21riobonito.com.br está disponível a Ficha de Detalhamento de cada proposta, com a lista dos possíveis parceiros para sua execução, os especialistas da cidade que podem colaborar com o projeto, as fontes de financiamento identificadas e os primeiros passos para sua implementação, além das PERCEPÇÕES, dos PLANOS SETORIAIS e demais resultados.

No CD encartado nesta publicação encontram-se todos os resultados do processo e uma versão digital da Agenda 21 de Rio Bonito.

Vetores Qualitativos e os 40 capítulos da Agenda 21 de Rio Bonito

A tabela da página seguinte apresenta o resultado da consolidação das percepções de todos os que participaram da Fase de Construção Coletiva da Agenda 21 de Rio Bonito, avaliando a situação do município em relação a cada um dos capítulos da Agenda 21 Global.

Estágios da tabela:

1 – Quase nada foi feito

2 – Já existem ações encaminhadas

3 – Já há alguns resultados

4 – Estamos satisfeitos

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
1 Preâmbulo				
2 Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento e nas políticas internas				
3 Combater a pobreza				
4 Mudar os padrões de consumo				
5 Dinâmica demográfica e sustentabilidade				
6 Proteger e promover a saúde humana				
7 Promover assentamentos humanos sustentáveis				
8 Integrar o meio ambiente e o desenvolvimento nas tomadas de decisão				
9 Proteger a atmosfera				
10 Integrar o planejamento e o gerenciamento dos recursos do solo				
11 Combater o desflorestamento				
12 Gerenciar ecossistemas frágeis: combater a seca e a desertificação				
13 Gerenciar ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas				
14 Promover o desenvolvimento rural e a agricultura sustentáveis				
15 Conservar a diversidade biológica				
16 Gerenciamento responsável ambientalmente da biotecnologia				
17 Proteção dos oceanos, todos os mares, inclusive internos, e áreas costeiras, e a proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos para a vida				
18 Proteger a qualidade e suprimento dos recursos de água limpa: aplicação de abordagens integradas ao desenvolvimento, gerenciamento e uso dos recursos hídricos				
19 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os produtos químicos tóxicos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos e produtos perigosos				

Capítulos da Agenda 21	Estágio			
	1	2	3	4
20 Gerenciar de forma ambientalmente sustentável os resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico ilegal internacional de resíduos perigosos				
21 Gerenciar de forma ambientalmente responsável os resíduos sólidos e os relacionados ao esgotamento sanitário				
22 Gerenciar de forma segura e ambientalmente responsável os resíduos radioativos				
23 Fortalecer o papel dos principais grupos sociais				
24 Ação global para as mulheres pelo desenvolvimento sustentável e equitativo				
25 Crianças e jovens e o desenvolvimento sustentável				
26 Reconhecer e fortalecer o papel dos povos indígenas e suas comunidades				
27 Fortalecer o papel das Organizações Não-Governamentais: parceiras para o desenvolvimento sustentável				
28 Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21				
29 Fortalecer o papel dos trabalhadores e sindicatos				
30 Fortalecer o papel da indústria e dos negócios				
31 Comunidade científica e tecnológica				
32 Fortalecer o papel dos fazendeiros				
33 Recursos e mecanismos financeiros				
34 Tecnologia ambientalmente responsável: transferência, cooperação e capacitação				
35 Ciência para o desenvolvimento sustentável				
36 Promover a educação, consciência pública e treinamento				
37 Mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para a capacitação em países em desenvolvimento				
38 Arranjos institucionais internacionais				
39 Instrumentos e mecanismos legais internacionais				
40 Informação para a tomada de decisões				

Vocação e Visão

"Uma visão sem ação não passa de um sonho.
Ação sem visão é só um passatempo.
Mas uma visão com ação pode mudar o mundo."
(Joel Baker – vídeo: A Visão do Futuro)

A vocação é o conjunto de competências, recursos e produtividade local de um município em todos áreas: econômica, ambiental, artística-cultural, turística, educacional.

A visão de futuro define o que se espera do município no futuro, inspirando e motivando as pessoas a fazer as melhores escolhas nos momentos de decisão e a enfrentar com perseverança a espera pelos resultados.

Os participantes do processo de construção da Agenda 21 de Rio Bonito fizeram uma série de reuniões para construir a vocação e visão de futuro do município. Um primeiro resultado foi revisto na Oficina Local, sendo que o município ainda trabalha para chegar à versão definitiva.

Vocação de Rio Bonito

- Histórico de centro comercial forte
- Expressiva produção agropecuária (mais de 3000 produtores rurais)
- Existência de Parque Industrial
- Produção de artesanato local (mais de 50 famílias)
- Existência de equipamentos e grande potencial para ações culturais
- Atrativos para o Turismo Rural, Ecológico e de Aventura
- Práticas esportivas
- Riquezas naturais
- Características que favorecem a qualidade de vida
- Área disponível para habitação de qualidade (existência de moradias de qualidade)
- Localização privilegiada

Visão de Futuro de Rio Bonito

- Fortalecer o agronegócio
- Ser polo tecnológico
- Ter polo comercial, industrial e de serviços ampliado e servindo a toda a região
- Ser centro de formação, qualificação e capacitação profissional

- Ter população economicamente ativa
- Ter produção artesanal de qualidade, reconhecida, com identidade cultural local, gerando trabalho e renda
- Ser referência nacional em turismo ecológico, rural, esportivo e de aventura
- Ter polo esportivo profissionalizante de atletas
- Ser modelo em gestão pública participativa, moderna e eficiente, com comunicação ampla e eficaz e vigorosos canais de atração de recursos financeiros
- Ser referência em planejamento urbano sustentável, equilibrando as áreas residenciais, naturais e produtivas, valorizando a qualidade de vida local e garantindo acessibilidade
- Ter eficiente sistema de saneamento ambiental em todo o município
- Ter plano de manejo dos recursos naturais de forma sustentável
- Ter sistema de segurança eficiente com participação da comunidade

1

Ordem Ambiental

RECURSOS NATURAIS

Chamamos de recursos naturais tudo o que obtemos da natureza com os objetivos de desenvolvimento, sobrevivência e conforto da sociedade. São classificados como "renováveis" quando, mesmo explorados por algum tempo em determinado lugar, continuam disponíveis, e como "não renováveis" quando inevitavelmente se esgotam.

A vida humana depende dos recursos naturais – terra, água, florestas, recursos marinhos e costeiros – e de suas múltiplas funções. Tanto os seres humanos quanto os demais seres vivos, agora e no futuro, têm direito a um meio ambiente saudável, que forneça os meios necessários a uma vida digna. Para isto, é preciso manter os ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais em quantidade e qualidade apropriadas.

Não é possível pensar em um futuro para a humanidade sem construir uma relação adequada entre o homem e a natureza que o cerca. E essa magnífica variedade de formas de vida não pode ser vista apenas como "recursos naturais", sem a valorização dos inúmeros benefícios intangíveis que nos traz.

Mata Atlântica – Um dos biomas mais ricos em biodiversidade do mundo, chegou a ocupar quase todo o litoral brasileiro. Devido ao intenso desmatamento, iniciado com a chegada dos colonizadores portugueses, atualmente restam apenas 7% de sua área original. Considerada uma das florestas mais ameaçadas do planeta, nela estão localizados mananciais hídricos essenciais ao abastecimento de cerca de 70% da população brasileira.

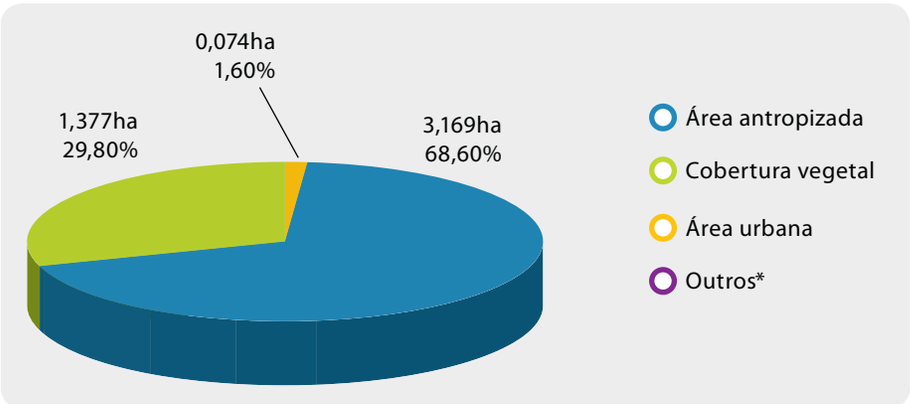
Rio Bonito é conhecido por seu rico patrimônio natural. Possui relevo acidentado, mas não muito elevado, com 60% de seu território ocupado por serras. Ao norte estão as serras do Sambê, Braçanã, Garcias, Monte Azul e Morro Alto da Boa Vista. Nas regiões centro e sul encontram-se os morros de Tomascar, Catimbau, Tingui, Boa Esperança, Amar e Querer, Redonda, Castelhana e Serra da Pedra Branca. Na serra do Sambê está o ponto mais elevado do município, com 880 metros de altitude (IBGE, 2009).

A diversidade de relevos favorece a existência de áreas preservadas. Segundo os dados do Lima/Coppe/UFRJ (2008), o município apresentava 29,8% de seu

A Serra do Sambê é uma referência geográfica do município

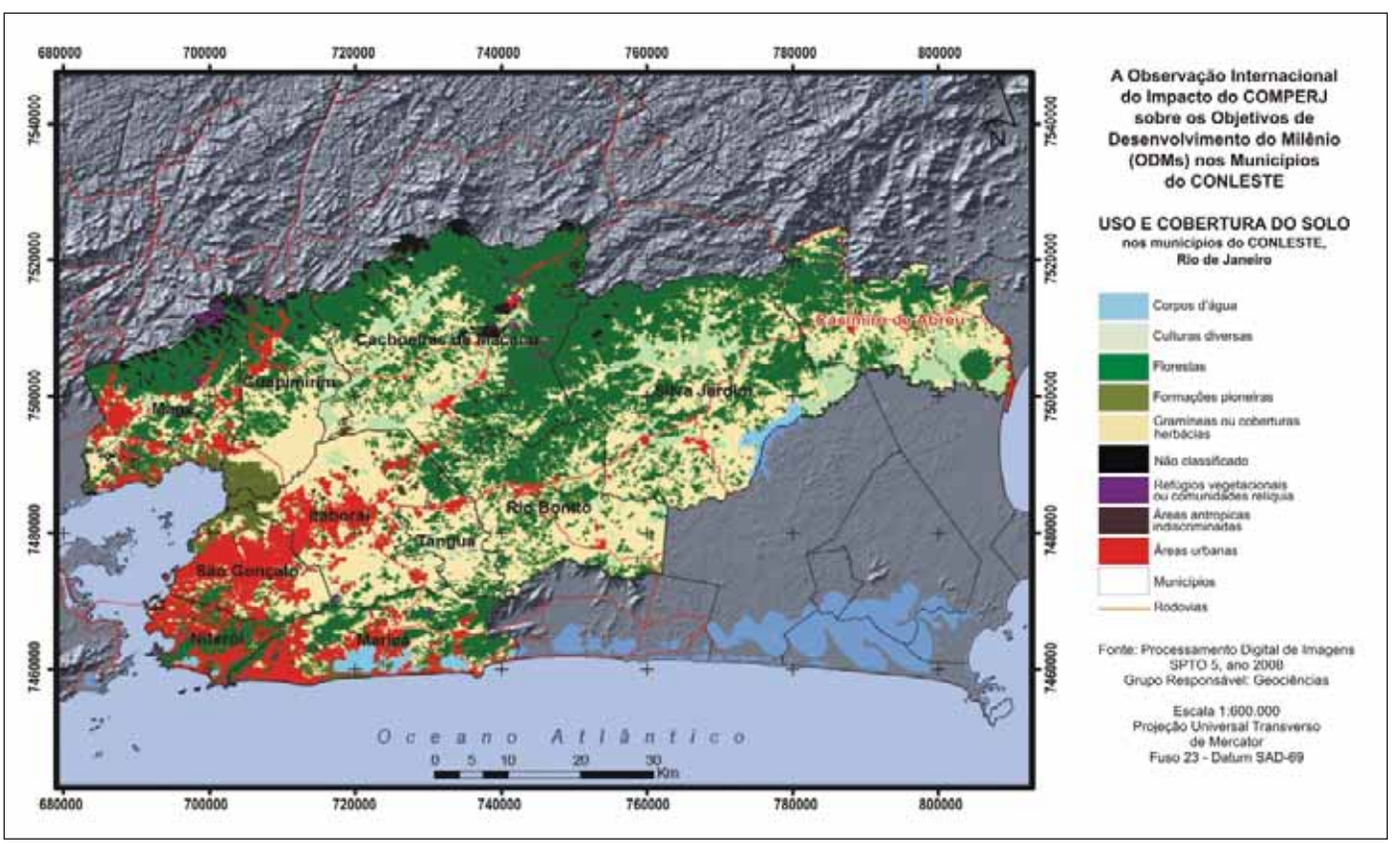
território coberto com remanescentes de Mata Atlântica, principalmente nas áreas de relevo mais escarpado na parte norte, onde se encontram as cabeceiras de drenagem dos rios que compõem a Bacia do Rio Caceribu e São João.

Gráfico 1: Proporção do uso do solo em Rio Bonito



Fonte: Lima/Coppe/UFRJ, com base em geoprocessamento de imagens Landsat e CBERS e Probio – Levantamento dos remanescentes de Mata Atlântica (2008)

Mapa 2: Uso e cobertura do solo no município e arredores



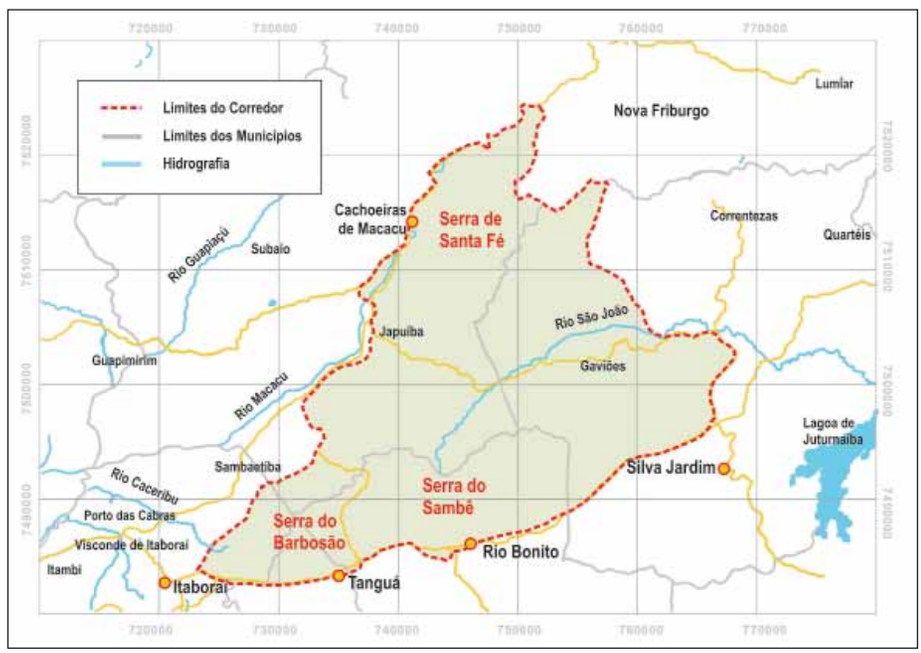
Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010)

Unidades de Conservação (UC) – Áreas de proteção ambiental legalmente instituídas pelas três esferas do poder público (municipal, estadual e federal). Dividem-se em dois grupos: as de proteção integral, que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico; e as de uso sustentável, onde é permitida a presença de moradores, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (World Wildlife Fund – WWF).

Áreas de Proteção Ambiental (APA) – Áreas naturais (incluindo recursos ambientais e águas jurisdicionais) legalmente instituídas pelo poder público, com limites definidos e características relevantes, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

O município tem cinco Unidades de Conservação de Proteção Integral: Parque Natural Municipal Caixa D'Água, Parque Natural Municipal Verde Vale, Parque Natural Municipal Morada dos Correias, Parque Natural Municipal Três Coqueiros e Parque Embratel 21, todas frequentadas pela população para o lazer. Há também a APA Municipal Serra do Sambê e a APA Federal Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado, de uso sustentável.

Mapa 3: Corredor Ecológico Sambê-Santa Fé-Barbosão



Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambê-Santa Fé (2009)

A APA da Bacia do Rio São João, unidade de conservação ambiental de uso sustentável, abrange aproximadamente 15% do território de Rio Bonito, com vegetação em razoável estado de conservação. Está inserida no Corredor Ecológico da Serra do Mar, área prioritária para a preservação da Mata Atlântica. Há iniciativas de apoio à *criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)* visando ao aumento dos fragmentos florestais de Mata Atlântica na região.

A principal ameaça à paisagem natural do município é o *aumento da exploração dos recursos minerais*. A argila, utilizada na produção de cerâmica, e a bauxita, principal minério para obtenção do alumínio, são os principais minerais encontrados na região. Uma das consequências da extração desordenada, sem planejamento ou recuperação, segundo os participantes, *é a ocorrência de erosão* em algumas localidades.

O desmatamento avança sobre trechos pequenos e médios de mata que já estão isolados entre si, reduzindo as chances de conexão com fragmentos de vege-

Rio Bonito tem 30% de seu território coberto por Mata Atlântica

A Pedra do Catimbau é um marco na paisagem de Rio Bonito

tação mais extensos e, portanto, ecologicamente viáveis. Mesmo estas áreas florestadas mais extensas também já estão sendo afetadas pelo desmatamento.

Um dos problemas identificados pelo grupo é a *inexistência de monitoramento das informações sobre o desflorestamento* na região, o que prejudica a *fiscalização ambiental*. Há *necessidade de aumento de efetivo e de equipamentos* para melhorar a fiscalização. É notada também a *falta de conscientização da população em relação ao meio ambiente*.

A falta de organização e de infraestrutura das instituições ambientais, públicas e privadas, contribui para a baixa mobilização da sociedade. Na avaliação dos moradores, o problema está associado à *insuficiência das atividades de Educação Ambiental, pois faltam recursos humanos, materiais e meios de comunicação para realizar mais atividades nas escolas, Câmara Municipal, Associações de Moradores e outras localidades*.

O aproveitamento das potencialidades locais é uma estratégia para promover a sustentabilidade, já que o município *possui recursos naturais com potencial de recuperação* e a população pode ser incentivada a apoiar e a participar da realização de *projetos de produção de mudas para reflorestamento*.

Corredor ecológico ou de biodiversidade – Nome dado à faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou Unidades de Conservação separados pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies. É uma das principais estratégias utilizadas na conservação da biodiversidade de determinado local.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma categoria de unidade de conservação criada pela vontade do proprietário rural, ou seja, sem desapropriação de terra. No momento que decide criar uma RPPN, o proprietário assume compromisso com a conservação da natureza. As reservas devem ser reconhecidas pelo Ibama e seus proprietários passam a gozar de alguns benefícios, como a isenção do Imposto Territorial Rural.

Erosão – Processo pelo qual a camada superficial do solo é retirada pelo impacto de gotas de chuva, ventos e ondas, e é transportada e depositada em outro lugar. Desgaste do solo.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Fiscalização efetiva dos recursos naturais

■ Gestão pública

1. Realizar concursos públicos para aumentar o efetivo de fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
2. Alterar as atribuições dos fiscais de postura para exercer cumulativamente a função de fiscais ambientais.

■ Infraestrutura

3. Fornecer melhores condições de infraestrutura aos agentes de fiscalização.

■ Capacitação

4. Capacitar os fiscais concursados em Legislação Ambiental e práticas sustentáveis.

■ Estudos técnicos

5. Realizar um mapeamento georreferenciado dos remanescentes florestais do município.
6. Utilizar fotos de satélite para o monitoramento de queimadas.

■ Comunicação

7. Criar uma ouvidoria específica para receber denúncias de crimes ambientais.
8. Realizar campanhas educativas para minimizar os danos causados pelas constantes queimadas na região.

● Valorização e recuperação de áreas verdes

■ Programas

1. Elaborar mais programas de Educação Ambiental que conscientizem a população sobre os prejuízos do desmatamento.

■ Articulação

2. Estabelecer parcerias com universidades para desenvolver pesquisas.

■ Planejamento

3. Criar corredores ecológicos para unir fragmentos de florestas na região.
4. Recuperar as matas ciliares, com incentivos fiscais aos proprietários de terra.
5. Ampliar, diversificar e divulgar a produção municipal de mudas com certificação fitossanitária.
6. Implementar programas de reflorestamento (ex.: Prad, SAFs, entre outros) e reduzir a queima de árvores da Mata Atlântica para a produção de carvão.
7. Criar um sistema de monitoramento do desflorestamento.
8. Fomentar o reflorestamento em áreas públicas e privadas, estimulando proprietários de terra a criarem RPPNs.

● Ações para vincular a propriedade privada ao desenvolvimento sustentável

■ Gestão pública

1. Fomentar a implementação de empreendimentos florestais, informando os proprietários de terra sobre os incentivos de criação, direitos e funcionamento.

■ Articulação

2. Realizar parcerias para promover programas de reflorestamento (escolas, associações, sindicatos, cooperativas, ONGs, entre outros).

● Recuperação de áreas degradadas em ecossistemas frágeis

■ Estudos técnicos

1. Divulgar os resultados do mapeamento geológico realizado no município.

■ Planejamento

2. Restabelecer as áreas destruídas pela erosão, por meio de Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (Prads), com espécies vegetais de potencial ecológico.
3. Repor as matérias-primas retiradas do solo, por meio de reflorestamento, transposição de solo ou construção de barreiras feitas de pneus.

■ Fiscalização

4. Cobrar maior fiscalização nas áreas afetadas pela retirada de recursos naturais.

Proteção do patrimônio natural do município

Planejamento

1. Elaborar Planos de Manejo para as Unidades de Conservação existentes no município.

Estudos técnicos

2. Realizar pesquisas relacionadas ao inventário do patrimônio natural do município (fauna, flora, geologia, entre outros).

Comunicação

3. Divulgar o patrimônio natural do município.

Possíveis parceiros

Aliança para a Conservação da Mata Atlântica . Associações de Moradores . Câmara Municipal . **Conselho Nacional** da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica . Conservação Internacional do Brasil . CPRM . Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro . DNPM . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Escolas . Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . MMA . MP . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Ecológico . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

RECURSOS HÍDRICOS

A água é essencial à vida no planeta. Embora seja um recurso renovável, seu consumo excessivo, aliado ao desperdício e à poluição, vem causando um déficit global, em grande parte invisível. Cada ser humano consome direta ou indiretamente quatro litros de água por dia, enquanto o volume de água necessário para produzir nosso alimento diário é de pelo menos 2 mil litros. Isso explica por que aproximadamente 70% da água consumida no mundo vão para a irrigação (outros 20% são usados na indústria e 10% nas residências).

Segundo a ONU, cerca de um terço da população mundial vai sofrer os efeitos da escassez hídrica nos próximos anos. A análise do ciclo completo de uso e reúso da água aponta o desaparecimento de mananciais como poços, lagos e rios, e destaca a pouca atenção dada à diminuição das reservas subterrâneas.

O Brasil conta com recursos hídricos em abundância, o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício de água. No entanto, o País enfrenta problemas gravíssimos: muitos cursos d'água sofrem com poluição por esgotos domésticos e dejetos industriais e agrícolas, e falta proteção para os principais mananciais.

O uso sustentável dos recursos hídricos depende do conhecimento da comunidade sobre as águas de sua região e de sua participação efetiva em seu gerenciamento.

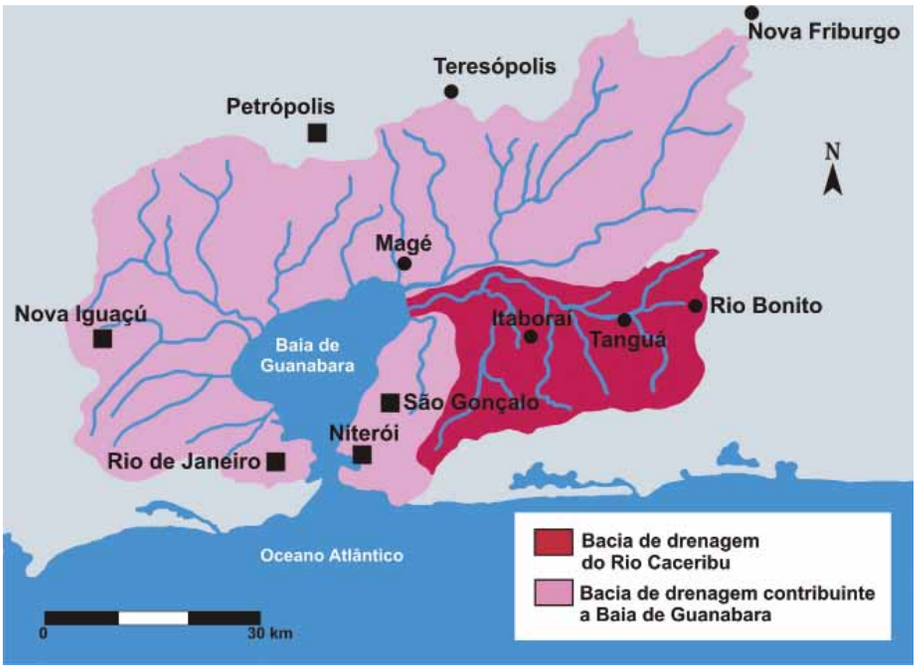
Poluição – Alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente pelo lançamento de substâncias sólidas, líquidas ou gasosas que se tornem efetiva ou potencialmente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, ou causem danos à flora e à fauna.

Bacia hidrográfica – Área drenada por um rio principal e seus afluentes, incluindo nascentes, subafluentes etc. É a unidade territorial de planejamento e gerenciamento das águas.

Rio Bonito *é considerado o berço das águas da região* e conta com *recursos hídricos em abundância* – uma rede hidrográfica extensa, oriunda de *nascentes* encontradas nas encostas da Serra do Mar. O *município é recortado por rios que fazem parte das Bacias Hidrográficas dos rios Caceribu e São João.*

A Bacia Hidrográfica do Rio Caceribu tem suas nascentes nas serras ainda florestadas nos municípios de Rio Bonito e Tanguá, Itaboraí e parte de São Gonçalo, desaguando na vertente Leste da Baía de Guanabara, através do manguezal de Guapimirim. O Rio Caceribu é um dos principais da região, com quase 60 km de extensão e área de drenagem de 846 km^2. Os rios Aldeia, dos Duques, Bonito e Tanguá são seus principais afluentes.

Mapa 4: Bacia Hidrográfica do Rio Caceribú.



Fonte: Instituto Baía de Guanabara (2009)

A Bacia Hidrográfica Rio São João está inserida na região de baixadas litorâneas – compreendendo uma área de drenagem de aproximadamente 2.160

A cachoeira do Rio Seco forma piscinas naturais muito procuradas para banho

Km² – e abrange parcialmente Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Rio das Ostras e integralmente Silva Jardim. Rio Bonito possui 256 Km² de seu território nesta bacia, que corresponde a 55,8 % da área total do município e atende a cerca de 500 mil habitantes.

Mapa 5: Bacia Hidrográfica do Rio São João

Fonte: Proposta para o Plano Diretor para o corredor ecológico Sambê-Santa Fé (2009)

Apesar de o município *contar com diversos mananciais* e uma *vasta vegetação protetora*, o crescimento urbano desordenado provoca a poluição dos recursos hídricos. Há muita preocupação com a *contaminação dos rios por lixo e produtos tóxicos e,* nas áreas urbanas, *pelo despejo industrial de pequenos e médios empreendimentos e o lançamento de esgoto doméstico.*

Nas áreas rurais a contaminação ocorre principalmente pelo *despejo de agrotóxicos e de suas embalagens e por resíduos de curral.* O grupo destacou a *falta de preservação das nascentes nas montanhas.*

A escassez de informações sobre a qualidade dos mananciais e a *pouca fiscalização nas nascentes, rios e lagos* dificultam a adoção de ações estratégicas para minimizar os problemas ambientais.

A existência de consórcios municipais e/ou comitês de bacias para a preservação dos recursos hídricos foi apontada pelo grupo como uma possível contribuição para a elaboração de programas e projetos voltados para a gestão ambiental. O apoio de instituições de pesquisa também pode ajudar a promover *estudos sobre os recursos hídricos no município e as espécies de água doce.*

O Parque Natural Municipal Caixa D´Água, na Serra do Sambê, era fonte de abastecimento de água em Rio Bonito nas décadas de 30, 40 e 50

Na avaliação dos participantes, o engajamento das autoridades locais é necessário para incentivar a formulação de políticas públicas e superar os problemas associados ao *desinteresse dos municípios circunvizinhos e à má administração política do manejo dos recursos hídricos*.

Da mesma forma, é preciso ampliar a adoção de programas de Educação Ambiental para conscientizar a população sobre a importância das boas práticas para evitar o *desperdício no uso dos recursos hídricos, como é o caso da vassoura hidráulica*, utilizada por alguns moradores na limpeza de corredores e calçadas.

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● O conhecimento como ferramenta da sustentabilidade local

■ Planejamento

1. Viabilizar um sistema de manejo, monitoramento e gestão integrada dos recursos hídricos, envolvendo os Consórcios de Bacias Hidrográficas.

■ Comunicação

2. Atualizar e divulgar o mapeamento dos recursos hídricos e mananciais do município (UFF).

● Preservação dos mananciais

■ Gestão pública

1. Desenvolver ações relacionadas às políticas públicas estadual e federal de recursos hídricos (preservação das faixas marginais de proteção dos rios e nascentes, participação efetiva do município junto aos Comitês de Bacias, entre outros).

■ Programas

2. Desenvolver programas de recuperação de áreas degradadas nas matas ciliares, mananciais e nascentes.

■ Comunicação

3. Atualizar e divulgar o mapeamento dos mananciais e cursos d'água do município.

● Fiscalização dos recursos hídricos

■ Fiscalização

1. Cobrar do poder público uma fiscalização ambiental mais eficiente para conter ações poluidoras nas áreas de nascentes de rios.

■ Articulação

2. Envolver os fiscais dos órgãos ambientais competentes nas atividades de Educação Ambiental.

Possíveis parceiros

ANA . Cedae . Coppe – UFRJ . Eletrobras . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . Inea . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . Ministérios (Meio Ambiente, Integração Nacional) . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação e Cultura) . Universidades . WWF.

Possíveis fontes de financiamento

ANA . CNPq . Conservação Internacional do Brasil . Eletrobras . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . ICMS Ecológico . LOA . PDA - Mata Atântica . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade é a base do equilíbrio ecológico do planeta. Sua conservação deve se concentrar na manutenção das espécies em seus ecossistemas naturais, por meio do aumento e da implantação efetiva das áreas protegidas, que asseguram a manutenção da diversidade biológica, a sobrevivência das espécies ameaçadas de extinção e as funções ecológicas dos ecossistemas.

A biodiversidade interfere na estabilização do clima, na purificação do ar e da água, na manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, além de apresentar benefícios culturais, paisagísticos e estéticos.

As principais formas de destruição da diversidade biológica são urbanização descontrolada, ocupação irregular do solo, exploração mineral, desmatamentos e fragmentação de ecossistemas, queimadas, superexploração de recursos naturais, utilização de tecnologias inadequadas na produção florestal, pesqueira, agropecuária e industrial, indefinição de políticas públicas e implantação de obras de infraestrutura sem os devidos cuidados. Acrescentam-se ainda a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna e a comercialização ilegal de espécies silvestres.

O Brasil possui 25% da biodiversidade mundial, reunindo uma riqueza difícil de mensurar, pois há espécies que sequer foram identificadas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima o valor do patrimônio genético brasileiro em US$ 2 trilhões (quatro vezes o PIB nacional). As cifras em jogo são altas. Produtos da biotecnologia (biodiversidade explorada), como cosméticos, remédios e cultivares, constituem um mercado global que chega a US$ 800 bilhões por ano, cifra semelhante à do setor petroquímico.

O Ipê Amarelo é uma árvore típica da Mata Atlântica

Jiboia - espécie encontrada em fragmentos da Mata Atlântica em Rio Bonito

Rio Bonito é conhecido pelo seu *patrimônio natural, tanto pela qualidade da água e quantidade de nascentes, quanto pela diversidade de sua fauna e flora*. Localizada próximo à Baía de Guanabara, a região abriga uma variedade de ecossistemas. Um levantamento das espécies arbóreas da APA da Bacia do São João identificou 501 espécies de plantas, cuja grande maioria pertence ao grupo das secundárias iniciais, que foram as primeiras espécies encontradas na floresta, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de outras.No entanto, o elevado número de espécies exóticas encontrado na região caracteriza perturbação dos fragmentos analisados – foi identificada a ocorrência de pelo menos 20 espécies raramente encontradas em outras regiões do Estado.

Várias espécies de borboletas são encontradas em Rio Bonito

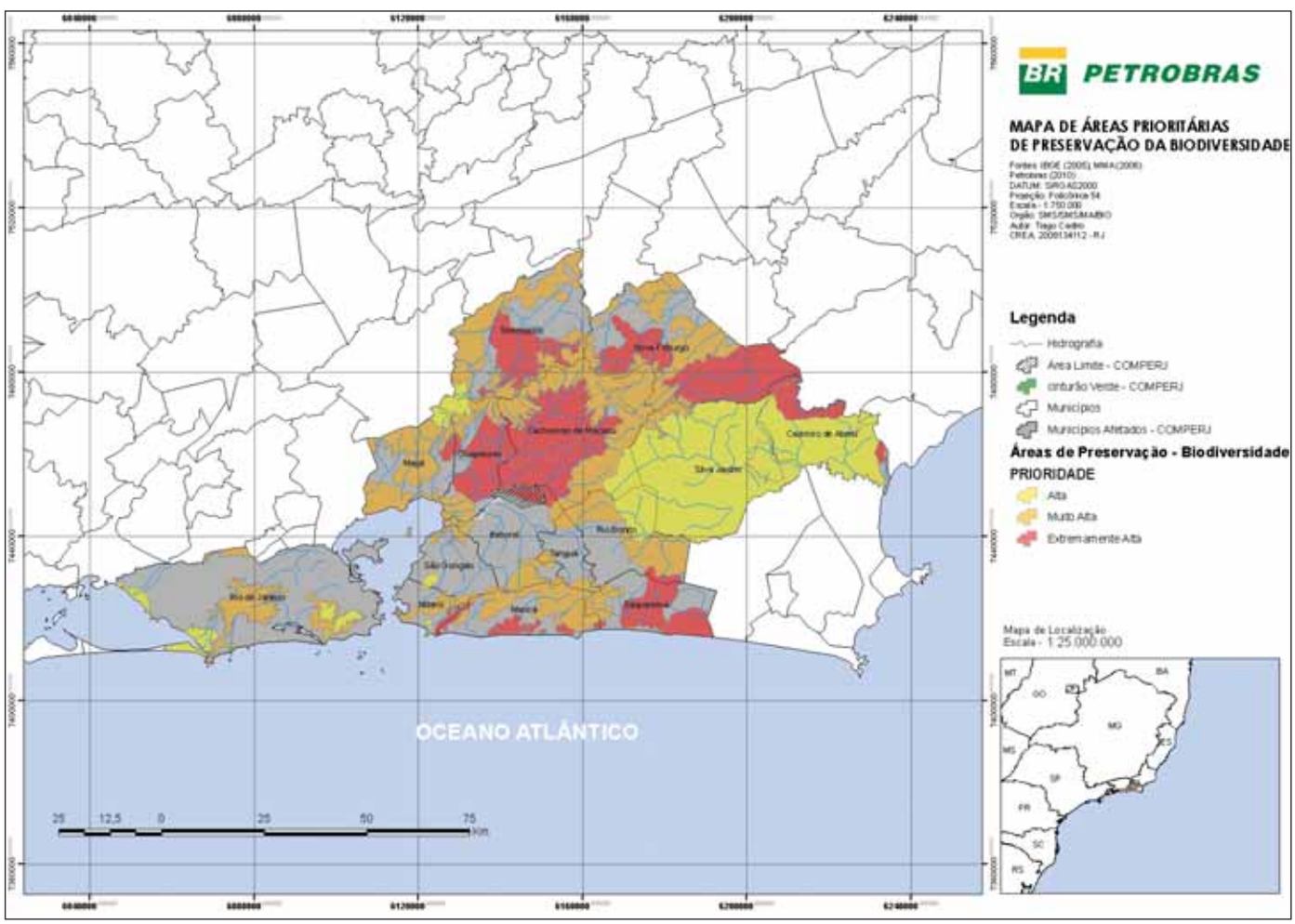
Apesar dos esforços dos órgãos ambientais do município, a fiscalização é insuficiente para combater o desmatamento desordenado. Um dos maiores problemas são as já citadas áreas fragmentadas da Mata Atlântica que, ao fi-

carem isoladas umas das outras, reduzem as possibilidades de manutenção dos processos ambientais, contribuindo para a perda da biodiversidade regional.

A exploração predatória dos recursos naturais tem causado sérios danos à região, resultando na extinção de espécies locais. Os integrantes do Fórum da Agenda 21 estão preocupados com a *introdução de espécies exóticas modificadas geneticamente,* que podem comprometer a biodiversidade local, com a *ação dos caçadores* e com a criação ilegal *de pássaros silvestres.*

Apesar dos centros universitários sediados na região, o município não tem *um inventário da fauna e da flora que permita um melhor estudo a biodiversidade local*, o que dificulta a *conservação adequada da diversidade biológica do município.*

Mapa 6: Áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade no município e arredores



Fontes: IBGE, MMA, Petrobras (2010)

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Gerenciamento da biodiversidade local

■ Programas e projetos

1. Elaborar projetos de pesquisa relacionados à preservação da biodiversidade, de maneira similar aos que são realizados na Reserva Biológica de Poço das Antas.

■ Estudos técnicos

2. Atualizar os estudos sobre a biodiversidade do município.

■ Planejamento

3. Criar um banco de dados da fauna e da flora locais, acessível à população.

■ Comunicação

4. Promover campanhas de conscientização sobre a preservação da biodiversidade da região.

■ Fiscalização

5. Integrar as atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Inea e do ICMBio, visando o combate ao tráfico e cativeiro de animais silvestres.

Possíveis parceiros

Alerj . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . Escola Nacional de Botânica Tropical . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ibama . ICMBio . Inea . Jardim Botânico do Rio de Janeiro . MMA . MP . Museu Nacional do Rio de Janeiro . ONGs . Pacto pela Restauração da Mata Atlântica . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Educação e Cultura) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . CNPq . Faperj . Fecam . Finep . FNMA . Fundação O Boticário de Proteção à Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Fundo Municipal de Meio Ambiente . ICMS Ecológico . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Química Amparo (Produtos Ypê).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera contribui para a retenção de calor na Terra, provoca a elevação da temperatura média do planeta e é a principal causa das mudanças climáticas. Isso se deve, principalmente, à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), ao desmatamento, às queimadas e aos incêndios florestais.

As principais consequências do agravamento do efeito estufa são: temperaturas globais médias mais elevadas, resultando em ruptura dos sistemas naturais; mudanças nos regimes de chuva e nos níveis de precipitação em muitas regiões, com impactos na oferta de água e na produção de alimentos; maior incidência e intensidade de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, tempestades, enchentes, incêndios e secas; elevação do nível do mar e alterações de ecossistemas, como o aumento de vetores transmissores de doenças e sua distribuição espacial.

Na maioria dos países, a maior dificuldade para controlar a emissão de GEE reside na queima de combustíveis fósseis para a obtenção de energia. Já no Brasil, as principais causas são as queimadas e as emissões dos veículos automotores. A temperatura média no País aumentou aproximadamente 0,75ºC no século 20, o que tem intensificado a ocorrência de secas e enchentes, e provocou o surgimento de fenômenos climáticos que não ocorriam no Brasil, como furacões.

Rio Bonito tem um clima do tipo tropical úmido, com sazonalidade bastante definida. O verão é quente, úmido e muito chuvoso e o inverno, frio e seco. Segundo dados do Instituto Nacional de Metrologia (Inmet, 2006), a temperatura média anual é de 20°C e a precipitação oscila entre 1.500mm e 2.000mm anuais.

O crescimento urbano desordenado no município vem contribuindo para as mudanças climáticas na região. O desmatamento dos remanescentes florestais de Mata Atlântica favorece o aumento da temperatura, além de modificar a umidade relativa do ar. Paralelamente, o *aumento do tráfego de veículos e a instalação de indústrias favorecem o aumento da emissão de gases poluentes na atmosfera*. Além de causar danos ao meio ambiente, a concentração dos gases estufa pode alterar a qualidade do ar e comprometer a saúde da população.

O grupo cobra uma atuação mais eficiente do poder público na gestão ambiental e defende a utilização de fontes de energia menos poluentes. A conversão dos veículos para GNV pode ser uma boa estratégia, desde que haja incentivo à instalação de postos de abastecimento que atendam à demanda da região.

É preciso ainda que a população tenha consciência dos problemas relacionados às mudanças climáticas e adotem boas práticas. Para isso, o poder público deve desenvolver projetos e campanhas de Educação Ambiental.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Manutenção da boa qualidade do ar

■ Infraestrutura

1. Implantar estações de monitoramento da qualidade do ar.

■ Capacitação

2. Capacitar os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para monitorar a qualidade do ar.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar as emissões de gases poluentes por veículos no município.

Possíveis parceiros

Detro . DNIT . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Inmet . Inpe . Ministérios (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) . Prefeitura Municipal . SEA . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas Associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Fundo Municipal de Meio Ambiente . Pibic . Programa Petrobras Ambiental.

2 Ordem Física

HABITAÇÃO

A Agenda 21, em seu capítulo 7, afirma que o acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e econômico das pessoas e que o objetivo dos assentamentos humanos é melhorar as condições de vida e de trabalho de todos, especialmente dos pobres, em áreas urbanas e rurais.

Essa menção especial aos mais pobres se deve ao fato de que estes tendem a estar nas áreas ecologicamente mais frágeis ou nas periferias das grandes cidades. Moradores instalados em assentamentos precários estão mais sujeitos a problemas como falta de saneamento e de serviços públicos adequados e a desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra.

O déficit habitacional do Brasil é de 5,8 milhões de domicílios. Com os projetos de habitação popular no País sendo guiados pelo menor preço, é importante considerar os novos parâmetros propostos pela construção sustentável ao se planejarem os investimentos necessários para atender a essa imensa demanda.

Além de evitarem o desperdício de água e de energia, novas tecnologias garantem conforto e segurança, e facilitam a utilização de materiais que causam menos impactos ambientais. As habitações sustentáveis também se mostram mais econômicas e eficientes a médio prazo.

Déficit habitacional – Número de domicílios improvisados, inadequados para se viver e/ou onde existe coabitação familiar e/ou onde famílias pobres pagam um aluguel que excede 30% da sua renda familiar.

Segundo estudo do Lima–UFRJ[2], Rio Bonito é um dos municípios com baixas taxas de densidade demográfica e de urbanização e deve manter-se assim até 2020. O número total de domicílios apurado pelo IBGE em 2010 foi de 19.729, sendo que destes, 17 são coletivos e o restante particulares.

Entre 2006 e 2008, segundo estudo da ONU-Habitat/UFF, o número de domicílios particulares permanentes urbanos cresceu 5,89% em Rio Bonito, contra um aumento de 4,94% na região do Conleste[3]. No mesmo período, o município manteve-se com dois assentamentos urbanos precários, mas a área ocupada por eles quase dobrou: cresceu 90%, um ritmo muito superior ao observado no Conleste (18,31%).

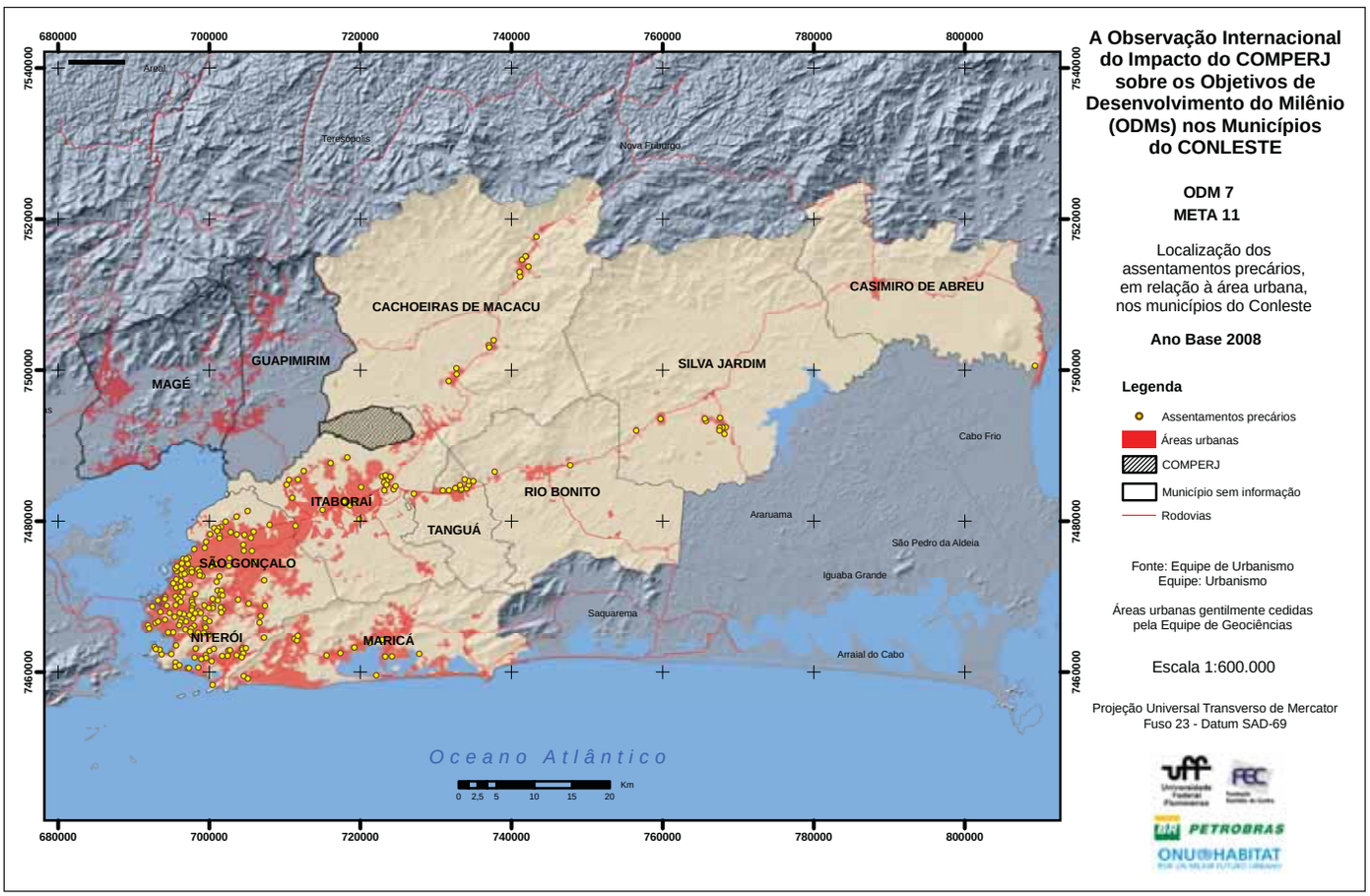
Os participantes do Fórum mostraram-se preocupados com *a situação da população de baixa renda que reside em áreas de risco e não conta com saneamento básico ou regular coleta de lixo*. Eles temem um possível agravamento da situação devido ao *crescimento urbano desordenado, decorrente do aumento da taxa de natalidade, do êxodo rural e de pessoas vindas de outros municípios*.

---

2 Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Conleste – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense. Reúne os municípios do entorno de Itaboraí, onde será instalado o Comperj: Araruama, Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Magé, Maricá, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá.

Mapa 7 – Assentamentos precários em relação à área urbana nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010)

Como *não há uma política de assentamento legal*, os participantes do Fórum temem o *surgimento de favelas e aumento dos loteamentos sem infraestrutura habitacional (rede de esgoto, água, luz, calçamento), com lançamento de esgoto in natura nos rios e nas encostas.*

O projeto habitacional promovido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Bem Estar Social prevê até o final de 2011 a execução de três programas habitacionais. Estes programas irão beneficiar cerca de 150 famílias cadastradas, vítimas das enchentes de 2008 e 2009 e outras em situação de risco social. As construções estão localizadas no distrito de Boa Esperança e próximo ao parque industrial e são financiadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (Padem) e pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Apesar de existirem *áreas disponíveis para crescimento urbano próximas ao centro, falta planejamento para os novos loteamentos e para o acompanha-*

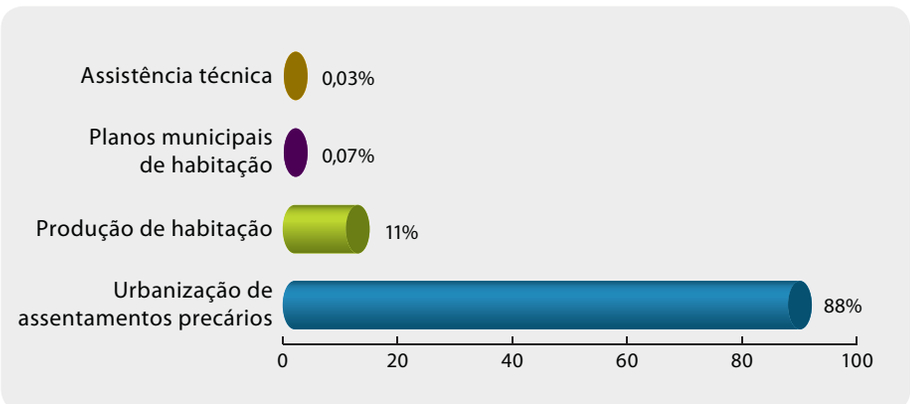
Assentamentos precários – 1) Favelas, vilas, mocambos; 2) Loteamentos irregulares e moradores de baixa renda; 3) Cortiços; 4) Conjuntos habitacionais degradados *(Fonte: Ministério das Cidades).*

Conjunto habitacional no Parque Andréia – Boa Esperança

mento da instalação daqueles já previstos, inclusive para o parque industrial e para as áreas do entorno.

As ações previstas pelo PAC na área da Habitação para a Região do Conleste, para o período de 2007 a 2010, somavam investimentos no valor de R$ 120 milhões, assim distribuídos:

Gráfico 2: Distribuição dos investimentos do PAC nos municípios do Conleste



Fonte: Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste Ano 2009 - Relatório do Termo Aditivo.

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Controle da ocupação nas áreas de risco

■ Gestão pública

1. Remanejar a população instalada nas áreas de risco mapeadas no Plano Diretor e no Mapeamento de Risco.
2. Solicitar apoio jurídico para a regularização dos títulos de posse.
3. Elaborar um projeto de lei que exija do loteador infraestrutura mínima adequada ao parcelamento do solo.
4. Estabelecer critérios mais rigorosos para a liberação de novos loteamentos.
5. Aplicar a legislação nos loteamentos (lei de uso e parcelamento do solo, código ambiental, entre outros).
6. Implantar o Plano de Risco, elaborado pelo Departamento de Recursos Minerais, para fornecer subsídios técnicos sobre o controle da ocupação das áreas de risco.

■ Planejamento

7. Divulgar os resultados do levantamento das áreas de risco ocupadas no município,.

■ Fiscalização

8. Fiscalizar a ocupação das áreas de encosta, com aplicação de multa a eventuais infratores.
9. Fiscalizar os loteamentos recém-construídos.

■ Programas

10. Elaborar um Plano Local de Habitação e Interesse Social para a realocação das famílias que residem em áreas de risco (em andamento).

■ Infraestrutura

11. Construir casas populares para famílias de baixa renda (em construção).

■ Comunicação

12. Promover campanhas de conscientização e divulgação de informações sobre construção em áreas de risco e de encostas.

● Fixação do homem no campo

■ Gestão pública

1. Elaborar uma nova política pública no setor habitacional, construindo condomínios segundo um sistema socioambiental integrado.
2. Cobrar da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos maiores investimentos no planejamento rural (melhoria nas estradas de acesso, instalação de postes de luz, entre outros).
3. Criar uma força-tarefa para impedir a ação de posseiros e grileiros nas áreas rurais do município.

■ Programas

4. Construir ecovilas (núcleos urbanos ecologicamente planejados) e agrovilas nas áreas rurais.

Possíveis parceiros

Ampla . Câmara Municipal . Cartórios . Eletrobras . Empresas associadas ao Comperj . IBGE . Ministério das Cidades . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Assistência Social e Direitos Humanos, Obras, Habitação e Renda) . Sebrae . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Trabalho, Habitação e Bem-Estar Social, Obras e Serviços Públicos).

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Energ . CT-Infra . Empresas associadas ao Comperj . Finep . LOA . Ministérios (Cidades, Minas e Energia) . PAC . Plano Nacional de Habitação . Secretaria Estadual de Habitação.

SANEAMENTO

Saneamento ambiental é o conjunto de práticas voltadas para a conservação e a melhoria das condições do meio ambiente em benefício da saúde. Envolve abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de doenças transmissíveis.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais 2010 do IBGE, em 2009, 62,6% dos domicílios brasileiros urbanos eram atendidos, ao mesmo tempo, por rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta, porém com grande disparidade entre as regiões do País (13,7% no Norte e 85,1% no Sudeste). Consequência da rápida urbanização do País, esse quadro indica que o saneamento é um dos pontos mais críticos da crise urbana no Brasil e demanda medidas urgentes da maioria dos municípios brasileiros.

Além do comprometimento ambiental resultante da ausência de saneamento adequado, são consideráveis as perdas econômicas e sociais causadas pela morbidade e mortalidade que atingem principalmente as crianças. O Ministério da Saúde estima que cada R$ 1 investido em saneamento retorna em R$ 5 de custos evitados no sistema de saúde pública.

Rio Bonito, segundo os participantes do Fórum, possui rede mista de captação. Contudo, algumas *casas ainda não possuem fossa nem água canalizada*. Eles defendem *a municipalização dos serviços de água e esgoto, cujo serviço é prestado atualmente pela Cedae.*

No ano de 2011, o município elaborou seu Plano Municipal de Saneamento Ambiental, relacionado a esgoto sanitário, águas pluviais, resíduos sólidos e abastecimento de água, com o objetivo de adequar-se a Lei Nacional de Saneamento Ambiental (Lei nº 11.445 /07).

Esgoto Sanitário

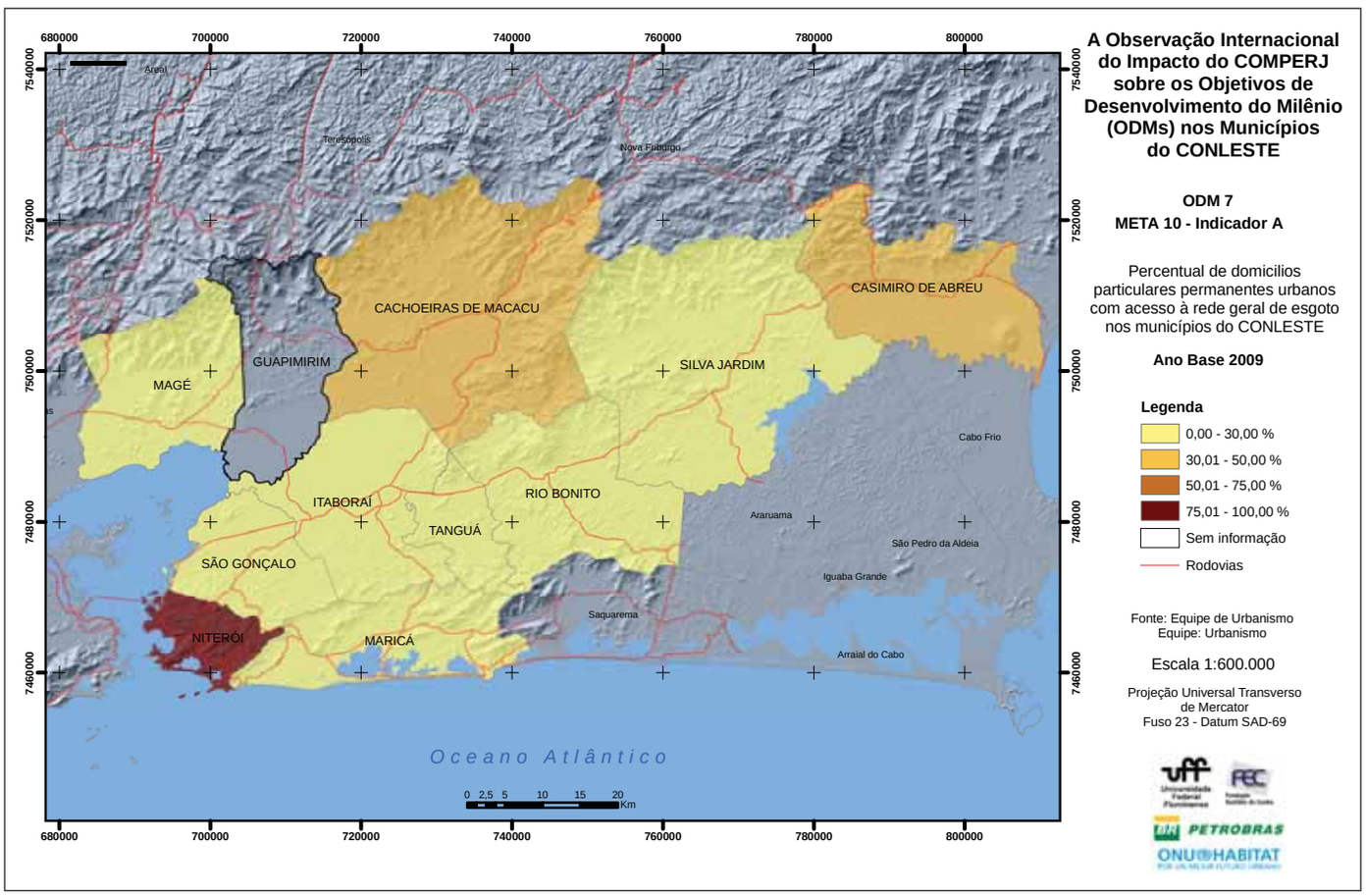
De acordo com o estudo da ONU-Habitat/UFF, com base nas informações da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), em 2009 o município não possuía rede coletora oficial, enquanto a média do Conleste era de 21,71% de residências atendidas por rede de esgotamento sanitário [4].

Em Rio Bonito *falta rede de esgoto unitária, tecnologia para o seu tratamento e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).* Boa parte das residências possui fossa, mas o *esgoto* corre *a céu aberto em algumas localidades e é despejado*

4 Importante considerar que o IBGE (2000) inclui ligações regulares e irregulares às redes (ano 2000) e as concessionárias (ano 2007) excluem as irregulares da contagem.

in natura nos rios. A construção de casas sem fossas ou água canalizada agrava a situação, provocando o *aumento de doenças.*

Mapa 8: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de esgoto nos municípios do Conleste



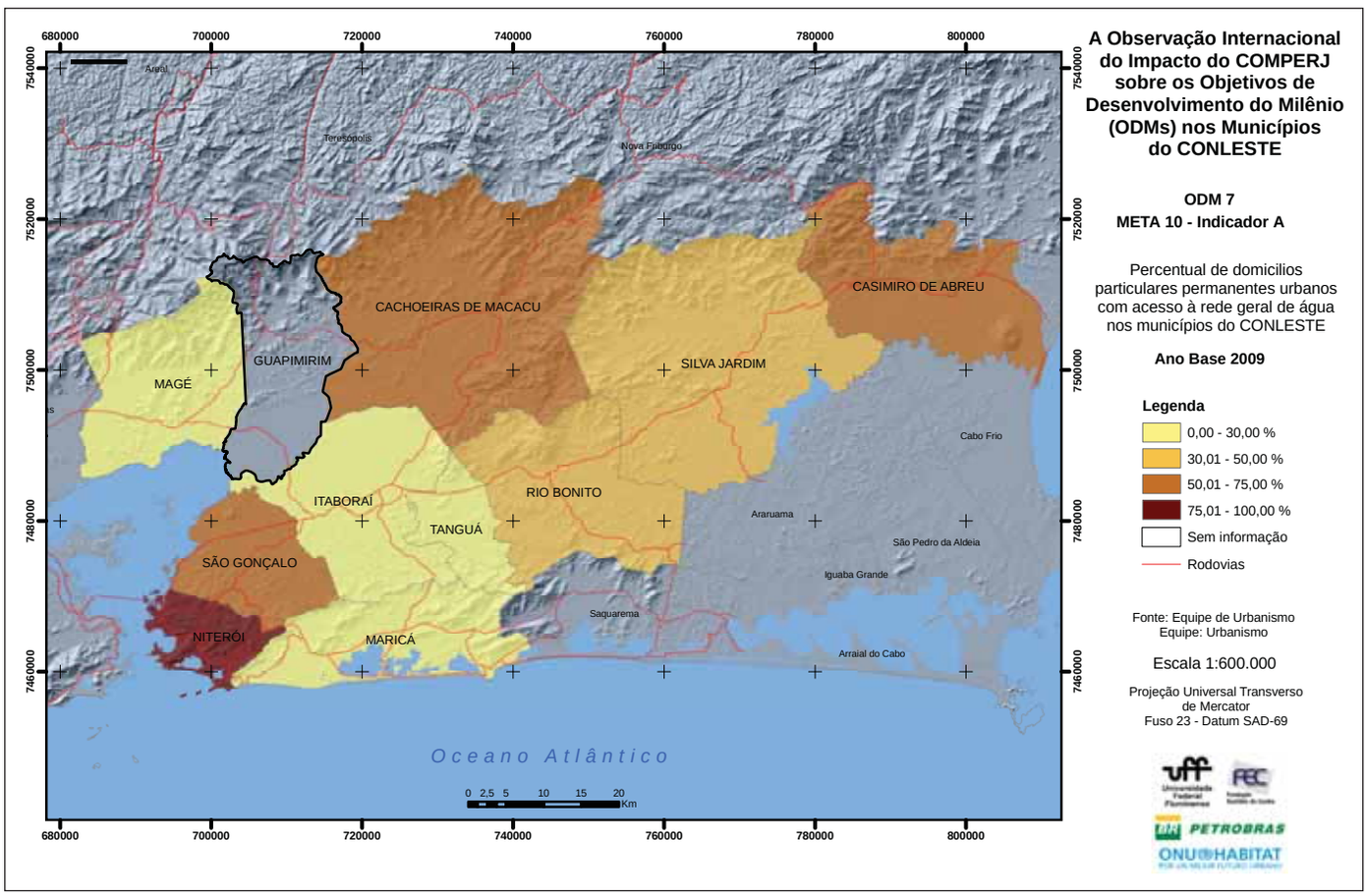
Fonte: ONU-Habitat/UFF (2010)

Abastecimento de Água

Ao contrário do que foi observado em outros municípios da região, o ritmo de ampliação dos serviços de abastecimento de água em Rio Bonito superou o crescimento de domicílios, crescendo 11,67% no período de 2008 a 2009, conforme apurado pelo estudo da ONU-Habitat/UFF. Em 2009, 43,42% dos domicílios tinham acesso à água tratada – abaixo da média do Conleste (52,08%). De acordo com a prefeitura, em 2010, 90% da área central de Rio Bonito contavam com água canalizada. As outras localidades não são atendidas, segundo os órgãos responsáveis, devido à situação irregular das moradias e à falta de investimentos da Cedae.

Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) – Infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, comumente chamadas de esgotos sanitários ou despejos industriais. Após o tratamento, são escoadas para o mar ou rio com um nível de poluição aceitável (ou então, são "reutilizadas" para usos domésticos), através de um emissário, conforme a legislação vigente para o meio ambiente receptor.

Mapa 9: Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede geral de água nos municípios do Conleste



Fonte: ONU-Habitat / UFF (2010)

Resíduos Sólidos

Em 2003, o Programa Pró-Lixo, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente promoveu a construção de um aterro sanitário, de unidades de triagem e de compostagem e adquiriu um incinerador.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Ambiente, Rio Bonito produzia 36.437 kg/dia de resíduos sólidos, em 2007, que eram encaminhados a um aterro controlado no bairro Mato Frio, a 14 km do centro. O município de *Rio Bonito possui coleta de lixo* com cobertura de 90% dos domicílios, mas ainda há *necessidade de se adotar a coleta seletiva em todo o município.*

Existe *espaço físico para a construção de uma nova estação de tratamento de lixo* e *áreas para abrigar cooperativas para a reciclagem dos resíduos sólidos, com objetivo de gerar renda.*

Dragagem do Rio Bonito na Avenida Santos Dumont

Aterros – Existem três formas de disposição de resíduos em aterros: os aterros sanitários, que recebem os resíduos de origem urbana (domésticos, comerciais, públicos, hospitalares etc.); os industriais (somente para resíduos considerados perigosos); e os aterros controlados para lixo residencial urbano, onde os resíduos são depositados e recebem uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de reciclar o lixo por compostagem acelerada ou a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não controlado.

Os moradores temem o *aumento da produção de lixo em decorrência do crescimento urbano*. O grupo mostrou-se preocupado com a *poluição do ambiente, devido à queima de resíduos,* e com o *transporte inadequado do lixo recolhido*. Além disso, *falta fiscalização em rios, florestas, lagos e nascentes* para coibir o descarte ilegal de resíduos, além de *faltar um plano para reciclagem de resíduos da construção civil*. Os moradores estão *satisfeitos com a destinação adequada do lixo hospitalar no município*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Ampliação da rede de esgoto

■ Planejamento

1. Cobrar o tratamento do esgoto em todos os bairros do município.

■ Articulação

2. Articular parcerias com o setor público e com instituições privadas para subsidiar a adequação da rede de esgoto nas áreas desassistidas.

■ Infraestrutura

3. Aumentar os recursos materiais e humanos necessários à fiscalização (veículos, combustível, GPS, entre outros).
4. Instalar fossas sépticas nas residências do município.
5. Criar uma rede separada de águas pluviais e de esgoto.
6. Criar uma estação de tratamento de esgotos com separação dos sistemas pluvial e de esgoto.

■ Estudo técnico

7. Promover estudos comparativos sobre tratamento de esgotos (ETE tradicional x biodigestores = transformação de lixo orgânico em gás e biofertilizantes).

● Promoção do saneamento ambiental

■ Planejamento

1. Implementar um Plano Municipal de Saneamento Ambiental.
2. Cobrar da Cedae a construção de Estações de Tratamento de Esgoto, nos bairros de Lavras, Rio do Ouro, Jacuba, Mangueira, Rio Vermelho e Colina Primavera.

● Gerenciamento dos resíduos sólidos

■ Gestão pública

1. Elaborar o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

■ Planejamento

2. Implantar os serviços de coleta seletiva para todos os bairros do município.
3. Criar um plano de ação para viabilizar a coleta seletiva no município.
4. Implantar projetos de reciclagem em parceria com a iniciativa privada.
5. Promover a reciclagem de lixo com diversos fins (entulhos na construção civil, pneus na pavimentação, entre outros).

■ Projetos

6. Elaborar projetos que visem à inserção da comunidade local no processo de reciclagem do lixo.

■ Infraestrutura

7. Adquirir veículos adequados à coleta seletiva de resíduos sólidos.
8. Captar recursos financeiros para adquirir equipamentos, realizar campanhas educativas e capacitar pessoal para a coleta seletiva.
9. Modernizar o aterro sanitário, melhorando as instalações da usina de triagem dos materiais.
10. Construir uma estação de reciclagem de entulho.

■ Comunicação

11. Sensibilizar a população sobre a importância de separar adequadamente os resíduos tóxicos e perigosos (ex.: seringa de uso caseiro).

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Cedae . Conleste . Cooperativas de reciclagem . Coppe-UFRJ . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . IBGE . Inea . Ministérios (Cidades, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Obras . Secretarias Municipais (Saúde, Obras e Serviço Público, Desenvolvimento Urbano) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . Banco Real Santander . BID . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Infra . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . Funasa . ICMS-Verde . LOA . Ministério das Cidades . PAC.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Praticamente todos os aspectos da vida moderna estão ligados a sistemas de transporte que permitem o deslocamento de pessoas, matérias-primas e mercadorias. Nosso ambiente, economia e bem-estar social dependem de transportes limpos, eficientes e acessíveis a todos. No entanto, os meios de transporte disponíveis são insustentáveis e ameaçam a qualidade de vida e a saúde da população e do planeta.

Nos últimos 30 anos, os investimentos públicos no Brasil privilegiaram a infraestrutura voltada para a circulação dos automóveis. Além da poluição atmosférica e sonora, este modelo de transportes gera um trânsito caótico e violento, que causa acidentes com milhares de mortes todos os anos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o setor de transportes já é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono em todo o mundo. A tendência é que entre 2005 e 2030 essas emissões aumentem 57%, sendo 80% deste crescimento nos países em desenvolvimento e, em sua grande maioria, provenientes de carros particulares e caminhões.

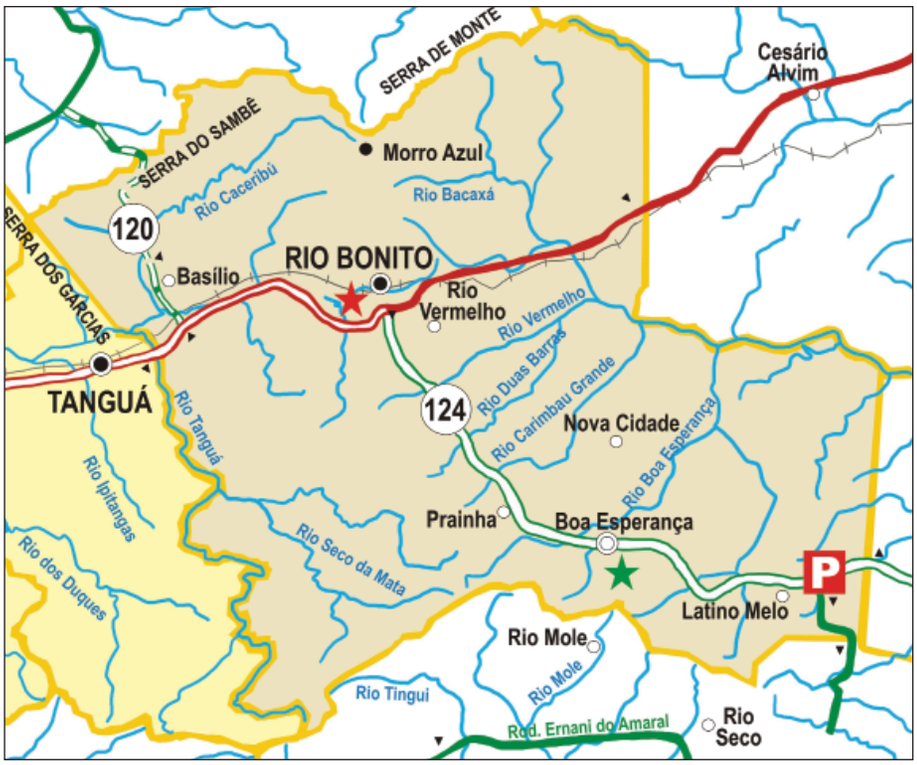
Sistemas de transportes sustentáveis demandam uma boa distribuição de serviços nos bairros, de forma a reduzir a necessidade de deslocamentos, assim como transporte público de qualidade e ciclovias.

A BR-101 e a RJ 124 são os principais acessos ao município. A estação ferroviária, que antigamente realizava o trajeto Rio de Janeiro – Vitória encontra-se desativada. Rio Bonito conta com um Terminal Rodoviário e com a Ciclovia da Bela Vista.

Para os participantes, o *serviço de transporte coletivo é precário,* principalmente na área rural. Hoje em dia, a população sofre com o fato de haver poucos horários de ônibus na região. Por causa disso, resta apenas a utilização das vans, que apesar de regularizadas, operam com trajetos intermunicipais.

A BR-101 é a principal estrada de acesso a Rio Bonito

Mapa 10: Localização das principais estradas existentes no município



Fonte: DNER (2010).

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Organização do sistema de mobilidade e transporte

■ Gestão pública

1. Acabar com o monopólio do transporte coletivo por meio da abertura de licitações.
2. Regularizar os transportes alternativos no município.
3. Padronizar os quebra-molas, conforme previsto em lei.

■ Estudos técnicos

4. Aprofundar os estudos técnicos para retirar a área de manobra da ferrovia de dentro da cidade.

■ Infraestrutura

5. Utilizar a ferrovia para o transporte de passageiros.
6. Verificar a possibilidade de ampliar a linha ferroviária.
7. Definir uma logística de fluxo de carros e ônibus, de forma a melhorar a rotina da cidade.

■ Comunicação

8. Incentivar os motociclistas a utilizarem as faixas de estacionamento especificas para as motos.

Possíveis parceiros

Agetransp . ANTT . Concessionária Autopista Fluminense . DNER . DNIT . Fetranspor . FGV . ONGs . Prefeitura Municipal . Secretaria Estadual de Transportes . Secretarias Municipais (Desenvolvimento Urbano, Planejamento, Obras e Serviços Públicos) . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . CT-Transporte . FAT . Finep . LOA.

SEGURANÇA

Justiça e paz são aspirações humanas legítimas. Sua falta representa uma perda para a qualidade de vida. Segurança é um tema que transcende as ações policiais e judiciais de repressão e contenção da violência armada e prevenção de mortes.

Relaciona-se diretamente com a redução da evasão escolar, distribuição de renda, inclusão social, atenção básica à saúde, reforma urbana e rural, e solução das questões habitacionais. Ao tratar do tema, também é preciso dedicar atenção especial às questões que envolvem violência doméstica, de gênero, racismo e todo tipo de intolerância.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), só a criminalidade violenta custa cerca de R$ 140 bilhões por ano ao País. Os custos totais da criminalidade são estimados em 10% do PIB brasileiro. Portanto, segurança pública também está relacionada a desenvolvimento econômico.

No Rio de Janeiro, com indicadores de segurança no mesmo patamar dos de países em guerra, o desafio da construção de um Estado seguro e acolhedor para seus cidadãos é a questão de fundo por trás de todos os objetivos. Conquistar a redução e o controle da violência armada implica compromissos e processos de longo prazo, com financiamento continuado e envolvimento de amplos setores da sociedade, aliados a políticas públicas eficazes.

Em Rio Bonito, assim como em todo o Estado, o órgão responsável pela segurança pública é a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg). A partir de 1999, visando estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), reunindo um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Pmerj) e uma ou mais Delegacias de Polícia Civil (Pcerj).

Cada Aisp criou um Conselho Comunitário de Segurança para avaliar a área e a qualidade do serviço prestado pela polícia, contribuindo com a adoção de soluções integradas e o acompanhamento dos resultados das medidas adotadas. Até o final de 2011, está prevista a conclusão do Projeto de Pesquisa de Análise Preliminar do Impacto do Comperj na Segurança Pública, com o objetivo de dimensionar seu sistema e traçar estratégias.

O município tem uma Guarda Municipal com 41 membros que recebem treinamento ofensivo e defensivo, de primeiros socorros e para o trânsito. Sua atuação consiste na proteção ao patrimônio, ronda escolar, monitoramento da cidade 24 horas e policiamento ostensivo para o trânsito. As principais parcerias são: Samu, Polícia Militar e Florestal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Auto Pista Fluminense e Via Lagos, além da Marinha do Brasil, que prevê a realização de palestras sobre navegação e procedimentos em mar e rios.

Os dados para Rio Bonito foram desagregados por ocorrências registradas pela Polícia Civil (119ª DP). Em 2009, foram feitos 1.702 registros de ocorrências criminais na DP que atende à cidade. Os principais são relacionados a furtos e lesões corporais decorrentes de problemas no trânsito. As últimas estatísticas estão disponíveis no site: http://www.isp.rj.gov.br/ResumoAisp.asp

Os participantes temem que a instalação do Comperj em Itaboraí e das UPP no Rio de Janeiro provoquem *um aumento da violência urbana e a desestruturação da ordem local, devido principalmente ao crescimento populacional, à possibilidade de crescimento do número de moradores de rua* e à fuga de "bandidos" com a implantação das Unidades Pacificadoras.

Rio Bonito conta com uma Delegacia Legal

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Monitoramento, atendimento e orientação aos moradores de rua

■ Infraestrutura

1. Criar Unidades de Abrigo e Casas de Passagem para a população que vive em situação de risco social.

● Estratégia para assegurar a segurança da mulher

■ Infraestrutura

1. Construir e implantar uma Delegacia da Mulher no município.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conselho Comunitário de Segurança . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Guarda Municipal . IBGE . ISP . Ministério da Justiça . MP . OAB . ONGs . Pmerj . Policia Civil do Estado do Rio de Janeiro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Segurança . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . LOA . Pronasci.

3

Ordem Social

EDUCAÇÃO

Rio Bonito registra alto índice de matrículas no ensino fundamental

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação, em todas as suas formas, molda o mundo de amanhã, instrumentalizando indivíduos com habilidades, perspectivas, conhecimento e valores necessários para se viver e trabalhar.

O capítulo 36 da Agenda 21 Global afirma que a educação e a consciência pública ajudam as sociedades a desenvolver plenamente suas potencialidades e que o ensino, tanto formal quanto informal, é indispensável para modificar a atitude das pessoas, de forma a capacitá-las para avaliar e enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Para despertar a consciência ambiental e ética, também são fundamentais valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nos processos decisórios.

Segundo o Relatório de Acompanhamento de Indicadores do Milênio na Região do Conleste (2009), o acesso ao Ensino Fundamental é praticamente universalizado nas grandes cidades brasileiras, e, em geral, as crianças chegam a ele na idade adequada. Todavia, o índice de reprovação ainda é elevado, o que impede que muitas concluam esse nível de ensino.

Apesar da adoção de políticas para reverter essa situação, continuam altas as taxas de reprovação, demandando ações mais eficazes de correção do fluxo escolar. Entre elas se incluem maior atenção às condições materiais de trabalho na escola, aumento do tempo de permanência dos alunos em suas dependências e investimentos na formação de professores e educadores.

Em Rio Bonito existem 43 escolas municipais de Ensino Pré-Escolar (38 públicas municipais e 5 particulares), 51 escolas de Ensino Fundamental (39 públicas municipais, 7 públicas estaduais e 5 particulares) e 10 de Ensino Médio (1 pública municipal, 6 públicas estaduais e 3 particulares)[5].

Em 2009, as notas do município no Ideb foram 4,5 para as séries iniciais e 4,0, para as séries finais. A média nacional foi de 4,6 para as séries iniciais e 4,0 para as séries finais[6]. As escolas estão distribuídas entre o meio urbano e o rural, porém nem todas contam com boa infraestrutura para o atendimento aos seus alunos e capacitação de seus profissionais.

5 Fonte: IBGE, 2009.
6 Fonte: Ideb, 2009

Tabela 1: Idebs observados em 2005, 2007, 2009 e metas para rede municipal

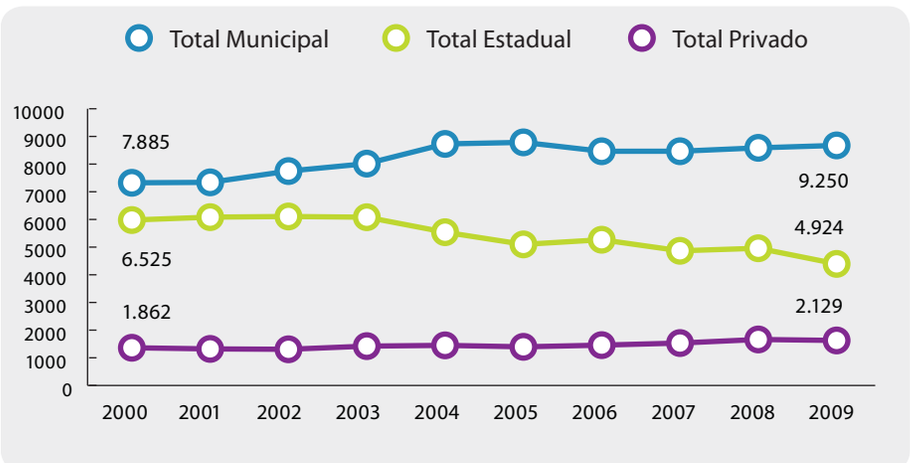
	Ideb observado			Metas projetadas							
Município	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	3.5	4.2	4.5	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8
Anos finais	3.4	3.7	4.0	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (2010)

O atendimento à pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) está em vias de ser universalizado, mas as creches (crianças de 0 a 3 anos) ainda são insuficientes. Segundo dados da Cide, a rede de ensino universalizou o atendimento no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira[7] confirmam essa realidade, indicando que Rio Bonito apresenta uma taxa elevada de matrículas brutas de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental, muito acima das taxas das observadas no Conleste e do Estado no Rio de Janeiro.

Gráfico 3: Número de matrículas efetuadas no município de Rio Bonito.



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (2010)

Embora o acesso aos Ensinos Fundamental e Médio esteja resolvido, não se verifica o mesmo sucesso quanto à permanência na escola – é grande a evasão escolar no município.

Segundo os dados da ONU-Habitat/UFF, há uma elevada distorção idade/ano escolar tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, com retenção em todos os anos, o que compromete o fluxo escolar e a conclusão dos estudos.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Mede a qualidade da educação numa escala que vai de zero a dez. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será sua classificação. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso.

7 Inep, 2007

Quanto ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, o Ministério da Educação[8] informou que 160 crianças, jovens e adultos são atendidos pela Educação Especial (100 crianças em creches conveniadas, 2 crianças em educação especial pré-escolar, 21 crianças e jovens em educação especial de ensino fundamental e 37 alunos em educação especial de jovens e adultos no ensino fundamental).

No ensino técnico-profissional, há necessidade de se ampliar a oferta de ensino profissionalizante, especialmente para atender à demanda do Comperj. Na avaliação dos participantes do Fórum, **faltam** *programas voltados para a capacitação gratuita de adolescentes e jovens e para a geração do primeiro emprego e renda,* para atender às exigências do mercado de trabalho na região.

Cerca de 40% dos alunos das escolas municipais têm acesso ao transporte escolar

8 FNDE 2011

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Melhoria da organização e infraestrutura do sistema educacional

■ Planejamento

1. Viabilizar a criação de um Banco de Crédito Escolar.
2. Introduzir a interdisciplinaridade na metodologia e dinâmica escolar.

■ Infraestrutura

3. Instalar laboratórios científicos nas escolas.
4. Buscar melhorias nas condições das escolas do município (equipamentos de multimídia, carteiras para canhotos, materiais de apoio para pessoas com deficiência, entre outros).

● Estímulo à formação técnica

■ Planejamento

1. Estimular as atividades de formação técnica, para atender às demandas do mercado de trabalho.

■ Infraestrutura

2. Criar um centro de educação integral voltado ao Ensino Profissionalizante.

● Valorização do ensino superior

■ Planejamento

1. Articular com reitores de universidades a possibilidade de instalar campi universitários no município, oferecendo cursos que valorizem as vocações da região.

■ Articulação

2. Firmar parcerias com universidades e escolas técnicas públicas e privadas para a implementação de cursos de extensão.

Possíveis parceiros

Câmara dos Dirigentes Lojistas de Rio Bonito. Câmara Municipal . Conleste . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Municipal de Educação e Cultura . Seeduc . Senac . Senai . Sesc . Universidades . Voluntários.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . Fundação Abrinq . Fundação Vale do Rio Doce . Fundeb . Instituto C&A . LOA . Ministérios (Educação, Ciência e Tecnologia) . Oi Futuro . Pibic . Programa Petrobras Cultural . Unesco.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mata ciliar – Vegetação na margem dos rios, lagos, nascentes, represas e açudes. Consideradas áreas de preservação permanente, as matas ciliares protegem as margens contra a erosão, evitando o assoreamento; permitem a conservação da flora e da fauna; regulam os fluxos de água; e são a proteção mais eficiente dos solos onde se encontram.

Assoreamento – Deposição de sedimentos (areia, detritos etc.) originados de processos erosivos, transportados pela chuva ou pelo vento para os cursos d'água e fundos de vale. Provoca a redução da profundidade e da correnteza dos rios, dificultando a navegação e diminuindo a massa de água superficial.

Trata-se de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente e dos bens de uso comum, essenciais à qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seu papel é educar e conscientizar as populações sobre a importância da preservação do meio ambiente, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, opções de subsistência e oportunidades para melhorar sua qualidade de vida, mostrando que as comunidades locais são as principais beneficiárias das atividades de conservação.

No Brasil, para que esses objetivos sejam atingidos, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99 e Decreto 4.281/02) estabelece que os temas ambientais devem estar presentes durante todo o processo de escolarização, até o Ensino Superior, de forma transversal, em todos os níveis e disciplinas.

Para que uma Agenda 21 Local seja bem-sucedida, é necessário um amplo entendimento dos propósitos e do conteúdo da Agenda 21. Assim, a Educação Ambiental tem uma importância central neste processo. É por meio dela que se pode promover a capacidade de compreensão das questões ambientais e do desenvolvimento, que levam à participação no processo e à mudança de valores necessários à construção de um mundo sustentável.

Plantio de árvores no Dia do Meio Ambiente

Rio Bonito possui um calendário de atividades de Educação Ambiental: Dia Mundial da Água, Gincana Educacional de Coleta Seletiva, Concurso de Decoração Natalina com Recicláveis, Curso de Educação Ambiental Permanente, Aula-Passeio no Jardim Botânico, Projeto Pequeno Aprendiz, Reflorestamento da Mata Atlântica, Copa do Mundo Ecorreciclável, Curso de Capacitação Profissional de Educadores: Redescobrindo a Mata Atlântica, Semana Municipal de Preservação do Meio Ambiente, exposição "Nascentes da Baia de Guanabara", limpeza dos rios "Rio Ama os Rios" e reflorestamento da mata ciliar.

Atualmente o Fórum da Agenda 21 desenvolve ações visando à valorização da interação entre as comunidades da microbacia do Rio Bacaxá e o meio ambiente, através da educação para a conservação e gestão ambiental.

Apesar das iniciativas locais, os próprios membros do Fórum da Agenda 21 *acham que os projetos de Educação Ambiental existentes não são suficientes e devem ser ampliados e aperfeiçoados*, envolvendo poder público, sociedade civil organizada, empresas etc.

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Desenvolvimento de ações de Educação Ambiental

■ Articulação

1. Promover o desenvolvimento de ações integradas entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Estadual do Ambiente.

■ Projetos

2. Elaborar projetos de interação entre a comunidade e a escola, objetivando um aprendizado com visões múltiplas da sociedade.

■ Planejamento

3. Ampliar os projetos de Educação Ambiental nas escolas e associações de moradores, adequando o material didático à realidade local.
4. Promover a participação de toda a sociedade nas ações e iniciativas das escolas.

■ Infraestrutura

5. Criar na sede do Parque Natural Municipal Verde Valle uma Sala Verde, dotada de infraestrura necessária para a formação de educadores ambientais (laboratório de informática, sala de reuniões, biblioteca, entre outros).

■ Comunicação

6. Criar um plano de comunicação para divulgar as atividades de Educação Ambiental realizadas no município.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Ministérios (Meio Ambiente, Educação) . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BVS&A . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA . Oi Futuro . Programa Petrobras Cultural.

CULTURA

Segundo a Unesco, a diversidade cultural, produto de milhares de anos de história e fruto da contribuição coletiva de todos os povos, é o principal patrimônio da humanidade. As civilizações e suas culturas também resultam da localização geográfica e das condições de vida que cada uma oferece, o que se traduz na riqueza e diversidade de formas de viver e sobreviver da espécie humana.

A cultura representa as formas de organização de um povo, seus costumes e tradições, que são transmitidos de geração a geração, como uma memória coletiva, formando sua identidade e, muitas vezes, mantendo-a intacta, apesar das mudanças pelas quais o mundo passa.

A identidade cultural é uma das mais importantes riquezas de um povo, pois representa um conjunto vivo de relações sociais e patrimônios simbólicos, historicamente compartilhados, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade. Trata-se de um conceito de tamanha complexidade, que pode ser manifestado de várias formas e envolver situações que vão desde a fala até a participação em certos eventos.

A diversidade cultural é um dos pilares da identidade brasileira e fator de sustentabilidade do desenvolvimento do País. O maior desafio nesta área é enfrentar a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais – sejam físicas, como sítios arqueológicos ou patrimônios históricos, sejam imateriais, como conhecimentos e práticas das populações.

Em Rio Bonito *não há mapeamento da cultura local nem ações de preservação, resgate e divulgação da cultura do município.* Projetos como o "Núcleo de exibição itinerante de Rio Bonito"[9], da Associação de Apoio à Escola Colégio Estadual Professor Dyrceu Rodrigues da Costa, são pouco conhecidos.

O Conselho de Cultura, criado em 1992, nunca foi instalado.

Também são *poucos os atrativos culturais (áreas de lazer e lona cultural)*. No município, existem apenas duas bibliotecas públicas, criadas por lei.

Entre as expressões culturais de Rio Bonito, estão o artesanato, a música e o teatro. O artesanato é bem diversificado e conta com uma associação, a Estação das Artes. Os músicos e atores são apoiados pela histórica Sociedade Musical e Dramática Riobonitense, que foi fundada em 1904, para dar suporte a uma banda musical amadora; oferecer aulas gratuitas e servir de local de ensaio e de apresentações públicas em dias festivos. Também recebem apoio do ator Flávio Migliaccio.

Desigualdades no acesso à produção cultural

Entretenimento – Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema alguma vez no ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais visitaram uma exposição de arte; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e bibliotecas – O brasileiro lê, em média, 1,8 livro per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população. O preço médio do livro de leitura corrente é de R$ 25,00, elevadíssimo quando comparado com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à internet – 82% dos brasileiros não possuem computador em casa; destes, 70% não têm acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da cultura – 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria.

(Fonte: http://www.unesco.org/pt/brasilia/culture/access-to-culture/#c37219).

9 *Fonte: Secretaria de Estado da Cultura e Ministério da Cultura, 2009.*

Igreja Matriz, construída em 1816

Ruínas da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Braçanã

As festas populares incluem grupo de Folia de Reis e o Tapete de Sal, além das Festas Juninas, da procissão de São Cristóvão e alguns blocos de Carnaval.

Destacam-se no patrimônio histórico local: o Centro Cultural B. Lopes; o Complexo Agrícola Anísio Antunes Figueiredo Filho; a Casa de Cultura Helio Nogueira; a Casa Princesa Isabel; o Chafariz da Praça Fonseca Portela; o Engenho da Farinha; a Matriz N. S. da Conceição e a Igreja de Santanna de Basílio, tombada pelo Iphan.

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Integração social por meio da cultura

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas voltadas para promover a cultura, de forma igualitária, para todos os setores da sociedade.

■ Planejamento

2. Criar atrativos culturais para a infância e juventude (artes em geral, cinema, teatro, cursos profissionalizantes).

■ Estudos técnicos

3. Realizar um mapeamento da cultura local, tendo em vista sua preservação, resgate e divulgação.
4. Mapear as áreas históricas de ocupação indígena na região circunvizinha ao Comperj.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Conselho Estadual de Cultura . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Iphan . Minc . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Secretaria Estadual de Cultura . Secretaria Municipal de Educação e Cultura . Senac . Sesc . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Basf . Empresas associadas ao Comperj . Funarte . Fundação Banco do Brasil . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Instituto Itaú Cultural . Instituto Unibanco . Minc . Programa Petrobras Cultural.

SAÚDE

A Agenda 21 brasileira afirma em seu objetivo 7 – "Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS" – que a origem ambiental de diversas doenças é bem conhecida e que o ambiente natural e as condições de trabalho, moradia, higiene e salubridade, tanto quanto a alimentação e a segurança, afetam a saúde, podendo prejudicá-la ou, ao contrário, prolongar a vida.

Segundo a Agenda 21 Global, o desenvolvimento sustentável depende de uma população saudável. No entanto, os processos de produção e de desenvolvimento econômico e social interferem nos ecossistemas e podem colaborar para a existência de condições ou situações de risco que influenciam negativamente o padrão e os níveis de saúde das pessoas.

As principais questões ambientais que afetam a saúde humana envolvem a poluição decorrente da falta de saneamento, a contaminação do meio ambiente por poluentes químicos, a poluição atmosférica e os desastres ambientais.

Atualmente, além de se reconhecer a interdependência entre saúde, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e condições ambientais, aumenta a consciência de que a capacidade humana de interferência no equilíbrio ambiental acarreta responsabilidades da sociedade sobre seu destino e o da vida no planeta.

Estratégia Saúde da Família – O PSF/PACs (Programa de Saúde da Família) foi criado em 1994 para ampliar a atenção básica em saúde no Brasil e, entre seus objetivos, está a prevenção da gravidez na adolescência. Atualmente, é definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao invés de programa, visto que o termo programa aponta para uma atividade com início, desenvolvimento e finalização. O PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária e não prevê um prazo para finalizar esta reorganização.

Rio Bonito possui 45 estabelecimentos de atendimento[10] à saúde, sendo 26 estabelecimentos públicos municipais e 19 privados, com *profissionais capacitados*. O grupo avalia que *a infraestrutura médico-hospitalar não é suficiente,* porém, estudo socioeconômico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) afirma que Rio Bonito, junto com Niterói e Itaboraí, embora ainda não tenha alcançado o número desejável de leitos para cada mil habitantes, está entre os municípios que apresentaram valores maiores que a média estadual.

A Unidade do Programa de Saúde da Família de Parque Andréia oferece serviços médicos e odontológicos

Dados levantados no Cegab/Ministério da Saúde ,em fevereiro de 2010, informam que o Programa PSF/PACs cobria 69,61% do município, entre os melhores índices do Comperj.

Rio Bonito possui *uma instituição para tratamento de alcoólatras,* porém *os programas para tratamento de dependentes químicos ainda são insuficientes para as necessidades atuais.* Segundo o grupo, há um *aumento do número de dependentes químicos* e *faltam recursos para a melhoria da qualidade dos serviços de atendimento.*

A Secretaria Municipal de Saúde desenvolve *ações de combate à dengue*, como a produção de um filme em DVD exibido em escolas para informar aos

10 Fonte: Ministério da Saúde, Datasus, 2009

Sede da Defesa Civil e do Samu

professores e crianças sobre a importância da participação ativa de todos no combate ao mosquito transmissor e outras iniciativas. Ainda assim, houve um *aumento da incidência de casos de dengue e aumento na população de ratos e caramujos africanos* no município.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Universalização da saúde

■ Gestão pública

1 Realizar concursos públicos, visando à contratação imediata de profissionais da área de saúde.

2. Revisar a legislação vigente para assegurar uma administração correta e eficiente na Secretaria Municipal de Saúde.

■ Fiscalização

3. Fiscalizar a aplicação das leis existentes, garantindo que os profissionais de saúde tenham boas condições de trabalho.

■ Infraestrutura

4. Implantar um hospital municipal, com setor de emergência e ambulatorial no 1º e 2º distritos.

5. Instalar um hospital de grande porte no município, com atendimento médico em várias especialidades.

6. Construir postos de saúde, inclusive nas áreas periféricas e de difícil acesso, com funcionamento 24h.

7. Transformar o Ambulatório Municipal Manoel Loyola Silva Junior em hospital municipal, implantando pronto-socorro e triagem emergencial, com diversas especialidades médicas, incluindo pediatria e um centro de diagnóstico completo.

8. Estabelecer novo horário para o funcionamento dos postos de saúde, de acordo com a demanda local.

● Promoção da saúde preventiva

■ Gestão pública

1. Ampliar e reestruturar o Programa de Atenção Integral à Família (Paif), o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (Paismca) no município.

■ Comunicação

2. Informar a população sobre os programas de saúde preventiva.

3. Desenvolver uma política pública municipal de metas para o combate de eventuais epidemias, ligadas principalmente à higiene doméstica.

● Estímulo ao planejamento familiar

■ Planejamento

1. Ampliar as ações de planejamento familiar.

■ Comunicação

2. Promover ações para orientar meninas sobre gravidez precoce.

3. Promover ações de orientação aos jovens do sexo masculino sobre a responsabilidade da paternidade.

4. Promover ciclos de palestras em escolas, associações e organizações em geral, visando orientar jovens e adolescentes sobre gravidez precoce.

● Prevenção e tratamento da dependência química

■ Planejamento

1. Contratar profissionais especializados para atender às necessidades dos dependentes químicos.

■ Infraestrutura

2. Criar um centro de prevenção, acolhimento e recuperação de dependentes químicos ou fazer parcerias com instituições filantrópicas que estejam desenvolvendo estes projetos efetivamente.

Possíveis parceiros

ANS . Associações de Moradores . Ministério da Saúde . ONGs . Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil . Secretaria Municipal de Saúde . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Municipal de Saúde . Fundação Orsa . Instituto Credicard . Instituto Ronald McDonald . LOA . Ministério da Saúde . Unicef.

GRUPOS PRINCIPAIS

A Agenda 21 Global define como grupos principais as mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, ONGs, autoridades locais, trabalhadores e seus sindicatos, comerciantes e industriários, a comunidade científica e tecnológica, agricultores e empresários. É desses grupos que o documento cobra comprometimento e participação para a implementação dos objetivos, políticas e mecanismos de ação previstos em seu texto.

Sendo um processo democrático e promotor da cidadania, a construção da Agenda 21 Local não pode deixar de considerar as necessidades e interesses de outros grupos, como afrodescendentes, ciganos, idosos, pessoas com deficiência, homossexuais, travestis e outras minorias.

A Agenda 21 brasileira vai além e destaca como uma de suas prioridades a necessidade de diminuir as desigualdades sociais no País para garantir as condições mínimas de cidadania a todos os brasileiros, enfatizando a importância de proteger os segmentos mais vulneráveis da população: mulheres, negros e jovens.

É na Seção III, dedicada ao fortalecimento do papel dos grupos principais, que a Agenda 21 Global propõe o desenvolvimento de processos de consulta às populações locais para alcançar consenso sobre uma "Agenda 21 Local" para a comunidade. No Capítulo 28, recomenda que os países estimulem todas as suas autoridades locais a ouvirem cidadãos e organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais para obter as informações necessárias para formular as melhores estratégias, aumentando a consciência em relação ao desenvolvimento sustentável. Para a legitimidade e sucesso deste processo, é fundamental a inclusão de representantes de todos os grupos sociais.

A Cavalgada do Trabalhador é tradicional nos festejos de aniversário do município

Em Rio Bonito, segundo os participantes do Fórum, há total *desconhecimento da existência de qualquer comunidade tradicional (indígenas, quilombolas e outros).*

No município *há instituições públicas, privadas, religiosas, filantrópicas e outras que desenvolvem projetos e atividades (ainda que insuficientes) voltadas para o fortalecimento e integração dos vários grupos sociais.* No entanto, *falta identificá-los e cadastrá-los.*

Uma das preocupações relatadas pela população diz respeito à *baixa participação dos jovens* nos processos decisórios que, em grande parte, *se deve à ausência de espaços adequados para discussão.* Mas mencionaram a existência de *um processo espontâneo de organização dos estudantes em alguns colégios, atendendo às exigências do Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE).

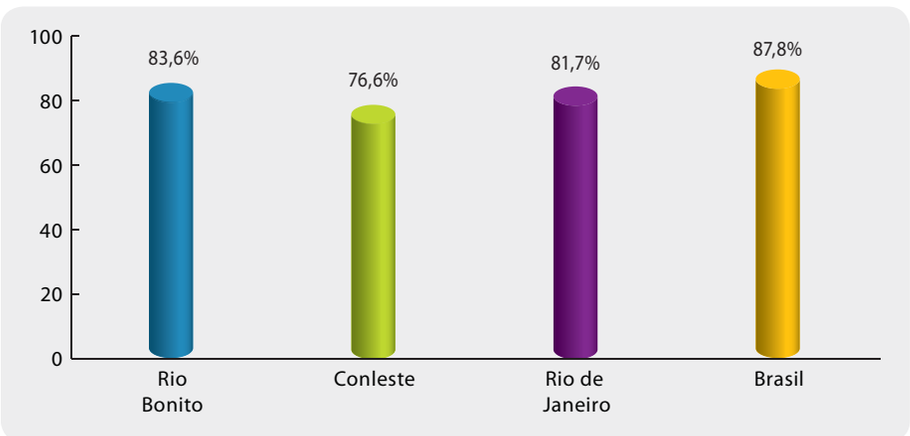
Rio Bonito tem *muitos universitários, principalmente na área de Direito, e outros tantos profissionais já formados que podem ajudar na implantação de*

projetos. Mas *faltam espaços adequados para promover uma discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento entre os jovens, de modo a permitir que sejam ouvidos e participem das decisões.*

As mulheres contam com *poucos programas de formação continuada, especialmente na área da saúde*. Os participantes informaram que *desconhecem a existência de organizações públicas ou privadas que promovam apoio, divulgação e orientação sobre os direitos das mulheres.*

Em Rio Bonito, a mulher ainda não tem projeção no campo político. Nas eleições de 2008 para prefeito e vereadores foi eleita apenas uma mulher no município. Com relação à sua projeção no mercado de trabalho, segundo a pesquisa ONU-Habitat/UFF, observa-se que o diferencial de remuneração entre os admitidos femininos e masculinos no município, em 2009 (83,6%) era superior ao observado para o Conleste (76,6%) e para o Estado do Rio de Janeiro (81,7%), mas inferior ao registrado no Brasil (87,8%).

Gráfico 4: Diferencial de remuneração feminina (em %) no município, comparado ao Conleste, ao Estado do Rio de Janeiro e ao País.



Fonte: ONU-Habitat / UFF (2010)

O percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município era de 41,8%, um índice superior ao observado no Conleste (38,6%), no Estado (40,4%) e no Brasil (40,8%). A remuneração feminina, em 2007, era 91,3% do valor do salário do homem para o mesmo posto de trabalho – também superior ao observado no Conleste (83,2%), no Estado (83,2%) e no Brasil (82,9%). No conjunto do Conleste, Rio Bonito ocupava a quinta posição no ranking do diferencial de remuneração feminina.

Segundo os participantes do Fórum, *não existem políticas de esclarecimento sobre os direitos do grupo LGBTO* (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Outros).

No que diz respeito aos idosos, o município conta apenas com as atividades promovidas pelo Grupo Reviver, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Bem Estar Social. Periodicamente, este grupo realiza atividades físicas e lúdicas, além de promover reuniões semanais de grupos de convivência, passeios bimestrais e festas em datas comemorativas.

No município, *não há um cadastro atualizado sobre as organizações do Terceiro Setor* e *falta conscientização sobre seu papel e sua importância*, embora haja *interesse de parte da população em organizar e discutir a atuação das ONGs*. O grupo informou que existem *algumas parcerias do setor público com as ONGs*, mas acrescentou que *os recursos públicos e privados para apoiar projetos e iniciativas do Terceiro Setor são pouco divulgados e que falta transparência aos processos*.

Quanto ao atendimento ao trabalhador, Rio Bonito *possui poucos sindicatos, com funcionamento precário e pouca participação nas decisões tomadas para a geração de emprego e renda*. Além disso, *falta programa de capacitação e valorização profissional para qualificar a mão de obra existente*.

A CoopFibra foi criada a partir de um curso de aproveitamento das fibras da bananeira oferecido pela Secretaria de Meio Ambiente de Rio Bonito

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento dos movimentos estudantis

■ Planejamento

1. Implantar grêmios estudantis nas unidades escolares, atendendo à legislação federal (PDE).

■ Projetos

2. Elaborar projetos especiais voltados às necessidades culturais e sociais dos jovens.

● Fortalecimento dos grupos principais

■ Gestão pública

1. Recolher e cadastrar menores em situação de risco e criar um programa específico para atendê-los.
2. Destinar verbas a instituições que atuem com grupos principais, por intermédio de parcerias públicas e/ou privadas.

■ Estudos técnicos

3. Elaborar um perfil da população do município, segundo etnia e condições socioeconômicas.
4. Realizar pesquisas no município com o objetivo de identificar as demandas dos grupos sociais.
5. Mapear as condições e os modos de vida dos grupos principais, segundo os distritos, para subsidiar as políticas públicas e o acompanhamento da Agenda 21 Local.
6. Pesquisar o histórico de populações tradicionais no município, em parceria com universidades e entidades afins.

■ Comunicação

7. Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas de identificação dos vestígios de populações indígenas e remanescentes de quilombolas.

■ Programas

8. Elaborar programas específicos para cada um dos grupos principais (pautados em suas demandas), integrando as ações das Secretarias Municipais pertinentes.

● Bem-estar para a melhor idade

■ Fiscalização

1. Fiscalizar o cumprimento do Estatuto do Idoso.

■ Gestão pública

2. Implementar os projetos e programas existentes em todos os distritos.

■ Comunicação

3. Divulgar os programas e projetos relacionados à terceira idade.

● Promoção dos direitos da mulher

■ Gestão pública

1. Criar o Conselho Municipal da Mulher.
2. Implementar políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres.
3. Promover o projeto Mãe Social.

■ Programas e projetos

4. Desenvolver programas para o atendimento das mulheres vítimas de violência.
5. Elaborar projetos sociais para promover a melhoria e o bem-estar das mulheres e sua inserção na sociedade.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar o cumprimento da Lei Maria da Penha.

● Ação contra a homofobia

■ Gestão pública

1. Regulamentar os Projetos de Lei que combatem a homofobia.

● Organização de entidades do Terceiro Setor

■ Planejamento

1. Cadastrar as ONGs que atuam no município.
2. Criar uma comissão de análise dos recursos recebidos e aplicados pelas ONGs.

■ Projetos

3. Elaborar projetos que promovam apoio efetivo às ONGs (financiamentos, doações e implementação de projetos).

■ Capacitação

4. Oferecer capacitação e apoio jurídico às organizações.

5. Capacitar as entidades do Terceiro Setor em captação de recursos financeiros e fortalecimento de parcerias com os setores público e privado.

Comunicação

6. Divulgar nas escolas e meios de comunicação o papel das ONGs no desenvolvimento sustentável.
7. Divulgar os trabalhos realizados pelas ONGs no município, identificando o seu potencial de voluntariado e de contratação de serviços junto à comunidade.

Fortalecimento dos sindicatos

Planejamento

1. Promover a participação de todas as organizações sindicais junto às suas federações.
2. Promover ações de comprometimento dos sindicatos com os profissionais sindicalizados.
3. Promover ações de fortalecimento das entidades de classe.

Comunicação

4. Promover a circulação de informações sobre direitos e deveres dos trabalhadores sindicalizados (capacitação, plano de saúde, seguros, responsabilidades, organização, entre outros).
5. Tornar públicos os estatutos dos sindicatos.
6. Informar aos trabalhadores a função dos sindicatos.
7. Divulgar as ações realizadas pelos sindicatos com vista aos interesses da classe, conscientizando sobre a importância dos trabalhadores nas assembleias gerais.
8. Fortalecer a comunicação e a divulgação das ações entre as associações, a população, os sindicatos e os trabalhadores.

Possíveis parceiros

Alerj . Associação Pestalozzi de Rio Bonito . Associações de Moradores . Câmara Municipal . CMDCA . Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro . Conselho Estadual dos Direitos da Mulher . Conselho Tutelar . Cooperativas . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . FIA . Fundação Abrinq . Instituições religiosas . Iphan . Minc . MP . OAB . ONGs . Osciperj . Prefeitura Municipal . Rits . Sebrae . Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos . Secretarias Municipais (Saúde, Educação e Cultura, Trabalho, Habitação e Bem Estar Social) . Senac . Senai . Sindicatos . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Embaixada do Reino Unido . Empresas associadas ao Comperj . Finep . Fundação Ford . Fundação Odebrecht . Fundo Cristão para Crianças . LOA . Programa Petrobras Cultural . Pronaf . Pronasci.

PADRÕES DE CONSUMO

A pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionadas. Enquanto a primeira tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, segundo a Agenda 21, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

É muito comum confundir "consumir" com "fazer compras". Consumir é um ato muito mais presente em nossas vidas. Todos os dias consumimos água, alimentos, combustíveis etc. Como cada um desses elementos se origina do planeta e nele permanece depois de usado, o consumo interage diretamente com a sustentabilidade e pode ser um poderoso instrumento para alcançá-la.

Tomar consciência dos hábitos de consumo, pensar sobre todos os materiais presentes em cada objeto, sua origem e destinação final requer uma revisão de hábitos, costumes e valores. A fim de atingir a escala necessária para fazer a diferença, todas as esferas sociais precisam estar envolvidas nesta transformação: governos, empresas, ONGs e cidadãos. As mudanças necessárias são profundas, mas o movimento do consumo consciente afirma que o poder de promovê-las está ao alcance de cada um, em sua própria vida, em seus atos cotidianos.

Consumo responsável – Significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos e animais e não provoque danos ao meio ambiente.

Em Rio Bonito, o *consumo de energia elétrica nas residências é descontrolado e* alto em comparação a outros municípios da região, segundo os participantes. A cidade possui *capacidade para captar energia solar e promover a reciclagem de lixo* e deveria investir no uso de energias alternativas importantes para o desenvolvimento sustentável.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Iniciativas para mudança nos padrões de consumo

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas voltadas à mudança dos padrões de consumo.

■ Planejamento

2. Aperfeiçoar o programa de reciclagem do lixo e estendê-lo a todos os distritos.
3. Promover a compostagem de lixo orgânico urbano.
4. Promover a produção de hortas caseiras.

■ Comunicação

5. Divulgar informações sobre coleta seletiva e reciclagem, visando à utilização do lixo como matriz energética.

● Estímulo ao uso de energias alternativas

■ Planejamento

1. Promover a utilização de energia solar, biodiesel e outras fontes de energia, menos poluentes.

■ Projetos

2. Estabelecer parcerias com a Ampla, através do Projeto Consciência Ampla, para a confecção de um kit de aquecedores solares, feito com materiais alternativos de baixo custo, para a população.
3. Desenvolver projetos para a utilização de energia solar e captação de água para usos menos nobres e de reciclagem do óleo de cozinha usado.

Possíveis parceiros

Ampla. Associações de Moradores . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Rio Bonito . Câmara Municipal . Cedae . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Firjan . Ministério de Ciência e Tecnologia . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Senac . Senai . Sesc . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . LOA.

ESPORTE E LAZER

O conceito de qualidade de vida, embora subjetivo, independentemente da nação, cultura ou época, relaciona-se a bem-estar psicológico, boas condições físicas, integração social e funcionalidade.

O esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento local pelos benefícios que proporcionam à saúde física e mental dos seres humanos e pela oportunidade que oferecem de desenvolvimento individual e convivência social. São atividades reconhecidas pelas Nações Unidas como direitos humanos e, portanto, devem ser promovidas em todo o mundo.

Atividades esportivas são uma ferramenta de baixo custo e alto impacto nos esforços de desenvolvimento, educação e combate à violência em várias sociedades, e o lazer é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos.

Ambos têm o poder de atrair e mobilizar a juventude, promovendo a inclusão e a cidadania, valores como respeito ao outro e à natureza, aceitação de regras, trabalho de equipe e boa convivência social. Além disso, atividades de esporte e lazer geram empregos e renda.

Ginásios poliesportivos públicos oferecem diversas atividades

Em Rio Bonito foi observado um *aumento da oferta de áreas de lazer e programas sociais abertos ao público, melhorando a qualidade de vida da população,* segundo os participantes. Atualmente, existem cerca de 13 ginásios poliesportivos públicos de pequeno porte, 9 ginásios públicos de médio porte (5 públicos e 4 privados). Estão em construção 3 ginásios, sendo 2 públicos de médio porte e 1 privado de grande porte.

Rio Bonito conta com excelente rampa de voo livre

Nos ginásios poliesportivos públicos são desenvolvidos vários projetos, como o 'Núcleo Esportivo', que atende 2 mil jovens a partir dos 6 anos de idade com atividades de futebol, futsal, voleibol, handebol, capoeira, ginástica, entre outros. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer também realiza e apoia eventos esportivos, como o Encontro Nacional de Capoeira e o Encontro de Motociclistas.

Há ainda cinco *clubes socioesportivos* com sede própria *e projetos voltados aos jovens* para a *interação das práticas esportivas com o meio ambiente*. Há uma liga de futebol amador e uma de futebol de salão, além de associações de capoeira, *kickboxing*, *tae-kwon-do*, karatê e jiu-jitsu. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e as associações desenvolvem competições em diversas modalidades.

A Praça Green Valley é um dos principais pontos de lazer da cidade

Como áreas de lazer, o município conta com a Biquinha da Bela Vista, situada na Praça Pietro Violante; as cachoeiras Braçanã, Tomascar e dos Bagres; o Mirante da Bela Vista; os Parques Naturais Municipais da Caixa D'água, Verde Valle, Morada dos Correias, Três Coqueiros e o Parque Embratel 21, além de áreas da APA da Serra do Sambê; a rampa de voo livre e as praças do Green Valley e Dr. Elias Hallack, no Bosque Bela Vista.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Ações estratégicas de promoção do esporte

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas públicas de esporte e lazer para atender à demanda de toda a população.

■ Articulação

2. Firmar parcerias com instituições privadas para estruturar as ações de esporte e lazer.

■ Planejamento

3. Adotar a prática de Olimpíada Municipal, por faixa etária.

■ Programas e projetos

4. Ampliar os programas integrados de educação e de esportes para todas as praças, a fim de ocupar o tempo livre das crianças.

■ Infraestrutura

5. Construir um Centro de Inclusão Social (CIS).
6. Criar mais opções de lazer para a população (cinemas, teatros, centros culturais, caminhadas ecológicas, espaços para dança e música, praças públicas estruturadas, clubes, entre outras).

■ Comunicação

7. Divulgar as práticas esportivas existentes no município, como voo livre, montanhismo e caminhadas ecológicas.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . CBB . CBF . CBV . COB . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Prefeitura Municipal . Secretaria de Estado de Esporte e Lazer . Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Suderj.

Possíveis fontes de financiamento

Ashoka . Eletrobras . Embaixada do Canadá . Empresas associadas ao Comperj . Ministério de Esportes . Oi Futuro . Unicef.

4 Ordem Econômica

GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E INCLUSÃO SOCIAL

Princípios dos Empreendimentos Sustentáveis

- Substituem itens produzidos nacional ou internacionalmente por produtos criados local e regionalmente;
- Assumem responsabilidade por seus efeitos no mundo natural;
- Não exigem fontes exóticas de capital para se desenvolver e crescer;
- Empenham-se em processos de produção humanos, dignos e intrinsecamente satisfatórios;
- Criam objetos duráveis e de utilidade em longo prazo, cujo uso ou disposição final não prejudicarão as futuras gerações;
- Transformam seus consumidores em clientes por meio da educação.

(Paul Hawken)

As mudanças climáticas e seus impactos, e a degradação do meio ambiente em geral, têm implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social, para os padrões de produção e de consumo e, portanto, para a criação de empregos e geração de renda.

Ao contrário do que muitos afirmam, a transição para a sustentabilidade pode aumentar a oferta de emprego e a geração de renda. A relação direta entre o mundo do trabalho e o meio ambiente constitui a essência dos chamados empregos verdes – trabalhos e atividades que contribuem para a preservação ou restauração da qualidade ambiental, com remuneração adequada, condições de trabalho seguras e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Os empregos verdes podem ser o caminho para enfrentar tanto a degradação ambiental, reduzindo os impactos da atividade econômica, quanto o desafio social representado por 1,3 bilhão de pessoas no mundo em situação de pobreza. Eles podem beneficiar trabalhadores com diferentes níveis de qualificação e são encontrados em uma ampla gama de setores da economia, tais como os de fornecimento de energia, reciclagem, agrícola, construção civil e transportes.

Levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2008, o Brasil tinha aproximadamente 2,6 milhões de empregos verdes – o que representava 6,73% do total de postos formais de trabalho – e que a oferta desse tipo de emprego no País vem crescendo a uma taxa anual de cerca de 2%.

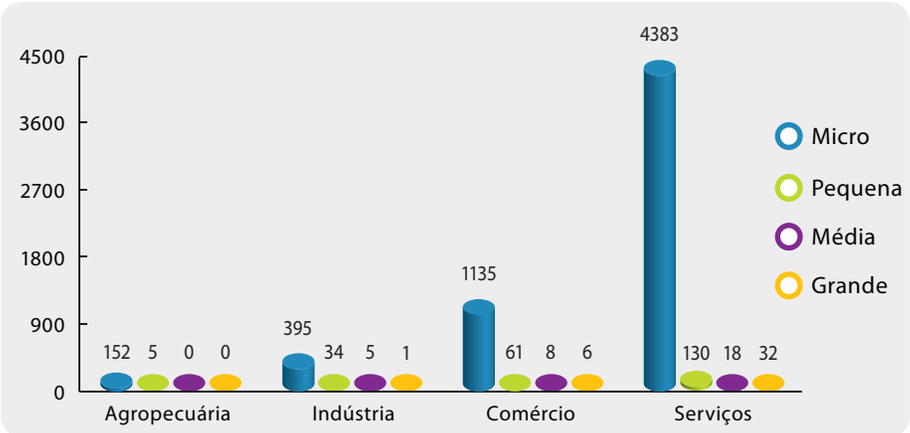
A economia de Rio Bonito, no período 2002-2007, correspondia a 7,48% do PIB da Região Metropolitana. Dentro do Comperj, o município faz parte da Região de Influência Direta e respondeu, no mesmo período, a 10,09% do PIB da região[11]. Em 2007, ocupava o 22ª posição no *ranking* do PIB entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Rio Bonito é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* pela exploração e produção do petróleo.

O perfil do setor produtivo do município pode ser observado no Gráfico 5. Em todos os setores da economia, o porte predominante de estabelecimento é a microempresa.

11 IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística (Fundação Cide), Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus-Suframa

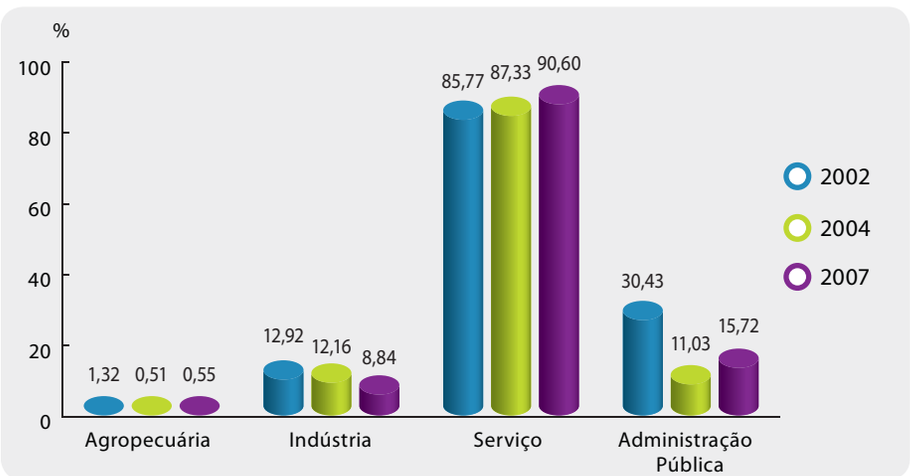
Gráfico 5: Número de estabelecimentos por setor, conforme tamanho



Fonte: Sebrae, base de dados Rais/Estab (2007)

Entre 2002 e 2007, o setor de serviços foi o principal responsável pela geração da renda do município. Em 2002 e 2004 respondeu por mais de 85% e, em 2007, por mais de 90% (Gráfico 6). A indústria manteve-se em torno de 12% do PIB, entre 2002 e 2004, mas caiu para 8,84%, em 2007. A administração pública, que representa uma parcela do setor de serviços, perdeu participação relativa na economia – cerca de 30%, em 2002, para 15,72%, em 2007. A participação da agropecuária girou em torno de 1% em 2002, mas caiu para 0,5% em 2007.

Gráfico 6: Participação relativa dos setores no PIB do município, entre os anos de 2002, 2004 e 2007

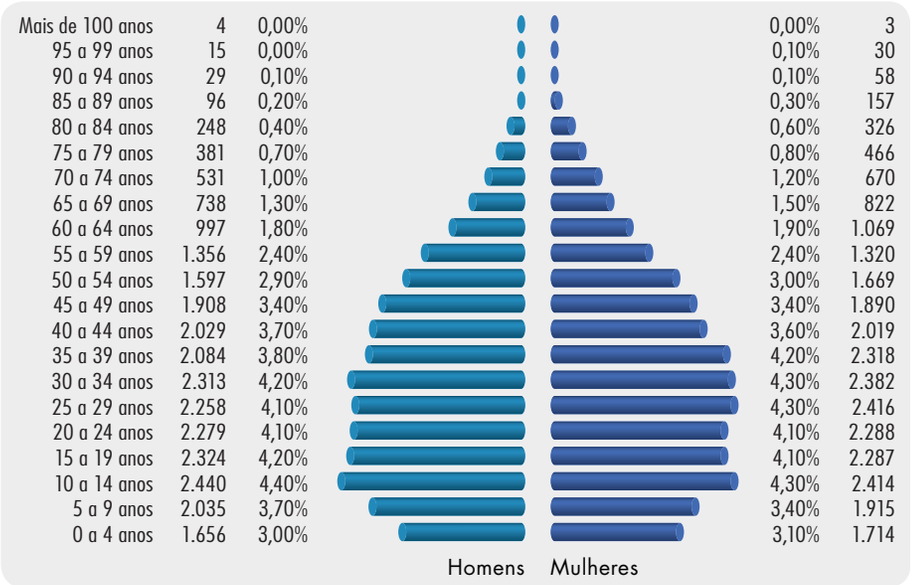


Fonte: IBGE (2008)

Royalties – Uma das compensações financeiras relacionadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural que as companhias petrolíferas pagam aos estados e municípios produtores. A legislação prevê regras diferentes para a distribuição dos *royalties* em função da localização do campo produtor, se em terra ou no mar.

Em 2010, a população total apurada foi de 55.551 habitantes, sendo que 74,0% residiam na área urbana e 26,0%, na área rural[12]. A maior parcela dessa população tem idade acima de 20 anos (Gráfico 7).

Gráfico 7: Distribuição da população, segundo faixa etária

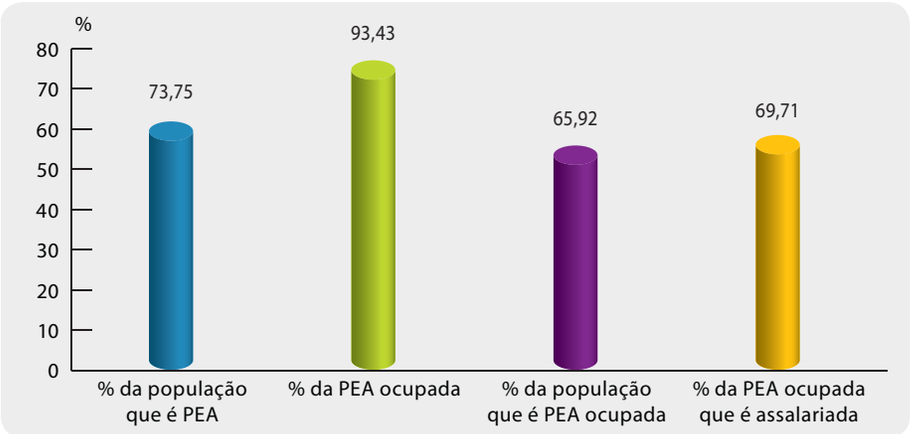


Fonte: IBGE (2011)

Em 2007, 93,43% da População Economicamente Ativa, a PEA do município de Rio Bonito, estavam ocupados com carteira assinada, sendo que 69,71% destes eram assalariados. Para esta análise, foi utilizada a população estimada de 2007, quando então a PEA representava 73,75% da população total do município.

12 *IBGE e Sebrae, base de dados RAIS/2007*

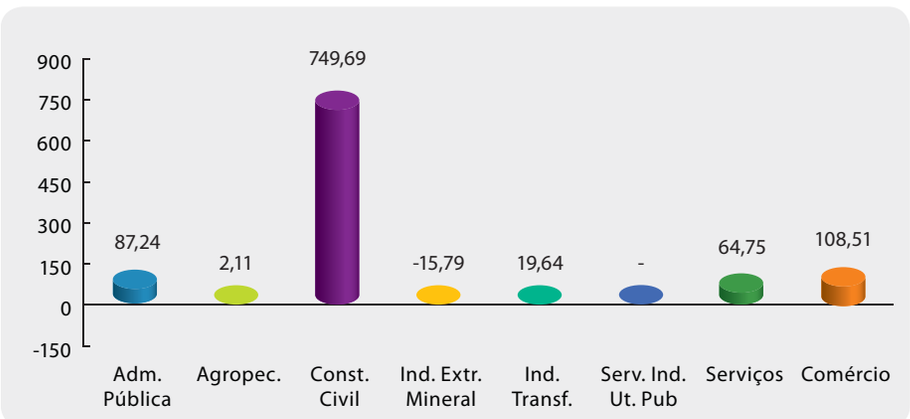
Gráfico 8: Porcentagem da População Economicamente Ativa no ano de 2007



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008)

O salário médio da população empregada em Rio Bonito, no período de 2003-2007, foi R$ 451,69[13]. Este valor correspondia a 1,48 salários mínimos[14]. No Gráfico 9 podem ser verificadas as taxas de variação de emprego com carteira assinada.

Gráfico 9: Taxa de variação de emprego com carteira assinada por setor de atividade, entre os anos de 2001 e 2007



Fonte: IBGE (2008)

O gráfico acima mostra que, à exceção da construção civil e, em menor escala, do comércio, os demais setores da economia do município não apresentaram crescimento na taxa de variação de emprego no período analisado. Dentro deste contexto, as preocupações dos participantes de Rio Bonito

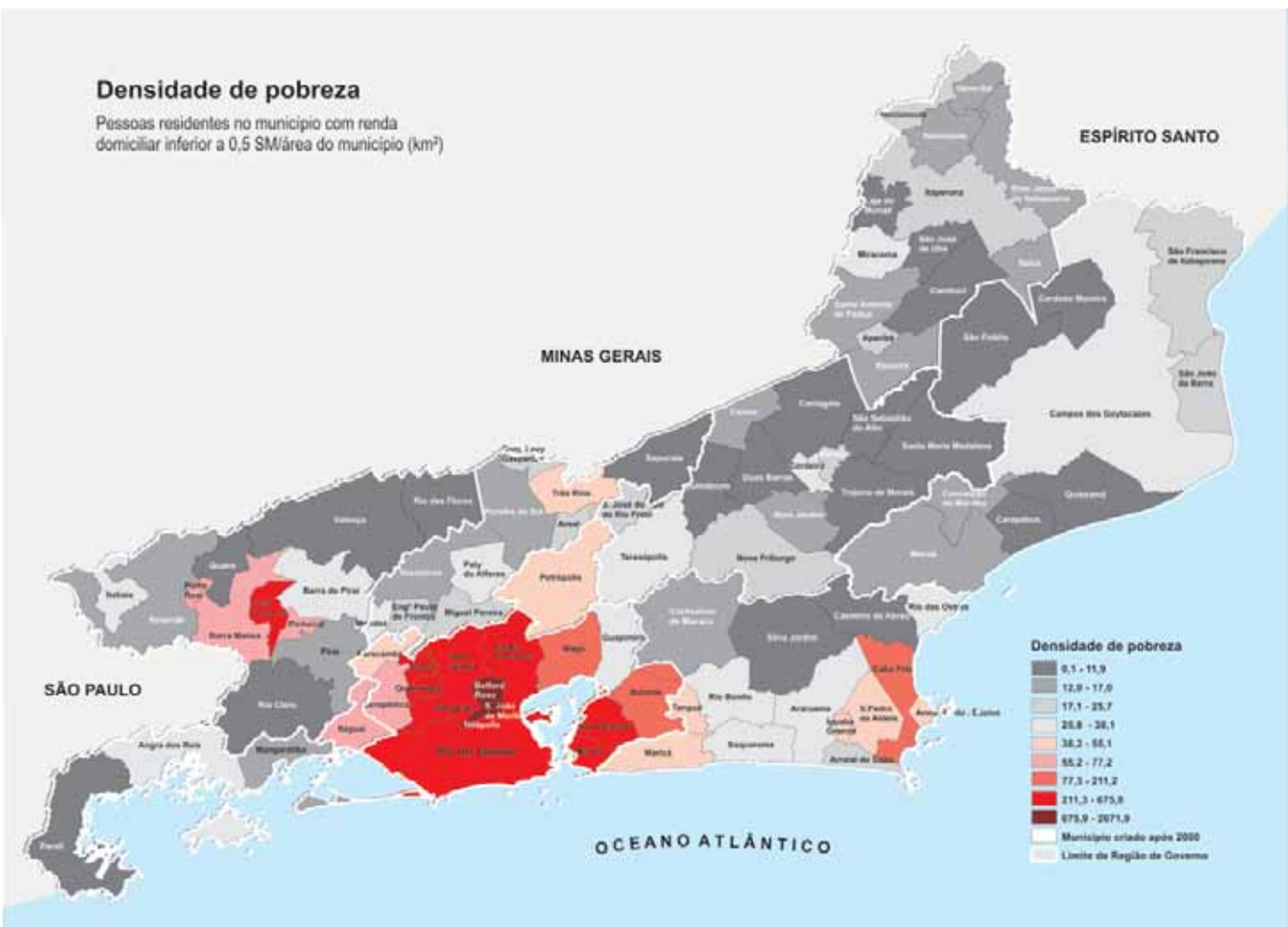
13 Corresponde a média aritmética dos salários das 20 ocupações que mais empregaram no período 2003-2007.
14 Valor obtido da média aritmética dos salários mínimos do período 2003-2007.

em relação ao desemprego, à pobreza e à desigualdade social no município parecem procedentes.

Segundo dados da Fundação Cide, em 2002 o PIB *per capita* de Rio Bonito era de R$7.160,00 e, em 2007, chegou a R$20.315,00, o que representa um crescimento de 183,7%. Na região das baixadas litorâneas, nesse período, o PIB cresceu 103,9%.

No mapa da densidade da pobreza no Estado, que indica o número de pessoas residentes no município com renda domiciliar inferior a 0,5 Salário Mínimo (SM)/Km², Rio Bonito apresenta um índice na faixa de 25,8 a 38,1. Embora a concentração da pobreza seja baixa, devido à grande extensão territorial do município, a taxa de pobreza ainda é alta.

Mapa 11: Densidade de pobreza no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Estratégias de ação para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro(2009), in Anuário Estatístico do Rio de Janeiro, Fundação Ceperj (http://www.ceperj.rj.gov.br/)

Em Rio Bonito, segundo os participantes do Fórum *falta informação sobre os programas de inclusão social existentes*. Eles percebem que *os projetos não recebem incentivos e nem há divulgação de seus resultados*.

O município conta com um *polo comercial* e com organizações voltadas para o fortalecimento da economia local, como o Clube de Diretores Lojistas (*CDL),* além de *parcerias com o Senac e o Sebrae*.

O município *não tem um programa de capacitação e valorização de mão de obra* e os cursos existentes não são suficientes. Também *não há programas que promovam gratuitamente a capacitação profissional de adolescentes e de jovens ou a geração de oportunidades, como primeiro emprego*.

Na avaliação do grupo, *com a chegada de empresas no município, decorrentes da implantação do Comperj, serão gerados novos postos de trabalho – e o município precisa qualificar a mão de obra local para atender às demandas de emprego*.

Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) trabalha pelo fortalecimento da economia local

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Alinhamento das vocações locais às novas tendências de mercado

■ Estudos técnicos

1. Promover estudos para identificar as demandas de emprego, atuais e dos próximos dez anos.

■ Projetos

2. Desenvolver projetos sustentáveis que valorizem as vocações locais, considerando as tendências de mercado.

■ Capacitação

3. Solicitar ao Sebrae a criação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo, oferecendo cursos de capacitação para a inserção no mercado de trabalho.
4. Desenvolver um serviço qualificado para orientar vocações individuais na prospecção de novas oportunidades.
5. Promover a qualificação profissional e técnica de alunos que concluem o Ensino Médio.

■ Infraestrutura

6. Instalar uma escola politécnica no município.

■ Planejamento

7. Recuperar o Programa Aprendiz do Futuro e programas similares, para assegurar a oportunidade do primeiro emprego.

● Criação de postos de trabalho

■ Planejamento

1. Identificar demandas do município relativas à oferta de cursos de capacitação.
2. Criar um banco de dados sobre a oferta de trabalho no município, com informações para toda a população.
3. Identificar linhas de financiamento para viabilizar o desenvolvimento de estratégias de criação de empregos.

Possíveis parceiros

CIEE . Coppe – UFRJ . Fundação Itaú Social . Ministério do Trabalho e Emprego . OIT . ONGs . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Renda . Senac . Senai . Sesc . Sest/Senat . Sine . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . FAT . Finep . Fundação Ford . LOA . Planfor . Proger . Prominp . Pronaf . Pronasci.

AGRICULTURA

A Agenda 21, em seu Capítulo 32, afirma que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial. Segundo o documento, as atividades rurais ocorrem em contato estreito com a natureza – a que agregam valor com a produção de recursos renováveis –, ao mesmo tempo em que a tornam vulnerável à exploração excessiva e ao manejo inadequado.

A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque holístico. Este modelo de agricultura respeita a diversidade e a independência, utiliza os conhecimentos da ciência moderna para se desenvolver e não marginaliza o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo.

Um modelo sustentável de agricultura produz alimentos saudáveis para os consumidores e os animais, não prejudica o meio ambiente, é justo com seus trabalhadores, respeita os animais, provê sustento digno aos agricultores e apoia e melhora as comunidades rurais. Além disso, deve manter nossa capacidade futura de produzir alimentos, distribuindo-os com justiça, mantendo a qualidade do meio ambiente e preservando a diversidade cultural e biológica das variedades tradicionais de plantas cultiváveis.

O Mercado Municipal é o principal centro de comércio agrícola de Rio Bonito

Rio Bonito tem uma vocação *agropecuária,* com destaque para a *produção de leite e derivados.* O município tem um *grande número de propriedades rurais com características favoráveis para desenvolvimento agrícola, inclusive a de caráter familiar.* Além disso, *possui mananciais e uma vasta vegetação*, o que favorece a agricultura. Apesar disso, a agricultura tem uma participação extremamente reduzida no PIB do município.

O município conta com um Conselho Municipal de Agricultura (Compap), mas, na avaliação do grupo, ainda há muitos obstáculos ao aproveitamento do potencial agropecuário do município, como a *falta de planejamento aplicado à política agrícola* e *de investimentos no setor produtivo.* Não há *incentivos ao produtor rural, como recursos financeiros e créditos especiais para a agricultura familiar.* O município organiza a feira 'Expo Rio Bonito', com eventos no Mercado Municipal, porém, falta uma cobertura fixa para os feirantes, que enfrentam dificuldades com a falta de viveiros para a produção de cítricos e mudas de melhor qualidade.

O município tem vocação para produção agrícola

O grupo lembra que *não há alternativas econômicas para fixar as famílias no campo* e *nem opções de trabalho, educação e lazer para o jovem rural. Estas*

Agroecologia – Abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza e propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Sua filosofia é produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza. Reúne conceitos das ciências naturais e das ciências sociais em práticas dedicadas ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. No âmbito da agroecologia, encontramos ainda discussões sobre manutenção da biodiversidade, agricultura orgânica, agrofloresta, permacultura e agroenergia, dentre outros temas.

Rio Bonito é um importante produtor de laranja no estado

carências, somadas à falta de uma pedagogia de alternâncias[15]*nas escolas técnicas agrícolas,* contribuem com o *êxodo rural*. Para incentivar a agricultura local e a permanência no campo, o grupo defende a *criação de pequenas associações para formar jovens com foco na agricultura e de alternativas econômicas para os carvoeiros e pequenos produtores rurais.*

Uma das propostas é a *capacitação de produtores rurais e funcionários do município* nos setores de fruticultura, bovinocultura e licenciamento rural, que poderia ser realizada por meio de parcerias com Emater, Sebrae e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Os produtores *não têm preparo para negociar o preço de sua produção.*

Para os participantes, embora já existam áreas de *cultivo de alimentos orgânicos* com a *utilização de insumos adequados, o município não possui recursos humanos suficientes para o desenvolvimento da agricultura sustentável – e ainda enfrenta a falta de conhecimento e de incentivos à produção agrícola e* aos sistemas agroflorestais.

A consequência, segundo o grupo, é a desinformação *sobre manuseio, uso e riscos de agrotóxicos* que levam à *contaminação do solo e à insalubridade dos trabalhadores.*

A laranja, a tangerina e o limão foram os principais produtos agrícolas das lavouras do município de Rio Bonito, em 2008, com uma produção de 8.528, 3.863 e 2.146 toneladas, respectivamente. As áreas plantadas chegaram a 1,1 mil hectares, no caso da laranja, com rendimento médio de 14,5 mil Kg/ha; a 294 hectares de tangerina, com 20 mil kg/ha, e a 294 hectares de limão, com 11 mil Kg/ha. O município cultiva ainda mandioca (3.150 ton.), banana em cacho (2.400 ton.) e cana-de-açúcar (1.980 ton.).

A pecuária no município destacou-se, ainda em 2008, com a criação de galos e frangos (20.169 cabeças), galinhas (3.465), vacas ordenhadas (15.226) e bovinos (11.953). Rio Bonito também tem criação de suínos, codornas, caprinos, equinos e bubalinos, entre outros, além de produzir leite (1.207 mil litros), ovos de galinha (171 mil dúzias) e mel de abelha (650 quilos). Os dados são do IBGE (2010).

15 Pedagogia de alternância é um sistema adotado em zonas rurais para diminuir a evasão escolar, valorizar o conhecimento agropecuário e reduzir problemas com transporte. A alternância do nome se refere ao revezamento dos alunos, que geralmente passam 15 dias na escola e outros 15 na propriedade rural dos pais, aplicando os conhecimentos adquiridos nas aulas.

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Estímulo à apicultura no município

■ Planejamento

1. Promover a apicultura, por intermédio de estímulo e qualificação dos agricultores.
2. Formalizar a Associação de Apicultores de Rio Bonito.

■ Infraestrutura

3. Adquirir novos equipamentos, garantindo mais segurança no manejo das abelhas.

■ Capacitação

4. Promover palestras e cursos para apicultores com vistas à atualização em técnicas de manejo.

● Estímulo a vocação agrícola

■ Gestão pública

1. Retrabalhar o zoneamento do Plano Diretor, para ampliar as áreas rurais.

■ Estudos técnicos

2. Identificar a potencialidade agrícola do município.
3. Identificar os produtos que podem ser plantados, em escala apropriada ao município, com apoio da prefeitura e dos órgãos ligados à agricultura.

■ Planejamento

4. Favorecer os agricultores na compra de insumos, a fim de baratear a produção agrícola.
5. Promover a venda intermunicipal dos produtos agrícolas produzidos na região.
6. Promover o escoamento dos produtos agrícolas do município.
7. Executar ações que promovam oportunidades de negócios, permitindo a migração de atividades predatórias (carvoeiros, areeiros, caçadores, entre outras) para atividades sustentáveis, em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente.

● Qualificação do produtor rural

■ Estudos técnicos

1. Identificar as demandas dos agricultores e firmar convênios de pesquisa com instituições de Ensino Técnico e Superior (público e privado), com vistas a ampliar e qualificar a produção.

■ Infraestrutura

2. Implantar uma Escola Técnica Agrícola para capacitação dos produtores rurais.

■ Capacitação

3. Realizar cursos de capacitação dos pequenos produtores para dar qualidade à produção e ampliá-la.

■ Articulação

4. Desenvolver parcerias com a Emater e a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comercio e Serviços para obter recursos financeiros para os pequenos produtores rurais do município.
5. Estabelecer convênios com instituições de pesquisa, como Pesagro, Embrapa e Emater-RJ, para fornecer apoio técnico aos agricultores.

● Fomento ao empreendedorismo agrícola

■ Articulação

1. Difundir o conhecimento adquirido para a realização de parcerias entre agricultores e a criação de cooperativas.

■ Infraestrutura

2. Buscar orientações junto à Defensoria Pública para a regularização das Associações de Moradores existentes na zona rural, bem como a criação de novas na região..
3. Criar novas cooperativas de agricultores para diminuir o custo e propiciar a venda direta de seus produtos ao mercado final.

■ Infraestrutura

4. Divulgar a cultura associativista como ferramenta de apoio à atividade dos jovens agricultores.

● Incentivo a agroecologia

■ Gestão pública

1. Cobrar apoio técnico e financeiro para os projetos que promovam a manutenção da biodiversidade nas áreas agrícolas.

■ Elaboração de programas

2. Implementar e acompanhar programas de replantio de espécies nativas.
3. Diversificar as culturas agrícolas, por meio da criação de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

4. Desenvolver programas de Educação Ambiental para que a população rural não utilize produtos químicos ou agrotóxicos em suas culturas.

Estudos técnicos

5. Identificar os insumos orgânicos adequados à região.
6. Realizar um diagnóstico do uso de agrotóxicos nas propriedades rurais.

Comunicação

7. Informar a população sobre os malefícios causados pelas culturas transgênicas ao meio ambiente e à saúde.
8. Informar a população sobre as possibilidades de ganhos econômicos, a partir do manejo sustentável dos recursos naturais.

Articulação

9. Promover a articulação dos atores necessários ao estímulo a agricultura e pecuária sustentáveis na região.

Capacitação

10. Realizar cursos de capacitação voltados ao conhecimento da agricultura orgânica, difundindo seus conceitos, princípios, implantação do cultivo orgânico, manejo do solo, adubação e proteção das plantas, comercialização e certificação.
11. Aumentar a oferta de cursos de capacitação sobre o manejo e uso correto dos insumos orgânicos, com o apoio da Emater.

Planejamento

12. Promover a agricultura familiar orgânica e o agronegócio para fixar o homem no campo, disponibilizando informações, recursos tecnológicos, financiamentos e apoio dos órgãos competentes.

Promoção da pecuária

Planejamento

1. Assegurar a permanência do programa de combate à febre aftosa com vistas à erradicação da doença.
2. Criar incentivos fiscais para a atividade pecuária, a fim de aumentar a produção de leite e seus derivados.
3. Promover a agricultura e a pecuária, com incentivos ao produtor rural e melhores preços.

Possíveis parceiros

Associações de Moradores . Câmara Municipal . Emater . Embrapa . Inea . Ministérios (Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . MP . OAB . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Sebrae . Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento) . Secretarias Municipais (Meio Ambiente, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo) . Sindicato Rural de Rio Bonito . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Comissão Européia . CT – Agro . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Fecam . Finep . FNE Verde . FNMA . Funbio . LOA . Ministérios (Pesca e Aquicultura, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Desenvolvimento Agrário) . Prodetab . Pronaf.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em seu Capítulo 30, a Agenda 21 reconhece que a prosperidade constante, objetivo fundamental do processo de desenvolvimento, resulta principalmente das atividades do comércio e da indústria. Mas alerta que o setor econômico deve reconhecer a gestão do meio ambiente como uma de suas mais altas prioridades. Não é possível ter uma economia ou uma sociedade saudável num mundo com tanta pobreza e degradação ambiental. O desenvolvimento econômico não pode parar, mas precisa mudar de rumo para se tornar menos destrutivo.

As políticas e operações empresariais podem desempenhar um papel importante na redução do impacto sobre o uso dos recursos e o meio ambiente por meio de processos de produção mais eficientes, estratégias preventivas, tecnologias e procedimentos mais limpos de produção ao longo do ciclo de vida de um produto. É necessário estimular a inventividade, a competitividade e as iniciativas voluntárias para estimular opções mais variadas e efetivas.

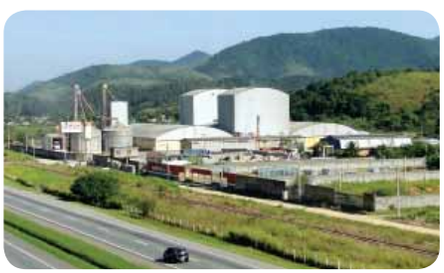
A competitividade também exige das indústrias e do comércio a adequação a esta tendência, o que está propiciando o surgimento de produtos e serviços ambientais que visam à diminuição dos danos ao meio ambiente.

A contribuição deste setor para o desenvolvimento sustentável pode aumentar à medida que os preços de bens e serviços reflitam cada vez mais os custos ambientais de seus insumos, produção, uso, reciclagem e eliminação, segundo as condições de cada local.

Rio Bonito é reconhecido pelos incentivos tributários oferecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda a empresas prestadoras de serviços. A prefeitura também vem investindo na atração de indústrias. Um Condomínio Industrial foi instalado em uma área de quase 400 mil metros quadrados às margens da BR-101, local estratégico por sua proximidade com a capital do estado e do Comperj e no caminho das regiões petrolíferas do estado.

O município mantém parcerias com o Sistema S (Sesc, Senai e Sebrae), mas, ainda assim, segundo os participantes do Fórum, *a indústria e o comércio têm enfrentado dificuldades para se desenvolver devido à falta de informações adequadas e de uma política eficiente de incentivos tecnológicos e estruturais.*

No âmbito do mercado de trabalho, o grupo informou que *faltam cursos profissionalizantes para atender às demandas existentes e futuras da indústria e do comércio.*



Condomínio industrial: localização estratégica deve atrair empresas com atuação associada ao Comperj

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Desenvolvimento de uma política dirigida às áreas de indústria e comércio

■ Gestão pública

1. Cobrar da Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo a elaboração de programas e plano de ação relacionados ao desenvolvimento do setor de indústria e comércio do município.

■ Infraestrutura

2. Prover a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da indústria e do comércio no município.

■ Articulação

3. Promover a integração entre as entidades do setor.

■ Capacitação

4. Capacitar os profissionais, a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

● Fortalecimento da produção artesanal

■ Estudos técnicos

1. Analisar as potencialidades da produção local.

■ Planejamento

2. Fazer um levantamento dos artesãos atuantes na região, a fim de lhes oferecer apoio técnico para alavancar as atividades artesanais.
3. Organizar as atividades artesanais em setores (fibras diversas, tecidos, teares, pedras, bordado, customização, costura, cerâmica, entre outros).
4. Criar um banco de dados, com informações sobre a produção artesanal local.
5. Definir oportunidades de comercialização, em escala local e regional.
6. Montar redes de atuação nos setores propostos, estabelecendo arranjos produtivos locais.

■ Articulação

7. Firmar parcerias para a obtenção de recursos que viabilizem os projetos.

■ Projetos

8. Elaborar projetos para a a implementação do Mercado Municipal de Rio Bonito, de caráter modular, para otimizar a venda dos produtos que são produzidos no município.

■ Comunicação

9. Divulgar as redes de artesãos criadas no município.
10. Criar um site de divulgação dos produtos artesanais locais.

● Ações estratégicas para estabelecer oportunidades

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento detalhado das potencialidades decorrentes do Comperj.
2. Elaborar estudos técnicos para diagnosticar a vocação empresarial do Parque Industrial, a partir da instalação do Comperj.

■ Articulação

3. Articular com os representantes de empresas estabelecidas no município e outros atores a participação em eventos que promovam o desenvolvimento de oportunidades no município.

■ Comunicação

4. Divulgar no município processos bem-sucedidos em outros locais.

Possíveis parceiros

Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Bonito . Câmara Municipal . Empresas associadas ao Comperj . FGV . Firjan . IBGE . Ministérios (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Trabalho e Emprego) . Prefeitura Municipal . Prominp . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Desenvolvimento Urbano, Trabalho, Habitação e Bem Estar Social) . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

BNDES . CT-Petro . Empresas associadas ao Comperj . FAT . LOA . PAC . Planfor . Proger . Prominp.

TURISMO

O turismo está entre as atividades econômicas que mais dependem da conservação e valorização do meio ambiente natural e construído, especialmente para os destinos cujo destaque são os atrativos relacionados à cultura e às belezas naturais. É considerado sustentável quando consegue alcançar os resultados econômicos desejados respeitando o meio ambiente e o desenvolvimento das comunidades locais.

Os turistas, cada vez mais, favorecem empreendimentos que minimizam a poluição, o desperdício, o uso de energia, de água e de produtos químicos tóxicos. Visitantes satisfeitos, que levam consigo novos conhecimentos e recomendam aos amigos que tenham a mesma experiência, são a garantia de sucesso de um destino turístico.

Um ambiente saudável e preservado, no qual há respeito pela diversidade humana, natural e cultural é o ideal para a prática sustentável do turismo. Se essas condições não são asseguradas, o destino começa a declinar e deixa de gerar os benefícios a que se propõe.

O desenvolvimento do turismo sustentável deve respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, considerar o patrimônio cultural e os valores locais, e estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos.

Negócios turísticos sustentáveis empregam e capacitam a população local, compram produtos da região e usam serviços também locais. Cooperam com a manutenção de hábitats naturais, sítios históricos e lugares que se destacam pela beleza da paisagem.

Na opinião do grupo, em Rio Bonito a *proximidade do município com os grandes centros urbanos* pode propiciar o *desenvolvimento e* aumentar a *atratividade do setor turístico.*

A produção e venda de *produtos artesanais* é uma das vocações turísticas do município.

A natureza é o principal atrativo de Rio Bonito, cidade contornada pela *Serra do Sambê*, com mais de oitocentos metros de altitude e um dos braços da Serra do Mar. Riachos e trilhas cortam boa parte do maciço, onde é possível encontrar cachoeiras e mirantes - em um deles está a rampa de vôo livre, com vista panorâmica, onde é possível avistar parte da cidade do Rio de Janeiro e da Região dos Lagos. Entre as cascatas e as corredeiras fazem sucesso a dos Bagres, com 20 metros e a de Braçanã, com três metros.

Aos pés da serra funciona os Parques Naturais Municipais da Caixa D'Água, Verde Valle, Morada dos Correias e Parque Embratel 21, ponto de encontro

A tapeçaria artesanal é muito procurada por turistas que visitam Rio Bonito

O Parque Municipal Verde Vale é uma das atrações turísticas de Rio Bonito

de moradores e visitantes, com trilhas, fontes e um dos cartões-postais da cidade, a Pedra do Índio Chorão. A formação rochosa, semelhante a um rosto, tem infiltrações em meio às fendas que remetem a lágrimas. Já no Centro e nos distritos de Rio Bonito chamam a atenção as construções do século XVIII como a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o Engenho da Farinha e as ruínas da capela de Braçanã.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Políticas voltadas ao turismo

■ Articulação

1. Realizar parcerias para estruturar e divulgar destinos e produtos turísticos (Parque da Caixa d'Água, rampa de voo livre, mercado municipal, entre outros).
2. Realizar parcerias para incentivar práticas esportivas que utilizem as condições locais, abrigadas sob um código de posturas que impeça danos ao meio ambiente.

■ Planejamento

3. Construir um parque de exposições com vistas à divulgação de produtos confeccionados por artesãos locais para turistas de outras regiões.
4. Sugerir a criação de uma Agenda do Turismo, como um instrumento de planejamento integrado para o fortalecimento do setor.

■ Comunicação

5. Divulgar áreas para a realização de turismo ecológico e montanhismo.

● Integração entre turismo, prática esportiva e geração de renda

■ Planejamento

1. Desenvolver um plano de ação voltado ao turismo, em suas várias vertentes.

■ Articulação

2. Realizar parcerias para auxiliar em busca de recursos para o turismo.

■ Comunicação

3. Estruturar e divulgar destinos e produtos turísticos.
4. Divulgar os projetos existentes, como a caminhada ecológica, o motocross e as rampas de asa-delta.

● Fortalecimento do turismo ecológico

■ Estudos técnicos

1. Realizar um levantamento das potencialidades de turismo ecológico e montanhismo no município.
2. Efetuar um levantamento dos trabalhos científicos desenvolvidos por universidades sobre este tema na região.

■ Articulação

3. Convidar gestores de Unidades de Conservação e proprietários de RPPNs a participarem do processo de desenvolvimento sustentável no município.
4. Buscar parcerias com a Abratur e Prodetur para desenvolver estratágias de marketing para o turismo na região.
5. Incrementar redes de apoio à atividade turística (hospedagem, restaurantes, transporte).

■ Planejamento

6. Elaborar Planos de Manejo para as Unidades de Conservação.
7. Definir um calendário de visitas guiadas às Unidades de Conservação.

■ Capacitação

8. Realizar cursos de capacitação para elaboração de planos de *marketing*.
9. Realizar cursos de capacitação para os guias ambientais.

■ Comunicação

10. Divulgar o turismo ecológico no município.
11. Divulgar as áreas propícias ao montanhismo.

■ Infraestrutura

12. Fazer a manutenção das vias de acesso às áreas destinadas à prática do turismo ecológico e montanhismo.

Possíveis parceiros

Abav . Câmara Municipal . Clube de Vôo Livre de Rio Bonito . Clube do Jipe de Rio Bonito . Empresas associadas ao Comperj . Federação de Esportes de Montanhas do Estado do Rio de Janeiro . Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . Fundação SOS Mata Atlântica . Ministério do Turismo . ONGs . Prefeitura Municipal . Prodetur . Sebrae . Secretarias Estaduais (Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda) . Secretarias Municipais (Trabalho, Habitação e Bem Estar Social, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo) . TCE-RJ . Turisrio . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

Banco do Brasil . BNDES . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Funbio . Fundação O Boticário de Proteção a Natureza . LOA . Ministério do Turismo . PAC . Plano Nacional de Municipalização do Turismo . Prodetur.

GERAÇÃO DE RESÍDUOS

As atividades industriais, agroindustriais, hospitalares, de transportes, serviços de saúde, comerciais e domiciliares produzem grandes volumes de resíduos sólidos sob a forma de plásticos, metais, papéis, vidros, pneus, entulhos, lixo eletrônico, substâncias químicas e alimentos. Para piorar este quadro, a maioria dos municípios não conta com mecanismos de gerenciamento integrado desses resíduos.

Substâncias químicas perigosas de origem orgânica, como os organoclorados, ou inorgânica, como metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros), provocam doenças e não se degradam na natureza. Pilhas, baterias de telefones celulares, lâmpadas de mercúrio e outros resíduos perigosos têm em sua composição metais pesados, altamente tóxicos, não biodegradáveis e que se tornam solúveis, penetrando no solo e contaminando as águas.

Já os resíduos infectantes gerados pelos serviços de saúde constituem risco pelo potencial de transmissão de doenças infectocontagiosas, uma vez que nem sempre são coletados, tratados, eliminados ou dispostos corretamente. É urgente a diminuição, o gerenciamento, a reciclagem e a reutilização dos resíduos gerados ao longo de todas as fases do processo econômico, considerando que muitos deles podem ser reaproveitados, beneficiando a todos.

Em Rio Bonito, os participantes mostraram-se preocupados com a *falta de um plano de manejo de resíduos perigosos* e de *informações gerais sobre os riscos potenciais relacionados a utilização de produtos químicos perigosos*. Segundo eles, *não há informações adequadas para o controle do lixo*

Classes dos resíduos

1 – Perigosos – Apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais;

2 – Não inertes – Não apresentam periculosidade. (ex.: lixo doméstico);

3 – Inertes – Não contaminam a água, não se degradam ou não se decompõem quando dispostos no solo (se degradam muito lentamente). Muitos deles são recicláveis (ex.: entulhos de demolição, pedras e areias retirados de escavações).

Tabela 2: Relação entre origem e classes de resíduos e responsáveis por seu descarte

Origem	Possíveis Classes	Responsável
Domiciliar	2	Prefeitura
Comercial	2, 3	Prefeitura
Industrial	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Público	2, 3	Prefeitura
Serviços de saúde	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Portos, aeroportos e terminais ferroviários	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Agrícola	1, 2, 3	Gerador do resíduo
Entulho	3	Gerador do resíduo

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/residuos/classes_dos_residuos.html

tóxico e sua destinação, mas existe um *posto de recolhimento de embalagens de produtos tóxicos (Central Rio, na Avenida Sete de Maio, em Rio Bonito).*

Outra preocupação é com a eventual passagem de caminhões com *resíduos radioativos* pelo município. *Não há um plano de contingência para eventuais acidentes no transporte e utilização de produtos químicos perigosos* ou para o *controle na agricultura e na jardinagem doméstica.*

Os participantes informaram que a falta de cuidado com o destino das embalagens de agrotóxicos (descartadas indevidamente), associada à falta de controle e orientação aos agricultores sobre *o uso de fertilizantes,* estaria contribuindo a *poluição dos recursos hídricos.*

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Controle dos agrotóxicos e de outras substâncias químicas tóxicas

■ Planejamento

1. Desenvolver um plano de contingência para acidentes eventuais no transporte e utilização de produtos químicos tóxicos.
2. Criar diretrizes e projetos para o manejo, controle e monitoramento dos agrotóxicos, reduzindo os danos causados a população e ao meio ambiente.

■ Infraestrutura

3. Ampliar a cobertura de coleta de lixo tóxico no município (ex.: pilhas e baterias).

■ Estudos técnicos

4. Realizar um levantamento detalhado das áreas contaminadas e promover estudos para mitigar a contaminação.

■ Capacitação

5. Capacitar os técnicos das Secretarias Municipais para atuar na fiscalização do uso de fertilizantes e agrotóxicos.

■ Fiscalização

6. Fiscalizar, nos pontos de venda de agrotóxicos, a devolução das embalagens usadas.
7. Fiscalizar a comercialização e o transporte de resíduos tóxicos.
8. Fiscalizar os produtores e revendedores desses produtos, alertando-os sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente.
9. Realizar visitas constantes de técnicos às fazendas e às empresas agropecuárias.

■ Comunicação

10. Elaborar um guia explicativo sobre manipulação correta de resíduos tóxicos, com distribuição em escolas e associações em geral, principalmente nas áreas rurais.
11. Promover campanhas de orientação e fiscalização do uso de substâncias tóxicas e de equipamentos (EPI) utilizados por trabalhadores que manipulam esses produtos.
12. Informar a população sobre a importância de fiscalizar o manejo de resíduos, orientando sobre os riscos de exposição.
13. Cobrar de fabricantes e revendedores de agrotóxicos a divulgação de informações que estimulem a devolução correta e segura das embalagens vazias desses produtos.

● Estratégias de manejo de resíduos perigosos

■ Gestão pública

1. Elaborar políticas de controle de resíduos perigosos.

■ Capacitação

2. Capacitar os técnicos das Secretarias Municipais para atuarem em situações de risco com resíduos perigosos.

■ Comunicação

3. Buscar mais informações referentes a coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos perigosos.
4. Disponibilizar informações sobre as práticas ambientais das empresas instaladas e daquelas que pretendem se instalar no município.
5. Elaborar campanhas educativas de esclarecimento da população sobre resíduos perigosos.

● Adequação dos resíduos radioativos

■ Gestão pública

1. Encaminhar um ofício ao Cnen solicitando capacitação para o quadro municipal em manejo de resíduos radioativos.

■ Articulação

2. Formar parcerias com a Polícia Federal, a fim de investir em equipamentos para detecção de radioatividade (contadores Geiger) nas balanças ao longo da rodovia.

■ Capacitação

3. Capacitar técnicos para atuar em situações de risco com resíduos radioativos.

Fiscalização

4. Fiscalizar, por intermédio dos órgãos competentes, a entrada de resíduos radioativos provenientes de outras localidades.

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Cnen . Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Ibama . Inea . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente) . MP . OAB . ONGs . Pesagro . Prefeitura Municipal . SEA . Secretarias Estaduais (Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, Ambiente) . Secretaria Municipal de Meio Ambiente . Universidades.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . ICMS Ecológico . LOA . Pibic.

CÂMARA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA
Rio Bonito
PRESTA CONTAS A VOCÊ
DEMONSTRATIVO DO MÊS DE ABRIL
RECEITAS
I.C.M.S. 1.114.267,55
I.P.T.U. 134.607,79
F.P.M. 1.167.496,93
Convênios 32.584,87
FUNDEB 1.363.343,53
Outras Receitas 4.232.440,15
I.S.S. e Taxas 1.418.932,45
Royalties 591.406,03
SOMA 10.055.079,30
DESPESAS
Câmara Municipal 331.747,72
Outras Desp. Correntes 3.695.164,95
Equip. Obras e Mat. Perm. 285.845,99
Convênios 176.923,95
FUNDEB 1.627.717,54
Despesas com Pessoal 1.737.282,47
Transf. p/ Iprevirb 239.456,84
Transf. Hosp. Darcy Vargas 283.000,00
Outras Despesas 46.677,11
Desp. Exerc. Anteriores 418.324,18
SOMA 8.842.140,75
www.riobonito.rj.gov.br

5 Meios de Implementação

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Segundo a Agenda 21, o desafio relacionado a este tema é utilizar o conhecimento científico e tecnológico em busca de soluções inovadoras em prol do desenvolvimento sustentável. E um dos papéis da ciência é oferecer informações que permitam desenvolver políticas adequadas à gestão cautelosa do meio ambiente e ao desenvolvimento da humanidade.

A ciência e a tecnologia devem colaborar para a adoção de técnicas de manejo e uso adequado dos recursos ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo sua participação na elaboração de estratégias de desenvolvimento local.

A fim de alcançar esses objetivos são necessárias ações para melhorar, atualizar e ampliar, ao longo do tempo e de forma permanente, as bases de dados científicos existentes. Isto exige o fortalecimento das instituições de pesquisas, o estímulo aos cientistas e a ampliação das fontes de financiamento, além de uma aproximação das instituições científicas e tecnológicas e dos cientistas com a população.

Segundo a Unesco, o Brasil aplica aproximadamente 1,4% do PIB em ciência e tecnologia, sendo que 1,02% do PIB são investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento. Mas observa que o País enfrenta o desafio de fazer com que os investimentos cheguem de forma mais homogênea à população e possam efetivamente melhorar sua qualidade de vida.

Em **Rio Bonito**, há parcerias firmadas para promover o *intercâmbio de pesquisas locais, mas falta transparência nesse processo,* segundo os participantes do Fórum, que se preocupam com o fato de *não existir pesquisas em biodiversidade,* apesar das *abundância de espécies* encontradas na *mata nativa*.

Eles também informaram que *é preciso capacitar atores locais para promover a transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis e identificar as pesquisas necessárias ao município.* Segundo acrescentaram, *as informações disponíveis, quando chegam ao município, são pouco utilizadas para a tomada de decisões.*

Há *carência de mecanismos e/ou sistemas de fomento e estímulo ao desenvolvimento sustentável científico e tecnológico, inclusive em relação à capacitação profissional.*

Os participantes sugeriram a *elaboração de um termo de compromisso regional, que obrigue o pesquisador a deixar no município uma cópia dos resultados obtidos em suas pesquisas – pois não há um banco de dados público para que a população tenha acesso ao conhecimento tecnológico e científico produzido localmente.* O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade, o Sisbio, prevê que os pesquisadores postem online os relatórios de suas pesquisas.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Parcerias para transferência de tecnologia

■ Articulação

1. Firmar parcerias com instituições de pesquisa, públicas e privadas, para a realização de estudos científicos que promovam o desenvolvimento sustentável no município.
2. Criar um espaço de diálogo entre cooperativas, universidades e Secretarias Municipais e Estaduais para melhorar a transferência de tecnologia.

● Produção, coleta e sistematização de informações científicas e tecnológicas

■ Gestão pública

1. Elaborar um termo de compromisso regional que comprometa o pesquisador a fornecer ao município uma cópia dos resultados obtidos em suas pesquisas.

■ Planejamento

2. Ampliar a base dos conhecimentos científicos, com o objetivo de estabelecer políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

■ Infraestrutura

3. Criar um Centro de Vocação Tecnológica e um núcleo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, dotado de um sistema de geoprocessamento, banco de dados e biblioteca acessíveis à comunidade.

■ Estudos técnicos

4. Realizar o levantamento socioeconômico e ambiental do município.
5. Identificar as lacunas de conhecimento no município, definindo as linhas de pesquisa prioritárias.

■ Comunicação

6. Divulgar os resultados das pesquisas científicas realizadas no município.

● Promoção e manejo da biotecnologia

■ Gestão pública

1. Definir uma política de biotecnologia para o município.

■ Articulação

2. Formar parcerias com universidades.

■ Capacitação

3. Criar cursos técnicos profissionalizantes na área de biotecnologia.

■ Comunicação

4. Buscar mais informações sobre os órgãos fiscalizadores em biotecnologia.

● Fomento à pesquisa científica

■ Articulação

1. Elaborar termos de cooperação técnica junto a instituições de pesquisa (nacionais e internacionais).

■ Estudos técnicos

2. Realizar estudos científicos nos remanescentes florestais da região.

■ Capacitação

3. Promover cursos de capacitação em ciência e tecnologia ambientalmente saudável.

■ Programas

4. Criar programas de fomento a pesquisas científicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável.

Promoção da divulgação científica

Planejamento

1. Promover a interação dos projetos de pesquisa com as escolas e grupos de estagiários do município.

Infraestrutura

2. Criar salas de acesso à internet, possibilitando a consulta a bancos de dados.

Programas e projetos

3. Desenvolver programas voltados à divulgação de trabalhos científicos.

Possíveis parceiros

Emater . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Fiocruz . Fundação BioRio . IBGE . Ministérios (Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente) . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ciência e Tecnologia, Educação, Ambiente) . Secretarias Municipais (Educação e Cultura, Meio Ambiente) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

CNPq . Embrapa . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . LDO . LOA . Pibic.

RECURSOS FINANCEIROS

O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 Global exige um fluxo substancial de recursos financeiros, sobretudo para os países em desenvolvimento, que ainda necessitam resolver questões estruturais para que sejam construídas as bases de um desenvolvimento sustentável.

No plano local, o fortalecimento da capacidade das instituições para a implementação da Agenda 21 também exige financiamento, e um dos principais desafios enfrentados nesse processo é a identificação de mecanismos para obter recursos financeiros que viabilizem a execução dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

A busca de financiamento deve não só considerar os recursos conhecidos como também buscar novas fontes, ampliando e diversificando as alternativas existentes para os diferentes processos e localidades. Essa tarefa demanda competências e capacidade técnica para quantificar de forma adequada as necessidades, planejar e desenvolver projetos que permitam a captação, além de monitorar e controlar a aplicação dos recursos e o andamento das ações contempladas.

Nesse sentido, destaca-se a importância de processos de capacitação e formação de quadros locais que possam desenvolver de forma adequada os projetos e atuar de forma transparente na utilização dos recursos disponibilizados. Já para o monitoramento e controle, é importante implementar mecanismos eficientes e criar estratégias que promovam a transparência na prestação de contas à sociedade.

A participação da sociedade deve permear todo o processo, desde a escolha da destinação dos recursos obtidos, visando à eficácia de sua aplicação, até seu acompanhamento ao longo da utilização.

Em Rio Bonito, o grupo defende a adoção de ações para estimular empreendedores internacionais a se instalarem no município e atribui ao excesso de *burocracia e à falta de empenho político o desinteresse de empresas estrangeiras em investir na região*. Outro impedimento é a *falta de informação dos empresários locais com relação às formas de atração desses investimentos internacionais*.

A biodiversidade local foi considerada pelo grupo *um atrativo para o capital internacional,* embora o município esbarre na *falta de pessoas capacitadas para elaborar projetos e captar recursos*.

A sustentabilidade local também é prejudicada pela *falta de programas que permitam a atração de empresas ambiental e socialmente responsáveis*. O grupo informou que *o município não recebe nenhum recurso financeiro adi-*

cional destinado à Agenda 21 e outros projetos associados ao desenvolvimento sustentável, com a participação da população.

No âmbito municipal, as receitas totais somaram R$ 225,69 milhões em 2009, enquanto que as despesas totais foram de R$ 168,25 milhões, constituindo um aumento de 73,11% em receita entre 2003 e 2009, e um aumento de 79,39% em despesas no mesmo período. A tabela a seguir traz alguns dos indicadores do TCE para 2009 em Rio Bonito.

Tabela 3: Descrição dos índices econômicos no município

Índice	Nomenclatura	Fórmula	Valor	Descrição	Série Histórica
1	Indicador de equilíbrio orçamentário	Receita realizada/Despesa executada	0,9613	Há R$ 96,13 para cada R$ 100 executados. Déficit de execução	Ver gráfico 10
2	Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesas de custeio/Receitas correntes	0,97	De toda a receita corrente, 97% estão comprometidos com o custeio do funcionamento da máquina administrativa	Ver gráfico 11
3	Autonomia financeira	Receita tributária própria/ Despesas de custeio	0,231	A autonomia do município para as despesas de custeio é de 23,1%	Ver gráfico 12
4	Esforço tributário próprio	Transferências correntes e de capital/Receita realizada	0,290	Do total de receitas, 29% são provenientes da atividade tributária municipal	Ver gráfico 13
5	Carga tributária per capita	Receita tributária própria + Cobrança dívida ativa/ População	368,31	Ao longo do período (2008), cada habitante contribuiu, em média, com R$ 368,31 para o fisco municipal	Ver gráfico 14
6	Investimentos per capita	Investimentos/População do município	79,74	Cada habitante recebeu da administração pública, R$ 79,74 em forma de investimentos	Ver gráfico 15
7	Grau de investimento	Investimentos/Receita total	5,30%	Os investimentos públicos representam 5,30% da receita total do município	Ver gráfico 16
8	Liquidez corrente	Ativo financeiro/ Passivo financeiro	1,01	Para cada parte devida, existe 1,10 vezes mais receita para pagar	Ver gráfico 17

Fonte: TCE, Estudo Socioeconômico do Município de Rio Bonito (2010)

Gráfico 10: Indicador de equilíbrio orçamentário

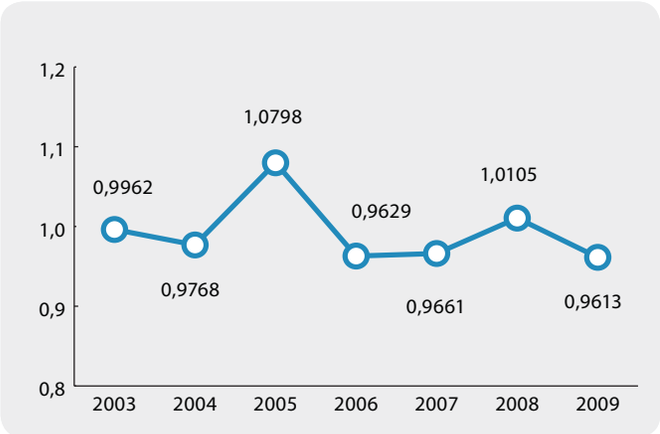


Gráfico 11: Despesas de custeio

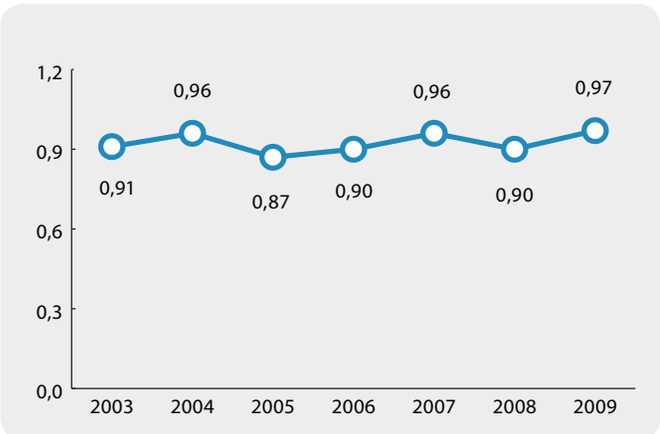


Gráfico 12: Autonomia financeira

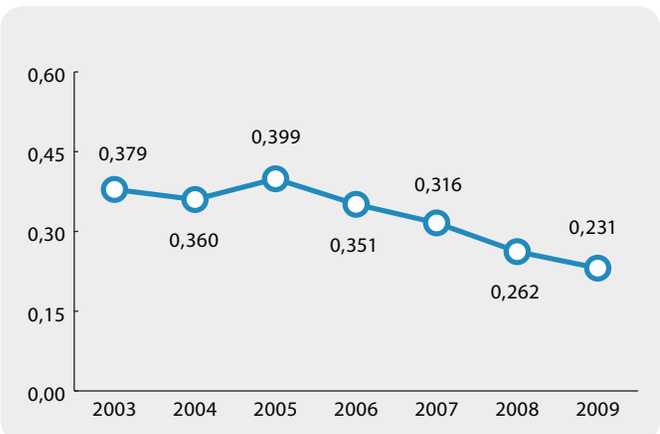


Gráfico 13: Esforço tributário próprio

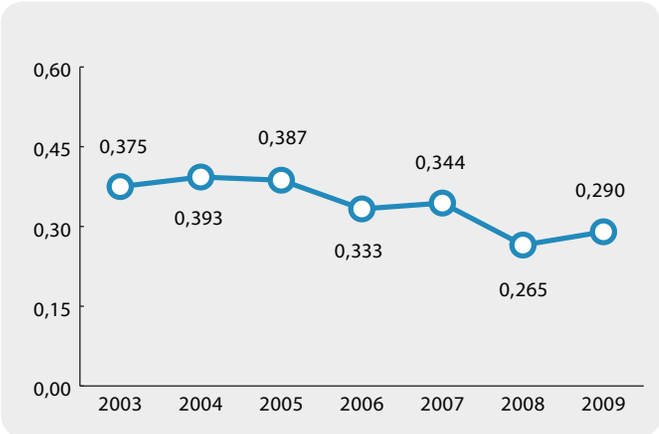


Gráfico 14: Carga tributária *per capita*

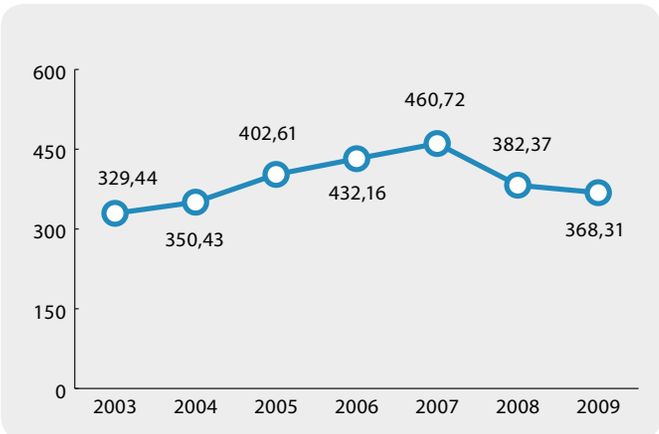


Gráfico 15: Investimentos *per capita*

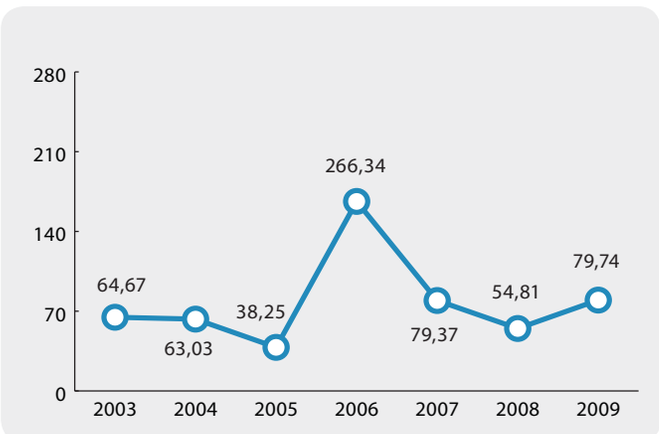
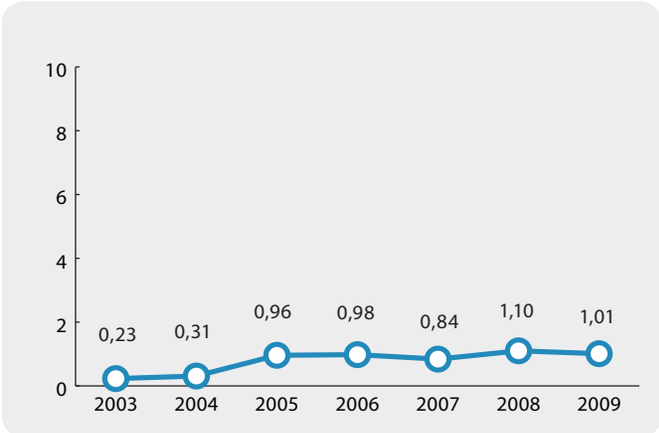


Gráfico 16: Grau de investimento

Gráfico 17: Liquidez corrente



ICMS Ecológico – A legislação tradicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) prevê que 25% dos recursos arrecadados pelo governo estadual do Rio de Janeiro sejam repassados às prefeituras, segundo critérios como número de habitantes e área territorial. Com a aprovação da Lei do ICMS Ecológico, o componente ecológico foi incorporado a essa distribuição, tornando-se um dos seis índices estabelecidos para o cálculo do imposto. Dependendo do tipo de política que adotar em favor do meio ambiente, o município terá direito a maior repasse do imposto. O índice de repasse do ICMS Ecológico é composto da seguinte forma: 45% para áreas conservadas (Unidades de Conservação, reservas particulares e áreas de proteção permanentes); 30% para qualidade da água; e 25% para a administração dos resíduos sólidos. As prefeituras que criarem suas próprias Unidades de Conservação terão direito a 20% dos 45% destinados à manutenção de áreas protegidas. Os índices para a premiação dos municípios são elaborados pela Fundação Cide.

(Fonte: Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro)

Já em 2010, embora os dados das receitas e despesas totais do município ainda não estejam disponíveis, foi verificado que Rio Bonito recebeu, naquele ano, R$ 617.568,00 referentes ao ICMS ecológico, que foram distribuídos da seguinte maneira: mananciais de abastecimento (R$ 229.721,00), Unidades de Conservação (R$ 3.615,00), destino final de lixo (R$ 98.201,00) e remediação de vazadouros (R$ 107.588,00).

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Qualificação profissional para elaboração de projetos e captação de recursos

■ Articulação

1. Buscar parcerias com instituições e especialistas que tenham experiência em captação de recursos.

■ Planejamento

2. Contratar consultoria especializada para auxiliar na elaboração de projetos e captação de recursos financeiros.

■ Capacitação

3. Capacitar os profissionais das instituições municipais para elaborar projetos e captar recursos.

● Ações para atração de empreendedores internacionais

■ Gestão pública

1. Reduzir a burocracia, assegurando regras claras de divulgação dos incentivos e oportunidades disponíveis no município.

■ Estudos técnicos

2. Realizar estudos técnicos voltados à criação de incentivos a empresas socialmente responsáveis.

■ Planejamento

3. Identificar potenciais investidores interessados em desenvolver projetos de preservação da biodiversidade.

Possíveis parceiros

ABNT . Câmara dos Dirigentes Lojistas de Rio Bonito . Câmara Municipal . Controladoria Geral do Municipio de Rio Bonito . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . FGV . Firjan . IBGE . ILTC . Ibama . ICMBio . Inea . Ministérios (Relações Exteriores, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento) . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Sebrae . Secretarias Estaduais (Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Planejamento e Gestão, Fazenda) . Secretarias Municipais (Esporte e Lazer, Administração, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Desenvolvimento Urbano, Educação e Cultura, Fazenda, Obras e Serviços Públicos, Planejamento, Saúde, Meio ambiente, Trabalho, Habitação e Bem Estar Social) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Ampla . Banco do Brasil . Banco Real Santander . BNDES . BVS&A . Caixa Econômica Federal . CNPq . Eletrobrás . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Fecam . Finep . FMMA . Funbio . ICMS Ecológico . LOA . Ministérios (Cultura, Ciência e Tecnologia) . Pibic . Programa Petrobras Ambiental . Programa Petrobras Cultural.

MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A participação, essencial em um processo de Agenda 21 Local, tem a função de aproximar o cidadão da gestão e das políticas públicas. Dessa maneira, ele conquista espaço, garante a elaboração de um planejamento que reflita as necessidades locais e acompanha sua implantação.

A mobilização social é parte importante do processo de fomento à participação. Ela acontece quando um grupo de indivíduos se reúne e decide agir para um bem comum. Fazer parte de um processo de mobilização é uma escolha que depende das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de transformar sua realidade.

O desenvolvimento local depende do acesso a informações organizadas e disponibilizadas com transparência a todos os interessados. Para que possam participar efetivamente dos processos decisórios e influenciar as políticas locais, os cidadãos devem estar bem informados sobre os problemas, oportunidades e potenciais da região.

Embora haja uma quantidade considerável de dados produzidos, é preciso sistematizá-los e atualizá-los para que se transformem em informação útil para as populações e que sua divulgação seja ampla e democrática entre os diferentes segmentos sociais.

O desafio é promover formas de organizar, disponibilizar e divulgar as informações de modo integrado, coerente e acessível a todos, para que elas se tornem ferramentas eficazes de participação social.

Em Rio Bonito, o grupo mostrou-se preocupado com a *falta* de *conscientização da população em relação ao meio ambiente*. Segundo informou, *não há um sistema de articulação entre as entidades representativas dos grupos sociais com atuação no município nem envolvimento das bases locais (associações, sindicatos etc.) na coleta de dados primários*.

Falta divulgar as informações levantadas para a população, por meio de *emissoras de rádios, clubes, colégios e instituições*. Os participantes informaram que parte da sociedade civil organizada cobra do poder público a *inclusão da responsabilidade socioambiental no planejamento estratégico do comércio e da indústria*.

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Incentivo à articulação da sociedade civil

■ Articulação

1. Promover a participação das associações de moradores de forma mais efetiva nos processos decisórios.
2. Integrar as entidades representativas dos grupos sociais ao processo de Agenda 21 Local.
3. Articular com empresas e órgãos públicos a adoção de programas e projetos de responsabilidade socioambiental.

■ Planejamento

4. Fomentar a criação de associações de moradores na área rural.
5. Cadastrar os diferentes grupos sociais, identificando suas necessidades de programas de fortalecimento.

■ Capacitação

6. Capacitar os líderes comunitários.

● Sensibilização para o desenvolvimento sustentável

■ Planejamento

1. Identificar a demanda local e as questões relevantes sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, para criar e distribuir material educativo.

■ Comunicação

2. Realizar campanhas educativas que ressaltem a importância de preservar e recuperar as riquezas naturais do município, promovendo o desenvolvimento sustentável.
3. Cobrar das empresas fornecedoras e distribuidoras de luz, água e telefone, entre outras, a divulgação de informações sobre desenvolvimento sustentável.

● Divulgação das informações municipais

■ Planejamento

1. Analisar os resultados das pesquisas do IBGE e comunicar eventuais discrepâncias, para que sejam corrigidas.

■ Comunicação

2. Divulgar a legislação ambiental municipal, especialmente o Código Municipal, por meio de programas e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
3. Divulgar o conteúdo do Plano Diretor para a população.
4. Divulgar os resultados das pesquisas do IBGE sobre o município, em linguagem de fácil assimilação.
5. Utilizar os diversos meios de comunicação e organizações da sociedade para informar a população (rádios, clubes, colégios e instituições).

Possíveis parceiros

Câmara Municipal . Confederação Nacional dos Municípios . Conleste . Empresas associadas ao Comperj . Escolas . Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro . FGV . Firjan . Ibam . IBGE . MP . OAB . ONGs . Prefeitura Municipal . Sebrae . Senac . Senai . Sesc . TCE-RJ . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . Banco do Brasil . BVS&A . Caixa Econômica Federal . Empresas associadas ao Comperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . LOA.

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão envolve:

- Escolha inteligente dos serviços públicos oferecidos à comunidade;
- Edição de leis e normas claras, simples e abrangentes de defesa ambiental local;
- Aplicação das leis, penalizando quem causa algum tipo de dano ambiental;
- Formação de consciência ambiental;
- Geração de informações que deem suporte às decisões;
- Democratização das instituições, para que permitam e estimulem a participação de cidadãos e cidadãs;
- Planejamento do desenvolvimento sustentável local;
- Implementação das políticas necessárias para realizá-lo.

Fonte: Programa Nacional de Capacitação – volume 1 – MMA.

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental. Desde 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) define o papel do poder local dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, transformou o município em ente autônomo da federação e lhe facultou o poder de legislar suplementarmente sobre a política ambiental, em especial sobre questões de interesse local.

Gestão é o ato de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

Uma gestão participativa, como pede a Agenda 21, entende que poder local não é apenas a Prefeitura, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Rio Bonito, a *fiscalização ambiental é* considerada *insuficiente e faltam recursos humanos e materiais para promover uma abordagem educativa, participativa e preventiva sobre a gestão ambiental.* O grupo menciona como positiva a recente criação de uma Guarda Municipal Ambiental.

O município conta com o *Conselho Municipal de Meio Ambiente*, cujo funcionamento foi considerado precário. Os participantes alegam desestímulo, pois *não há aplicação prática da maioria das propostas discutidas em audiências públicas, principalmente em licenciamento de obras na esfera federal.*

A maioria dos funcionários da Secretaria de Meio Ambiente é concursada.

Os moradores desejam ver *Rio Bonito inserido na relação de municípios progressistas e tecnologicamente modernos,* e defendem *a ampliação dos convênios firmados com órgãos de âmbito estadual e federal* para promover uma gestão ambiental eficiente.

A gestão municipal vem trabalhando para ampliar os convênios ambientais. Um dos exemplos é a parceria firmada com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para a descentralização do licenciamento ambiental. A celebração desse convênio insere Rio Bonito no rol de municípios fluminenses que licenciam, do ponto de vista ambiental, atividades de impacto local. O decreto estadual

Apreensão de gaiolas no combate ao tráfico de aves silvestres

que rege a celebração de tais convênios é o 42.050/09 e a relação de atividades licenciadas pelo município pode ser acessada através do link: http://www.inea.rj.gov.br/fma/licenciamento-convenio-municipios.asp.

A estrutura administrativa da gestão ambiental no município é frágil – *os equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros são insuficientes para garantir o gerenciamento adequado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.*

Na avaliação do grupo, é preciso ampliar a *participação da sociedade civil organizada e das autoridades locais na construção do processo e objetivos da Agenda 21 Local.*

Faltam também programas de integração entre as secretarias municipais e setores da sociedade e, principalmente, recursos financeiros para formalizar adequadamente a Agenda 21 local e seu Fórum.

Para o grupo, é necessário *agregar instituições patrocinadoras e conhecimento tecnológico para que as propostas da Agenda 21 sejam concretizadas.*

PROPOSTAS

● *Alta prioridade* ● *Média prioridade* ● *Baixa prioridade*

● Fortalecimento da fiscalização ambiental

■ Gestão pública

1. Promover a formação da Guarda Municipal Ambiental.

■ Infraestrutura

2. Adquirir equipamentos para o departamento de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a fim de aprimorar o monitoramento das ações impactantes.
3. Aumentar o número de fiscais ambientais.
4. Implementar postos de policiamento ambiental.

■ Capacitação

5. Criar cursos de capacitação para os fiscais e guardas ambientais do município.

■ Fiscalização

6. Controlar a procedência dos recursos minerais utilizados na indústria.

● Fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente

■ Gestão pública

1. Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente por meio de ações estratégicas.

● Formação de parcerias para gestão ambiental

■ Gestão pública

1. Criar uma assessoria municipal dedicada às relações nacional e internacional.
2. Promover a atuação conjunta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com o Ibama, ICMBio e Inea.

■ Articulação

3. Realizar convênios com o Estado e a União para capacitação de profissionais locais e troca de experiências de gestão ambiental.
4. Promover o diálogo e a articulação entre as Secretarias Municipais.
5. Firmar parcerias com instituições de outros municípios, para troca de experiências.
6. Desenvolver estratégias para fortalecer e aprimorar as parcerias existentes.

■ Planejamento

7. Obter informações sobre mecanismos de financiamento nacionais e internacionais para o fortalecimento institucional.

■ Programas

8. Elaborar programas de cooperação com instituições de ensino.

● Promoção da Agenda 21 Local

■ Gestão pública

1. Implantar a Agenda Ambiental na administração pública.
2. Efetivar o orçamento participativo.
3. Cobrar o repasse do ICMS Ecológico para o fomento de projetos locais.
4. Captar recursos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, aprovado em lei.

■ Articulação

5. Promover ações estratégicas que viabilizem o apoio da iniciativa privada às ações da Agenda 21 Local.
6. Realizar parcerias e articular financiamentos junto ao Estado e à União para a Agenda 21 Local.
7. Firmar parcerias com entidades nacionais e internacionais.

■ Planejamento

8. Ampliar a participação da população e das autoridades locais na Agenda 21 Local.
9. Fortalecer o Fórum da Agenda 21 Local, para que monitore o processo.
10. Reunir as informações setoriais existentes nas áreas social, econômica e ambiental.
11. Formar um Conselho no Fórum da Agenda 21 para fiscalizar os recursos captados.

■ Infraestrutura

12. Construir uma Sala da Agenda 21 local, para organizar as informações e dar visibilidade às ações da Agenda 21 Local, com suporte técnico e mão de obra remunerada.

■ Comunicação

13. Promover eventos locais com o objetivo de divulgar a Agenda 21 Local e a importância da participação da comunidade.

14. Divulgar os objetivos principais e os conteúdos de uma Agenda 21.

15. Divulgar em mídias locais as ações da Agenda 21 de Rio Bonito.

Capacitação dos gestores públicos

Capacitação

1. Capacitar os profissionais de todas as Secretarias do município em assuntos relacionados a Gestão Pública, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Comunicação

2. Informar as equipes sobre os programas estaduais e federais existentes.

Possíveis parceiros

ABC . Associações de Moradores . Câmara Municipal . Escolas . Ibama . IBGE . ICMBio . Inea . Ministério do Meio Ambiente . MP . ONGs . Prefeitura Municipal . Rebal . SEA . Secretarias Municipais (Esporte e Lazer, Administração, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Desenvolvimento Urbano, Educação e Cultura, Fazenda, Obras e Serviços Públicos, Planejamento, Saúde, Meio ambiente, Trabalho, Habitação e Bem Estar Social) . Universidades . Veículos de comunicação local.

Possíveis fontes de financiamento

ABC . BVS&A . CNPq . Empresas associadas ao Comperj . Faperj . Finep . FNMA . Funbio . Fundação Roberto Marinho . ICMS Ecológico . LOA . Pibic.

AÇÕES DA PETROBRAS NA REGIÃO

Com base na avaliação de todas as questões levantadas e discutidas com os representantes da Agenda 21 dos municípios localizados na área de influência do Comperj, a Petrobras desenvolveu diversos planos e programas para a região, tanto de medidas compensatórias quanto de responsabilidade ambiental e social, para minimizar eventuais impactos causados pelo empreendimento.

Programas ambientais

- Monitoramento dos corpos hídricos superficiais e sedimentos

Acompanhar a evolução da qualidade das águas dos rios Macacu e Caceribú, verificando alterações nas características e na qualidade das águas. Essa iniciativa dará origem a um banco de dados que orientará o monitoramento da água em fases futuras do empreendimento, assegurando que não haja degradação de corpos hídricos pelas atividades do Complexo.

- Monitoramento das águas subterrâneas

Monitorar as variações e interferências na quantidade e qualidade das águas subterrâneas durante a realização das obras de infraestrutura de urbanização do Comperj.

- Monitoramento dos efluentes líquidos

Monitorar os efluentes líquidos gerados pelas obras na fase de infraestrutura de urbanização e verificar se o tratamento de efluentes é realizado de forma adequada, não só em consonância com as leis pertinentes, mas também em relação aos parâmetros básicos necessários para sua reutilização.

- Monitoramento de emissões atmosféricas e da qualidade do ar

Monitorar o teor de gases e particulados a serem gerados durante a fase de infraestrutura de urbanização e dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade do ar, iniciado na fase de licenciamento prévio.

- Monitoramento de manguezais da APA de Guapimirim e Esec da Guanabara

Diagnosticar e monitorar as principais características nas áreas de florestas de mangue da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

- Monitoramento da biota aquática

Caracterizar e monitorar possíveis alterações do ecossistema aquático, tanto fluvial quanto marinho, a partir de informações sobre seres vivos e condições do ambiente na fase de terraplanagem do Comperj.

- Monitoramento da biota terrestre

Realizar o levantamento e monitoramento da composição da fauna terrestre da área de influência direta do Comperj.

- Revegetação e apoio ao desenvolvimento, divulgação e implantação de práticas agroflorestais sustentáveis

Promover atividades de reflorestamento que contribuam para a recuperação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas das bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribú.

- Fortalecimento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental de Itaboraí

Prover subsídios para que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Itaboraí possa cumprir as condições para celebração de convênio com o governo do Estado do Rio de Janeiro que visa à descentralização do licenciamento ambiental.

- Apoio ao Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí

Apoiar a implantação de infraestrutura do Parque Paleontológico de São José de Itaboraí, contribuindo para que ele se torne referência enquanto espaço de pesquisa, educação patrimonial-ambiental e entretenimento para a comunidade do entorno.

Projetos sociais

Educação Ambiental

O objetivo do programa de Educação Ambiental é desenvolver ações nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, visando capacitar diversos setores da sociedade para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

Comunicação social

O programa de Comunicação Social do Comperj visa difundir e monitorar continuamente as informações sobre a implantação do empreendimento, informando riscos, situações específicas e evitando criar expectativas irreais entre os diversos públicos de interesse envolvidos.

Centro de Integração do Comperj

O local foi planejado para permitir a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento das vocações locais nos municípios de influência do empreendimento. O objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico por meio da capacitação de micro e pequenas empresas da região, de forma a diminuir o impacto gerado pela mobilização e desmobilização de mão de obra em virtude das fases de construção e montagem do Comperj.

Centro de Informações do Comperj

O Centro de Informações do Comperj tem por missão coletar, sistematizar e disponibilizar dados e informações socioeconômicos e ambientais georreferenciados sobre os municípios membros do Conleste.

Apoio e cooperação às políticas públicas para adequação dos serviços públicos locais

O objetivo deste plano é apoiar as administrações públicas municipais e incentivar a articulação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na região, de modo a adequar a estrutura dos serviços públicos regionais às demandas oriundas da implantação do Comperj.

- Capacitação de fornecedores e serviços locais para gestão de resíduos sólidos e insumos para obras

O objetivo deste plano é capacitar e apoiar os municípios da região do Comperj para disposição final de resíduos sólidos, assim como qualificar os fornecedores locais para suprimento de areia, em virtude das obras de urbanização.

- Monitoramento da evolução demográfica e das demandas por serviços públicos

O objetivo do plano é acompanhar impactos socioeconômicos e ambientais provocados pelo aumento da população e da demanda dos serviços públicos, disponibilizando informações que permitam o planejamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida.

- Valorização da cultura local

O objetivo geral deste programa é apoiar iniciativas para a valorização do patrimônio cultural material e imaterial dos municípios na região do Comperj, em alinhamento à Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

- Acompanhamento epidemiológico

Acompanhamento analítico da evolução de enfermidades e agravos na área de abrangência do Comperj – com foco nos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo e Guaxindiba –, contribuindo para quantificar e informar possíveis mudanças no comportamento epidemiológico no decorrer do processo de implantação do Complexo.

- Atitude sustentável

O projeto, desenvolvido no parque ambiental Praia das Pedrinhas, em São Gonçalo, visa oferecer atividades esportivas e culturais, em sua maioria a crianças e adolescentes. O projeto traz ainda benefícios ao meio ambiente, já que a água que abastece o lago artificial (piscinão) é captada por uma balsa localizada na Baía de Guanabara e tratada com fins de purificação, tornando-se própria para o banho.

- Mova-Brasil

O objetivo do projeto é promover a dignidade humana por meio da alfabetização de jovens e adultos, utilizando a metodologia criada por Paulo Freire.

- Convivência Positiva

Visa fortalecer a autoestima e os vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com HIV e AIDS, por meio de atividades socioeducativas.

- Reciclando Vidas

Contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano e econômico da comunidade de catadores de resíduos de Itaoca.

- Agricultura Familiar Periurbana

O objetivo do projeto é ampliar as oportunidades de ocupação socioeconômica e de geração de renda para os agricultores familiares periurbanos de Nova Iguaçu, Queimados, Magé e Rio de Janeiro.

- Matrizes que Fazem

Tem como objetivo a qualificação profissional de jovens de São Gonçalo, por meio de oficinas de corte e costura, cerâmica, artesanato, entre outras.

- Projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)

Visa promover a empregabilidade e o aumento de renda de agricultores familiares, por meio da inserção de técnicas de produção agrícola, dispensando o uso de adubos químicos e agrotóxicos.

- Projeto CataSonhos

O projeto tem como principal objetivo fortalecer a rede de catadores da região e suas atividades de coleta e comercialização de material reciclável e de óleo vegetal usado.

GLOSSÁRIO / SIGLAS

Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens

Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Abrae – Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional

Abratur – Associação Brasileira de Turismo Rural

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Apherj – Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro

Asdi – Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico Social

BVS&A – Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBB – Confederação Brasileira de Basquete

Cbratur – Congresso Brasileiro da Atividade Turística

CBV – Confederação Brasileira de Voleibol

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

Cedae – Companhia Estadual de Água e Esgoto

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Cenpes – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello

CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento

CIIE – Centro de Integração Empresa Escola

CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coapi-Rio – Cooperativa de Apicultores do RJ

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

Codin – Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos

Commads – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conade – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência

Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente

Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

Coren – Conselho Regional de Enfermagem

Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CRM – Conselho Regional de Medicina

CRT – Concessionária Rio-Teresópolis

CT-Energ – Fundo Setorial de Energia

CT-Hidro – Fundo Setorial de Recursos Hídricos

CT-Infra – Fundo Setorial de Infraestrutura

CT-Transporte – Fundo Setorial de Transportes Terrestres

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

Detro – Departamento de Transportes Rodoviários

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Febracoop – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio de Janeiro

Fecam – Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano

Fenape – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro

FGV – Fundação Getulio Vargas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Frida – Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina e Caribe

Funama – Fundação Nacional do Meio Ambiente

Funbio – Fundo Brasileiro para Biodiversidade

Fundescab – Fundo de Desenvolvimento

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Idec – Instituto de Defesa do Consumidor

Ieca – Instituto de Estudos Científicos Ambientais

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inea – Instituto Estadual do Ambiente

Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISP – Instituto de Segurança Pública

Iterj – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Pais – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PDA – Programa de Desenvolvimento Ambiental

Pesagro – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica

Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

Procon – Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo

Prominp – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rebal – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais

Rits – Rede de Informação do Terceiro Setor

Saae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEA – Secretaria de Estado do Ambiente

Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sesc – Serviço Social do Comércio

Sesi – Serviço Social da Indústria

Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção Civil

Suipa – Sociedade União Internacional Protetora dos Animais

SUS – Sistema Único de Saúde

TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UniRio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

WWF – World Wildlife Fund for Nature

PARTICIPANTES

Primeiro Setor

- Adelino Dias Moraes - Secretaria Municipal de Agricultura
- Aécio Coutinho
- Alberto Araújo Filho
- Ana Claudia Dib Terra Cardozo - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Ana Maria Alves de Figueiredo - Secretária Municipal de Educação e Cultura
- Andressa Maria R. Belizário - Secretaria Municipal da Fazenda
- Camila B. Rezende - Secretária Municipal de Meio Ambiente
- Cantianila F. M. Mendonça - Prefeitura Municipal de Rio Bonito
- Carmen Lúcia K. S. Motta - Secretária Municipal de Meio Ambiente
- Cláudio Vieira – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Daniele Rodrigues de Souza
- Deise Ferreira Morais
- Denilson Santos
- Djalma de Paula
- Ducker A. Gonçalves
- Dulcimary Roboredo de M. Paixão - Conselho Municipal de Saúde
- Elaine Soares da Costa
- Elisângela da Silva Quintanilha
- Eloir L. Cardoso
- Emanuelle de S. Ribeiro
- Érica G. Fernandes
- Feliciano G. Figueiredo
- Fernanda Lessa Oliveira – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- Gleyce Figueiredo de Lima
- Guilber E. do Amaral - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Henrique B. de Siqueira - Prefeitura Municipal de Rio Bonito
- João Carlos R. da Conceição - Secretaria Municipal de Obras
- João Carlos Ramos da América
- José Aquino B. Prevot - Emater
- José Carlos Barbieri Júnior - Secretaria Municipal de Bem Estar Social
- Kátia Simone G. Macedo - Prefeitura Municipal de Rio Bonito
- Leidiana B. Bertoni - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- Lícia Aline R. Siqueira
- Licinio Silva Louzada - Emater
- Louraine M. da Silva Antunes
- Luciana Faria M. Fonseca - Secretaria Municipal de Agricultura
- Luiz Francisco Soares - Secretaria Municipal de Saúde
- Marcos Ronaldo C. Braga - Secretaria Municipal de Saúde
- Maria da Glória Cardoso Nunes - Prefeitura Municipal de Rio Bonito
- Maria da Graça P. Martinez - Prefeitura Municipal de Rio Bonito
- Maria Dalva Marins Vieira
- Maria Helena N. Martins - Emater
- Matheus Rodrigues da Costa Neto

- Melina Quintanilha Pinto - Secretaria Municipal de Agricultura
- Natália de S. Fróes
- Nelson Lopes de Oliveira Júnior - Secretaria Municipal de Bem Estar Social
- Ossian da Silva - Secretaria Municipal de Bem Estar Social
- Paulo da Silva Penna - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- Ramon Antunes - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- Roberta Albino - Secretaria Municipal de Fazenda
- Roberta Carvalho
- Roberta Frias Demier
- Sérgio Soares
- Soraia R. G. de Oliveira
- Suely Nunes de Paula
- Teresa Cristina Kleinsorgen Motta de Moraes
- Valéria de Oliveira Jorge
- Vilma Cléa de Magalhães Carvalho -
- Viviane R. Crespo
- Viviane S. Silva

Segundo Setor

- Adilson Guttemberg – Associação Apícola de Rio Bonito
- Afonso M. Ottoni Jordão
- Airton Espanhol - Loja Sensação
- Alberto Carlos Braga - Equipe 1 Vestibular e Colégio
- Alex Tadeu Oliveira - Planet Cell Comércio
- Alexandre Leonardo da Cruz - Papelar Papelaria
- Ana Claudia de Araujo - Magnus Buffet
- Ana Cristina dos Santos - Eletronica Easi
- Ana Lucia Correa de Oliveira - Kumon
- Anna Lucia da Silva Nascimento - Maria Maria Modas
- Antonio Carlos dos Santos Moura - Motosaulo
- Antonio Carlos Fradique
- Audecir da Costa Oliveira - Nadisa Pneus Ltda.
- Candido Egídio Soares Bastos - Tratorcan Peças
- Carlos Alberto de Moura
- Caroline Belgues Resende Álvares
- Claudinei Maura Rodrigues
- Cristina Alves de Oliveira
- Denise dos Santos Henrique Campos - Medclin Serviços Médicos
- Denise Fonseca - Unibanco
- Deoniel Miranda - Supermercado Tinoco
- Edson Luiz Moura de Araújo – Associação Comercial e Industrial de Rio Bonito
- Elemar Guida Malta - Isigom Indústria e Comércio de Velas
- Elge José Marcos - Padaria e Lanchonete Sete de Maio
- Emanuel Dario Alves - Jonas Imóveis
- Emerson Landgraf F. Alves
- Emilia Pereira - Mariza Contabilidade
- Erika Fernanda Mendes da Silveira - Senac
- Evandro Olimpio Lima
- Fabio Kangel - Acessy Network
- Fabrício Abreu Silva - Vagalume Iluminações
- Geison Carvalho Demie - Mamoraria Rio Bonito
- Geraldo Luiz Telles Carneiro - Gerando's Auto Mecânica
- Gilberto Serafim de Souza
- Guilherme Henrique da Silva - Jornal Folha da Terra
- Guilherme Machado Brennand
- Helan Abreu Cardoso - Concorde Licenciamento
- Ivone Folly - Isigom Indústria e Comércio de Velas
- Jaime Luiz da Silva - Jornal Cultura Viva
- Jaqueline Antunes Borges de Sá - Guiviseg Administradora e Corretora de Seguros

- Joaquim Antonio P. Martins - Jornal Folha da Terra
- Jose Elias Machado Junior - OAB
- José Luiz da Cunha - Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio Bonito
- Jose Maria Miranda
- José Roberto Soares
- José Ronaldo Ferreira - Ótica Relotica
- Leandro Pereira Netto
- Leide Bastos
- Leio Damião Cardoso Demier
- Marcela Martins Hyppólito - Incodema
- Marcelo Balbino - Balbino Moveis
- Marcelo Porto - Real Papelaria
- Marcos Roberto - Unibanco
- Margarete Ferreira - Baby Brim
- Marilene Magalhães Sasso - JMH Comércio de Roupas
- Mario Lamza Demier de Carvalho - Doces Caseiros RB
- Marluce Fonseca
- Milton José Cardoso - Madestil Marcenaria
- Moises Dario Alves - Marisa Contabilidade
- Monica Valeria Melo de Carvalho - Loja Sapeka Calçados
- Priscila Rodrigues Melo - Associação Apícola de Rio Bonito
- Renata Hammes de Araujo - Senac
- Renata Neves - Mariza Contabilidade
- Renato Monteiro Parada - Primão Seguros
- Ricardo Martinez Santos - R.A. Martinez Representações
- Ronaldo Elias de Moraes - Ronmar Metalúrgica
- Rosane Matos da Silva - Madestil Marcenaria
- Salim Arildo Cacir - Gráfica Cacir

Terceiro Setor

- Aglaia V. M. Gomes
- Aissar Elias de Moraes
- Almir Pintas
- Andrea G. Souza - Associação de Artesãos de Rio Bonito
- Anna Carmem Fonseca - ONG PróVida
- Antonio Carlos Guadalupe
- Bernardo Julian Cheppi
- Bonifácio R.
- Carla Magalhães Alvares Moreira - ONG PróVida
- Carlos Alberto Picorelli
- Carlos Augusto Albuquerque
- Carlos Ronaldo da Silva
- Carmelina de Souza Silva
- Cristiane da Costa Muniz Carvalho
- Dilcea Fonseca Viviani
- Dowmen Nonato da Silva
- Dulce dos Santos Henrique
- Edon Quintanilha Ramos
- Érica Costa Rodrigues Fortuna
- Eva Fialh
- Fabiano Carvalho Quintanilha
- Felippe P. Bortone
- Fernando Alexandre Nunes
- Flavio Azevedo
- Garrolici de F Peixoto de Alvarenga
- Giovani Monteiro
- Giovanni Albernaz
- Gustavo Neves
- Heitor de Souza Santos
- Helio Batista de Souza
- Henrique Adão da Silva
- Isabela A.Barnabé

- Isabela Justiniana A. da Silva
- Jocineide de Oliveira Rodrigues
- José Carlos Rocha
- Jose Carlos Viviani - Comunidade Jesus Vive e é o Senhor
- Josélio Grijó Salgado - Sindicato Rural de Rio Bonito
- Lais Calil
- Lílian Cardoso Nunes
- Lorena Mendonça
- Luís Carlos de Paula - Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Bonito
- Luis Claudio
- Luiz Jose dos Santos
- Lupércio S. Lopes
- Manoel Tobias
- Marcelo Maciel
- Marcio Lúcio M. Soares
- Marco Violante
- Marilma Mota
- Marinoni Nicolau
- Marlene Belizário Fonseca
- Mauro Jesus Paes - Clube Rio Bonito de Voo Livre
- Milene dos Santos
- Mônica Aparecida Magrini
- João Alves Guedes
- Nilton Belgues
- Otacílio Brandão Neto
- Paulo Ricardo da Silva Figueiredo
- Ronaldo Pereira de Carvalho
- Rosiuane Aparecida Ferreira
- Sara Almeida Souza
- Sidnei José M. Vieira
- Sonia Maria Ferreira Nogueira
- Sônia Martins de Almeida
- Sueli Cristina
- Taeonas José M.
- Tatiane Ribeiro
- Vicente Alves de Araujo
- Vicente Hyppólito
- Wilma Nogueira
- Wilson Lopes

Comunidade

- Adão da Silva
- Adilson Ramos Menezes
- Adriana Patrícia Thomassen
- Aldair Mattos da Silva
- Alexandre Aleixo - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro
- Aline Estrela Vaz
- Alym Valdecina Gonçalves de Oliveira
- Amanda Carvalho Silva
- Amanda Souza Venâncio
- Amara Marins Barreto
- Anderson Gilliard Rodrigues Alves - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro
- Antônio José Furlani Novo - Igreja Evangélica Espaço Reencontro
- Arenete Siqueira Gomes Ramos
- Beatriz Moraes
- Bianca Moreira Silva - Associação de Moradores do Sambe
- Bianca Vieira Cabral
- Bruna Rodrigues Inhapim
- Carlos Alberto da Silva - Associação de Moradores de Nova Cidade
- Cenita Santos Chevrand - Associação de Moradores de Boa Esperança
- Charles Emanuel Bernadino - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro

- Cíntia da Silva Araújo
- Claudia Maria da Rocha Azevedo
- Cláudio Zumba de Oliveira
- Cleide Jane Vieira de Mello
- Cleyton Corrêa Guilherme
- Dalcy Cardoso
- Danilo Araújo Moraes
- Darley Cardoso Pacheco
- Débora Santos de Normando
- Delcineia Bastos S. Bernadino - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro
- Doir Rodrigues de Sá
- Elaine Santana Mendonça - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro
- Elisabete U. S. de Oliveira
- Élson Mello Neto
- Élvelin Viana
- Elzanir Moreira Pessoa
- Érica Estrela Rocha
- Fábio Santos de Almeida
- Felipe Barbosa Charré
- Fernando Bastos Leite Junior
- Franciane Fonseca Leite
- Francisco Gonçalves de Moraes
- Gabriel Carvalho Sodré
- Geisa Carla F. Ferreira
- Gêison Vitor Figueiredo Ferreira
- Geovane Siqueira Gomes
- Gilciane do Nascimento Almeida
- Guilherme Fernandes Nunes
- Gustavo da Conceição Cardozo
- Gustavo Pereira de Souza
- Hervania Souza Cordeiro
- Hugo Ricardo M. da silva
- Igor Lemos Martins
- Jair Cecílio da Silva - Associação de Moradores de Boa Esperança
- Jamile Siqueira Damasceno
- Jaqueline Aguiar dos Santos
- Jaymir Fonseca Moraes Júnior
- Jéssica Batista do Amaral
- Jéssica Estrela Rocha
- Joana Lins de Souza
- João Freitas - Grupo Vivalidade
- João Herdy Filho - Associação de Moradores do Bairro Jacuba
- João Paulo Aragão de souza
- João Renato da Silva Chaves
- João Ricardo da Silva Chaves
- Joaquim Benevides - Associação de Moradores Praça Cruzeiro
- Jorge Balbino - Federação das Associações de Moradores de Rio Bonito
- Jorge Mauricio da Costa Cardoso
- José Ângelo C. de Queiroz
- José Balbino
- José Wilson Monteiro de Oliveira - Associação dos Moradores de Jacuba
- Josefa Brito de Normando - Associação de Moradores de Rio Vermelho
- Josiane Carvalho Costa
- Josimar Figueiredo Marinho
- Josué da Conceição
- Júlio Cezar Andrade de Moura
- Leda Rodrigues
- Leonardo Mesquita Scar
- Letícia Rodrigues Gomes
- Levi dos Santos Moreira - Associação de Moradores do Sambê
- Lorena Franco Conceição
- Lorrany Aparecida Bonifácio da Silva

- Lúcia F. Amaral
- Luciana Cesário de Assis Herdy - Associação de Moradores do Bairro Jacuba
- Luiz Felipe Figueiredo Carvalho de Araújo
- Manoel Lourenço de Souza - Associação de Moradores do Boqueirão
- Marceu Soares Mendonça
- Márcia das Graças Miranda - Associação de Moradores do Rio Vermelho
- Marcos Antônio da Silva Rodrigues
- Maria Aparecida Braz de Souza
- Maria Aparecida de Andrade - Igreja Batista da Praça Cruzeiro
- Maria Balbina Espindola Luichi
- Maria Natividade Moreira Silva - Associação de Moradores de Sambê
- Marisa dos Santos Monteiro - Associação de Moradores e Agentes Comunitários de Saúde
- Marize Henriques Vieira da Silva
- Marize Mouzer
- Marta de Jesus A. S. Normando
- Mateus Santos de Normando - Associação de Moradores de Rio Vermelho
- Matheus Araújo Corrêa
- Michele Alves da Silva
- Mônica da Silva Costa
- Nagele Guimarães Peixoto
- Nedes Elen Mendonça de Araújo
- Neuza Maria Alves dos Santos
- Patrícia Torres dos Santos
- Paulo dos Santos Ribeiro
- Paulo Roberto Melo Gonçalves - Motorista Futebol Clube
- Paulo Roberto S. dos Anjos
- Rafael Nogueira Silva
- Rafaela Santos de Oliveira
- Ricardo Alexandre Lomba de Araujo
- Roberta Pereira Campos
- Roberto Carlos da Silva – Associação de Moradores do Bairro Jacuba
- Roberto da Costa Fernandes - Associação de Moradores do Boqueirão
- Rodrigo Leão de Amaral
- Rodrigo Pereira Bizzo
- Rosana Teles Goulart
- Rosimar das D. Coutinho Cardoso
- Ruam Pablo Maia Cardoso
- Saint'clair Soares Muniz Filho - Associação de Moradores do Bairro Jacuba
- Sandra Mara dos Santos
- Sebastião Rodrigues - Associação de Moradores do Bairro da Caixa D'Água e Creche Nossa Senhora da Conceição
- Suelen de Lima Costa
- Taffarel da Cunha Alves
- Tâmara da Mota Silva Pereira
- Tamires Couto Silva
- Tamires Marinho da Silva
- Teria Cristine Alves
- Thuane de O. Fróes
- Valdemira Zaniboni Jacob (Mirinha) - Associação de Moradores da Praça Cruzeiro
- Valderly Pinheiro
- Wallace Alves Ribeiro
- Walquíria A. F. Ferreira
- Wilma Noguères Zangirolani - Lar Maria de Nazareth

PROJETO AGENDA 21 COMPERJ – CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Petrobras

Gerente de Relacionamento	Gilberto Puig Maldonado
Gerente de Relacionamento Corporativo	Carmen Andrea Ribeiro Vianna Santos
Coordenador da Agenda 21 Comperj	Ricardo Frosini de Barros Ferraz
Assessor (mobilização à construção coletiva)	Caroline Vieira Nogueira
Assessor (formalização à finalização)	Luiz Cesar Maciel do Nascimento
Encarregado de Logística	Paulo Brahim

Ministério do Meio Ambiente

Diretora do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	Karla Monteiro Matos Geraldo Abreu
Assessor técnico (consolidação municipal)	Márcio Ranauro
Assessor técnico (consolidação municipal)	Luis Mauro Ferreira

Secretaria de Estado do Ambiente

Superintendente do Grupo Executivo do Programa Estadual da Agenda 21	Carlos Frederico Castello Branco

Etapas Mobilização da Sociedade à Formalização do Fórum

Instituto Ipanema

Coordenadora Geral	Ninon Machado de Faria Leme
Coordenadora Técnica	Maria de Lourdes Davies Freitas
Técnico	Eduardo Peralta Vila Nova de Lima
Técnico	Jaime Bastos Neto
Técnico	Mônica Engelbrecht Deluqui
Assistente Técnica (construção coletiva)	Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo
Assistente Técnica (construção coletiva)	Fernanda Leopardo
Assistente Técnico	Jorge Luiz Gonçalves Pinheiro
Assistente Técnico (construção coletiva)	Leonardo Fernandez Casado Barcellos
Assistente Técnico (construção coletiva)	Nilmar Vieira Magalhães
Assistente Técnica (construção coletiva)	Polita de Paula Gonçalves
Assistente Técnica	Priscila Amaro Lopes
Assistente de Apoio	Helena Maria de Souza Pereira

ISER

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Samyra Crespo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Dioney Brollo
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Técnica	Márcia Gama
Técnica	Patricia Kranz
Técnica (construção coletiva)	Ana Batista
Técnica (construção coletiva)	Renata Bernardes
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente Técnico/Financeiro	Hebert Lima
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira

Rodaviva

Coordenadora Geral (construção coletiva)	Cláudia Jurema Macedo
Coordenador do Projeto	Claudison Rodrigues
Coordenadora Financeira	Rozender Smaniotto
Coordenador de Produção	Wagner Sabino
Coordenador Regional	Vladimir Falcão
Técnica	Isabel Macedo
Técnico	Marcelo Arantes
Técnica (construção coletiva)	Tânia Jandira
Técnica (consolidação municipal)	Nathalia Araújo e Silva
Assistente Técnico	Hebert Lima
Assistente Administrativo (consolidação municipal)	Fernando Pereira
Assistente de Coordenação (construção coletiva)	Martha Guimarães
Assistente de Produção (construção coletiva)	Camila Rodi
Administração (construção coletiva)	Rosangela Ferrão
Tesoureiro	Jose Pedro Mendes
Suporte Técnico (construção coletiva)	Raimundo Nonato

ASA

Coordenador Geral	Roberto Rosa Olivella
Gerente do Projeto	Cláudia Passos Sant'Anna
Coordenador Técnico	Roberto Wagner Rocco
Coordenador de Campo (construção coletiva)	Leandro Quintão
Técnica	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Técnico	Thiago Albuquerque
Técnico	Flavio Vizeu Soares Bezerra
Técnico (construção coletiva)	Alex Bernal
Técnica (construção coletiva)	Christiane Nascimento Santos
Técnica (construção coletiva)	Gisele Renault
Técnica (construção coletiva)	Nathália Araújo e Silva
Técnica (construção coletiva)	Priscila Amaro Lopes
Técnica (construção coletiva)	Patricia Themoteo Teixeira
Técnica (construção coletiva)	Renata Villaça
Técnico (construção coletiva)	Thiago Vasquinho Siqueira
Assistente de Relatoria (construção coletiva)	Tatiana de Sá Ferreira
Apoio Administrativo	Heidi Marques

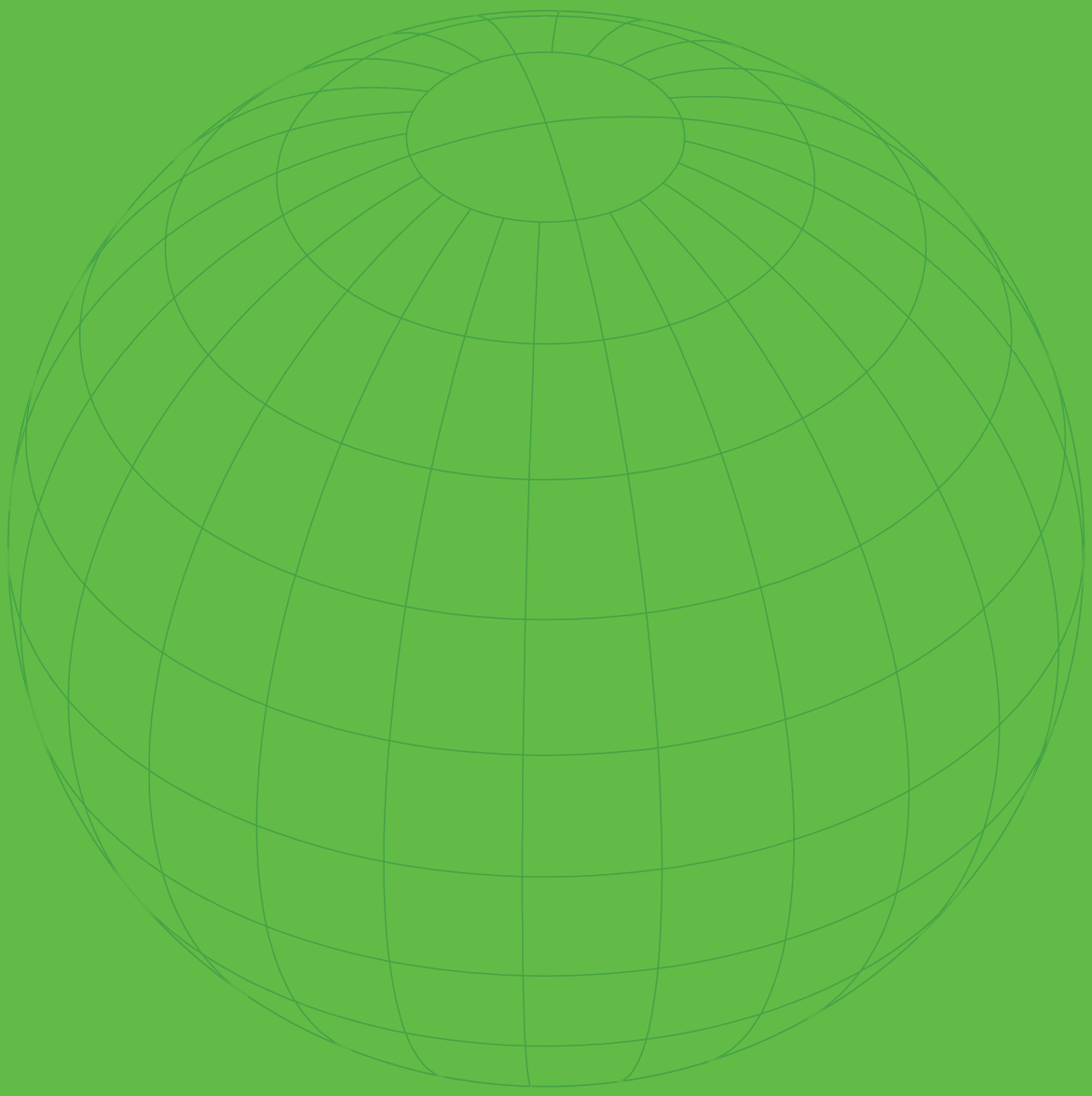
Consultorias:

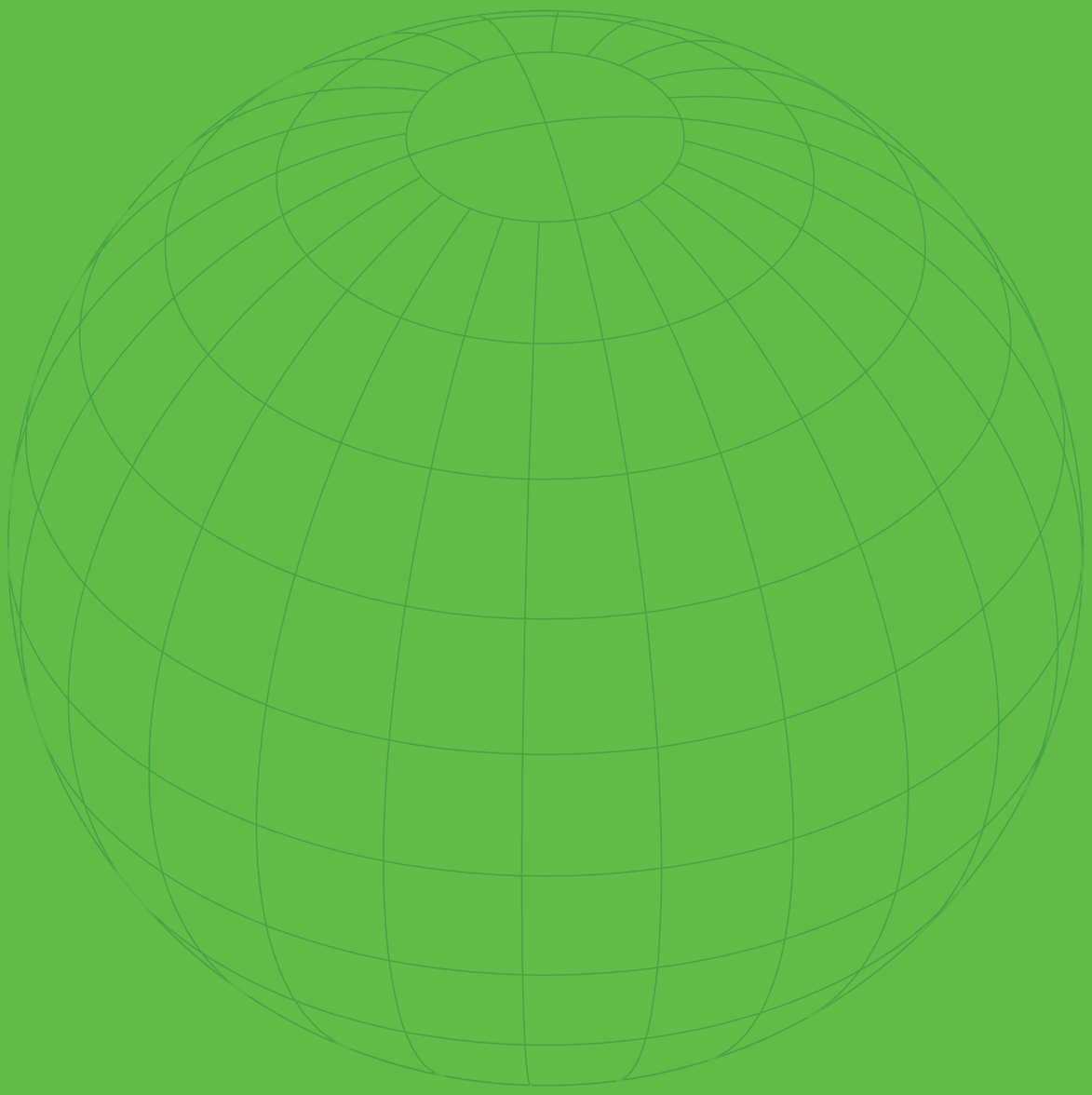
Fundação José Pelúcio – Ladec / UFRJ (construção coletiva)	José Luiz de Santana Carvalho
ILTC (consolidação municipal)	Lucila Martínez Cáceres

Etapa de Finalização das Agendas

Consultorias:

Coordenadora Técnica	Patricia Kranz
Consultor	Ana Paula Costa de Paula e Silva
Consultor	Thiago Ferreira de Albuquerque
Consultor	Mônica Engelbrecht Deluqui
Consultor	Roberto Rocco
Consultor	Leandro Quintão
Técnica	Maria Aparecida de Oliveira
Produção de vídeo	Wellington Gomes de Oliveira





junho 2011

www.agenda21riobonito.com.br

Secretaria do Ambiente

PETROBRAS

Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA